

**MARIÂNGELA ALMEIDA DE ANDRADE**

**BURACO, MÍDIA E RESISTÊNCIA COMO  
INSTRUMENTOS DE ANÁLISE PARA UMA  
INTERVENÇÃO ÉTICO-POLÍTICA NO SERVIÇO DE  
PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A  
FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS (PAEFI)**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO E DOUTORADO EM  
PSICOLOGIA  
CAMPO GRANDE – MS  
2024**

**MARIÂNGELA ALMEIDA DE ANDRADE**

**BURACO, MÍDIA E RESISTÊNCIA COMO  
INSTRUMENTOS DE ANÁLISE PARA UMA  
INTERVENÇÃO ÉTICO-POLÍTICA NO SERVIÇO DE  
PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A  
FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS (PAEFI)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação -  
Mestrado e Doutorado em Psicologia da Universidade  
Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção  
do título de Mestra em Psicologia, área de concentração:  
Psicologia da Saúde, sob a orientação da Profª. Dra. Anita  
Guazzelli Bernardes.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO E DOUTORADO EM  
PSICOLOGIA  
CAMPO GRANDE – MS  
2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária Mourâmise de Moura Viana - CRB-1 3360

A553b Andrade, Mariângela Almeida de  
Buraco, mídia e resistência como instrumentos de análise para uma intervenção ético-política no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos (PAEFI) / Mariângela Almeida de Andrade sob orientação da Profa. Dra. Anita Guazzelli Bernardes.-- Campo Grande, MS : 2024.  
136 p.: il.  
Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande - MS, 2024  
Bibliografia: p. 131-136  
1. SUAS. 2. Intervenção. 3. Interseccionalidades. 4. Política de morte. 5. Corpos I. Bernardes, Anita Guazzelli. II. Título.

CDD: 150

A dissertação apresentada por **MARIÂNGELA ALMEIDA DE ANDRADE**, intitulada “**BURACO, MÍDIA E RESISTÊNCIA COMO INSTRUMENTOS DE ANÁLISE PARA UMA INTERVENÇÃO ÉTICO-POLÍTICA NO SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO À FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS (PAEFI).**”, como exigência parcial para obtenção do título de Mestrem PSICOLOGIA à Banca Examinadora da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), foi **aprovada**.

**Anita Guazzelli Bernardes**, como presidente da banca assinei a folha de aprovação com o consentimento de todos os membros, ainda na presença destes.

## **BANCA EXAMINADORA**



Documento assinado digitalmente  
**ANITA GUAZZELLI BERNARDES**  
Data: 29/11/2024 09:42:35-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Profa. Dra. Anita Guazzelli Bernardes**  
Profa. Dra. Luciane Pinho de Almeida  
Profa. Dra. Erika Cecília Soares de Oliveira

Campo Grande - MS, 28 de novembro de 2024.

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, primeiramente, a minha mãe, Dona Lia, e ao meu pai, Seu Zézinho, que são exemplos de luta, resistência, justiça e de ética na minha vida. Dedico a minha irmã e companheira de viagens, Mariane, que foi a primeira mulher a me apresentar o feminismo e o valor de ser feminista em casa, no trabalho, nos relacionamentos afetivos com a família e nas amizades. Dedico ao meu irmão, Roberto, a minha cunhada, Yanne, e a minha amada sobrinha, Ana Clara, a quem sei que o feminismo lhe toca o coração, a mente e a alma.

Dedico este trabalho, especialmente, as minhas colegas de CREAS Sul que direta e indiretamente contribuíram com o advento dessa pesquisa, com a realização desse sonho e que resistem e lutam por essa Política Pública de Assistência Social. Dentre elas, se destaca a Rosangela Astun, minha parzinha Assistente Social, se não fosse o apoio dela, eu não teria chegado até aqui.

Que esta pesquisa possa ser referência na vida dessas mulheres maravilhosas e de toda(o)s a(o)s trabalhadora(e)s do SUAS e das demais políticas.

## **AGRADECIMENTOS**

Eu inicio agradecendo a Anita, minha professora e orientadora, que pegou uma pessoa bruta e quadrada no fazer pesquisa e, com muita paciência, dedicação, carinho e afeto, lapidou uma mulher com perspectiva ampliada de mundo e sobre o mundo, sobre a ética e a política, sobre a Psicologia, sobre o SUAS, sobre uma vida vivível.

Agradeço a Amanda, secretária do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Psicologia, que sempre com muito carinho e dedicação atende as dúvidas por mais estranhas que sejam. Agradeço também a todas as professoras e todos os professores do programa.

Agradeço a toda equipe PAEFI-CREAS Sul, por me ajudarem na pesquisa e por aguentarem minhas crises de ansiedade. Em especial, a minha parzinha, Assistente Social Rosangela Astun, que junto comigo caminha esse sonho e com quem pude, em diversos momentos, desabafar, e que na sua sabedoria soube me orientar e me ajudar na reflexão e nas memórias de várias histórias.

Agradeço às usuárias do SUAS, as quais tive a oportunidade de encontrar nas encruzilhadas da Assistência e através das histórias compartilhadas, pude refletir minha profissão e minha posição ética-política.

Agradeço a minha irmã, Mariane, que além de ser tudo na minha vida e mais um pouco, me ajudou na correção do texto, teve paciência e disposição de ler e reler a dissertação, muitas vezes, em cima da hora. Que ouviu meus lamentos, minhas angústias; que riu comigo nas alegrias e pequenas vitórias. A essa linda mulher cuja história cruza com a minha e, por vezes, trilhamos os mesmos caminhos e as mesmas encruzilhadas, o meu muito obrigada. Eu te amo!

A minha mãe e ao meu pai, Dona Lia e Seu Zézinho, por tudo, simplesmente tudo. Por dedicarem suas vidas a me proporcionar educação, por me estimular e apoiar nos meus sonhos,

por me acolher na frustração. Só amo e espero devolver um pouquinho disso tudo que vocês me ofertaram. Amo vocês infinitamente!

E por fim, visto que é o começo de tudo, agradeço a Jesus, José e Maria. Que a minha fé seja fortalecida na missão que Jesus me concedeu ao me fazer cair de paraquedas no CREAS Sul. E por essa fé e para cumprir essa missão, dedico a minha profissão e o meu trabalho a obra divina que é ver, escutar, amar, cuidar, possibilitar a dignidade, o direito, o reconhecimento ao próximo, ao marginalizado, ao discriminado, as vidas pretas, pardas, indígenas, trans e de mulheres não vistas. Eu sei que foi Jesus que me possibilitou chegar aonde cheguei e que foi Maria que sempre esteve à frente, abrindo-me as portas e, às vezes, janelas. Por isso serei sempre grata.

Obrigada a todas e todos por me permitirem cruzar suas histórias, suas vidas e agradeço por estarem na minha.

## RESUMO

Andrade, M. A. (2024). Buraco, mídia e resistência como instrumentos de análise para uma intervenção ético-política no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, Campo Grande, MS, Brasil]

Esta dissertação tem como temática o trabalho da equipe técnica do CREAS, focalizando as ações do PAEFI. A pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia e no seu percurso foram problematizadas algumas das intervenções produzidas pela pesquisadora no Serviço de PAEFI para tensionar como as Políticas Públicas promovem a invisibilidade de alguns corpos e, conseqüentemente, perpetuam as desigualdades sociais, econômicas e discriminatórias no Brasil. Para essa reflexão a dissertação apoia-se, teórica e metodologicamente, em Conceição Evaristo e Sofia Favero e nas encruzilhadas com os conceitos de subjetividade de Foucault (2010), corpos visíveis e corpos invisíveis de Butler (2015; 2019), dispositivo de racialidade de Carneiro (2023), branquitude privilegiada e racismo estrutural que apontam para uma ética decolonialista e interseccional no pensar e fazer política pública e pesquisa. O objetivo da pesquisa é refletir sobre como são produzidas as intervenções no Serviço de PAEFI a partir de três instrumentos de análise que foram identificados no campo de trabalho/pesquisa e que têm a sua base na perspectiva feminista, antirracista e interseccional, a saber: a comoção social promovida pelo “vai dar mídia”; os buracos na Rede de Proteção que apontam as falhas de articulação intersetorial e multidisciplinar; e a resistência como a maneira que a equipe se alia para atuar e lutar frente às pressões promovidas por esses dois primeiros instrumentos. O procedimento metodológico utilizado é o de inscrições biográficas que possibilitam a produção de conhecimento científico a partir de memórias e histórias experienciadas durante a trajetória da pesquisadora no CREAS. Na discussão, essas histórias são relatadas e, através delas, aponta-

se como os instrumentos influenciam as intervenções realizadas junto às famílias atendidas no Serviço de PAEFI, e a partir dessa reflexão, tensiono a relação das políticas públicas, na forma como elas são executadas hoje, e o conceito de política de morte apresentada por Sueli Carneiro (2023). Concluo a pesquisa apontando que a escrita e o lembrar histórias de vidas invisibilizadas atuam como um processo de cura e de autorrecuperação numa postura ética e política de resistência, de luta e de esperança para outros caminhos e outras possibilidades de intervenção.

**Palavras-chaves:** SUAS, intervenção, interseccionalidade, política de morte, corpos.

## ABSTRACT

Andrade, M. A. (2024). Hole, media and resistance as analytical instruments for an ethical-political intervention in the Specialized Protection and Assistance Service for Families and Individuals (PAEFI). [Master's Degree Thesis in Psychology, Dom Bosco Catholic University – UCDB, Campo Grande, MS, Brazil]

This dissertation focuses on the work of the CREAS technical team, focusing on the actions of PAEFI. The research was developed in the Postgraduate Program in Psychology and along the way, some of the interventions produced by the researcher in the PAEFI Service were problematized to stress how Public Policies promote the invisibility of somebodies and, consequently, perpetuate social and economic inequalities, and discrimination in Brazil. For this reflection, the dissertation is theoretically and methodologically supported by Conceição Evaristo and Sofia Favero, and at the crossroads with the concepts of subjectivity by Michel Foucault (2010), visible bodies and invisible bodies by Judith Butler (2015; 2019), raciality device by Carneiro (2023), privileged whiteness and structural racism that points to a decolonialist and intersectional ethics in thinking and doing public policy and research. The objective of the research is to reflect on how interventions are produced in the PAEFI Service based on three analysis instruments that were identified in the work/research field and that are based on the feminist, anti-racist and intersectional perspective, namely: the social commotion promoted by the "it will make the news"; the holes in the Protection Network that point to the failures of intersectoral and multidisciplinary articulation; and resistance as the way in which the team joins forces to act and fight against the pressures promoted by these first two instruments. The methodological procedure used is that of biographical inscriptions that enable the production of scientific knowledge based on memories and stories experienced during the researcher's trajectory at CREAS. In the discussion, these stories are reported and, through them, it is pointed out how the instruments influence the interventions carried out

with families served in the PAEFI Service and based on this reflection, I tension the relationship between public policies, in the way they are executed today, and the concept of politics of death introduced by Sueli Carneiro (2023). I conclude the research by pointing out that writing and remembering stories of invisible lives act as a process of healing and self-recovery in an ethical and political stance of resistance, struggle and hope for other paths and other possibilities of intervention.

**Keywords:** SUAS, intervention, intersectionality, politics of death, bodies.

## LISTA DE ABREVIACOES

CAPS AD	Centro de Ateno Psicossocial lcool e Drogas
CF	Constituio Federal
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CRAS	Centro de Referncia da Assistncia Social
CREAS	Centro de Referncia Especializado da Assistncia Social
CREPOP	Centro de Referncias Tcnicas em Psicologia e Políticas Públicas
CNAS	Conselho Nacional de Assistncia Social
CT	Conselho Tutelar
ECA	Estatuto da Criana e do Adolescente
EMHA	Agncia Municipal de Habitao de Campo Grande/MS
ISO	International Organization for Standardization
LOAS	Lei Orgânica da Assistncia Social
MP	Ministério Público
MSE	Servio de Medida Socioeducativa
NIS	Número de Identificao Social
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do SUAS
NOB-RH/SUAS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS
NPV/SESAU	Núcleo de Preveno a Violncia da Secretária Municipal de Saúde de Campo Grande/MS
ONG	Organizao Não Governamental
OSC	Organizao da Sociedade Civil
PAEFI	Servio de Proteo e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
SAS	Secretaria Municipal de Assistência Social de Campo Grande/MS
SGD	Sistema de Garantia de Direitos
SinDH	Disque 100 de Direitos Humanos
SISREG	Sistema Nacional de Regulação
SPA	Substância psicoativa
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UAICA	Unidade de Acolhimento Institucional de Criança e Adolescente
UBS/USF	Unidade Básica de Saúde/Unidade de Saúde da Família
UNEI	Unidade Educacional de Internação

## LISTA DE FIGURAS

Foto Caneca CREAS Sul/PAEFI .....	78
Foto Família Comercial de Margarina .....	101
Foto Trajeto Google Maps: bairro Jardim Los Angeles – Casa da Mulher Brasileira..	114

## SUMÁRIO

<b>Apresentação .....</b>	<b>16</b>
<b>Uma História como Introdução .....</b>	<b>19</b>
<b>História de uma pesquisadora iniciante .....</b>	<b>27</b>
<b>Era uma Vez um Objeto e Método de Pesquisa .....</b>	<b>43</b>
<b>“Histórias, nossas histórias. Dias de luta, dias de glória”. Será?! .....</b>	<b>51</b>
<b>E essa tal Política Pública de Assistência Social?! .....</b>	<b>56</b>
<b>A Assistência Social e a sujeira por debaixo do tapete .....</b>	<b>68</b>
A história de Sophia .....	73
A história de Antônio: a criança-problema .....	75
Oi! Seja bem-vinda à 5ª série .....	78
<b>Senta, que Lá Vem História e Alguns Pensamentos .....</b>	<b>82</b>
<b>Beatriz e as filhas da prima encarcerada .....</b>	<b>91</b>
<b>A história de Ana .....</b>	<b>95</b>
<b>De buraco em buraco até desaparecer: a história de Kauany .....</b>	<b>97</b>
<b>João e Vitória: uma história de reencontro entre pai e filha .....</b>	<b>105</b>
<b>E o feitiço virou contra o feitiçeiro .....</b>	<b>109</b>
<b>Brincando de relatório: a intersectorialidade e a política de morte nas     políticas públicas .....</b>	<b>116</b>
<b>Moral da História .....</b>	<b>124</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>131</b>

A mulher negra tem muitas formas de estar no mundo (todos têm). Mas um contexto desfavorável, um cenário de discriminações, as estatísticas que demonstram pobreza, baixa escolaridade, subempregos, violações de direitos humanos, traduzem histórias de dor. Quem não vê? .... Pode-se ver também aquela que nada, buscando formas de surfar na correnteza. A que inventa jeitos de sobrevivência, para si, para a família, para a comunidade. Pode-se ver que é a derrotada, expurgada. Mas, se prestar um pouco mais de atenção, vai ver outra. Vai ver Calliban (o escravo de Sheakespeare em *A Tempestade*) atualizado, vivo, pujante. Aquele que aprende a língua do senhor e constrói a liberdade de *maldizer*! (Evaristo, 2018, p. 13, ênfase no original).

## APRESENTAÇÃO

Essa dissertação nasceu de um desconforto inicialmente singular e que se mostrou coletivo sobre a prática *psi* na Política de Assistência Social, mais especificamente, no CREAS, meu campo de trabalho e de pesquisa. Mas, para além da práxis psicológica, era necessário pensar intersetorialmente, tendo em vista que a atuação no CREAS é multidisciplinar: psicóloga e assistente social. Portanto, com o propósito de refletir as intervenções produzidas no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos (PAEFI), histórias por mim vivenciadas são compartilhadas nesta pesquisa e servem de fundo para tensionar como as Políticas Públicas promovem a invisibilidade de alguns corpos e, conseqüentemente, perpetuam as desigualdades sociais, econômicas e discriminatórias no Brasil.

No primeiro capítulo, correspondente à introdução, eu explico o desconforto que me motivou a dissertar essas histórias; apresento Conceição Evaristo e Sofia Favero, mulheres poderosas, como as duas inspirações femininas e feministas dessa dissertação; percorro o caminho de como me transmutei em pesquisadora e trabalhadora do SUAS com uma perspectiva decolonial de atuação e reflexão, produzindo novas modalidades de subjetivação no meu modo de compreender a pesquisa, o trabalho, o mundo e as pessoas que encontro nas encruzilhadas da vida.

No segundo capítulo, apresento o objeto e o método da pesquisa que, assim como eu, no lugar de pesquisadora, trilharam um caminho de transformações, se desfazendo e se refazendo de modo que pudessem abarcar outra perspectiva de se fazer pesquisa que não apenas a hegemonicamente eurocêntrica, visto que esse modelo tem implicações nas formas do que será considerado como efeitos das próprias problemáticas do trabalho na Assistência Social e seus instrumentos.

Assim, o objetivo da pesquisa foi refletir sobre como são produzidas as intervenções no Serviço de PAEFI a partir de três instrumentos de análise que foram identificados no campo de trabalho/pesquisa e que têm a sua base na perspectiva feminista, antirracista e interseccional, a saber: a comoção social promovida pelo “vai dar mídia” através do caso Sophia; as falhas existentes no desenvolvimento de uma articulação intersetorial e multidisciplinar gerando os buracos na Rede de Proteção; e a maneira como eu e minhas colegas de PAEFI nos relacionamos e nos aliançamos para atuar e lutar frente às pressões promovidas por esses dois primeiros instrumentos.

Como método, optou-se pela proposta de Silva (2023) defendida em sua tese de doutorado: inscrições biográficas que possibilitam a produção de conhecimento científico a partir de memórias e histórias experienciadas pela autora.

Ainda no segundo capítulo, apresento sucintamente a Política de Assistência Social, o CREAS e o Serviço de PAEFI, minha área de atuação e pesquisa, e tendo como inspiração o livro *Psicologia Suja* (Favero, 2022) questiono a ética na Assistência Social no sentido de invisibilizar o que o poder público considera abjeto e degradante, ou seja, que foge a uma normatização colonialista eurocentrada. Assim, a reflexão sobre as intervenções no PAEFI também cruza os conceitos de subjetividade de Foucault (2010), corpos visíveis e corpos invisíveis de Butler (2015; 2019), dispositivo de racialidade de Carneiro (2023), branquitude privilegiada e racismo estrutural que apontam para uma ética decolonialista e interseccional no pensar e fazer política pública.

Para concluir este capítulo, relato as três histórias principais e que explicitam os três instrumentos influenciadores: “A história de Sophia”; “A história de Antônio: a criança-problema”; e “Oi! Seja bem-vinda à 5ª série”.

O terceiro capítulo compreende a discussão da pesquisa. Neste, outras histórias por mim experienciadas são relatadas e, através delas, aponto como os instrumentos influenciam

as intervenções realizadas junto às famílias atendidas no Serviço de PAEFI. Também aqui trago para tensionar a discussão os conceitos de visibilidade x invisibilidade, interseccionalidade e branquitude-racismo na produção de subjetividades.

Concluo este capítulo fazendo uma brincadeira com o relatório que produzimos durante os atendimentos/acompanhamentos, onde tensiono a questão das políticas públicas, do modo que elas são executadas hoje a se configurarem como uma política de morte (Carneiro, 2023), visto que alguns corpos, corpos negros, têm mantida e, por vezes, reforçada sua condição precária de vida através da manutenção das desigualdades sociais e econômicas.

No capítulo final, reflito a escrita em si, o rememorar histórias, partindo da perspectiva de Conceição Evaristo e Aline Kelly da Silva, no sentido de que a especificidade dessa pesquisa não é apenas apontar desmandos ou falhas presentes na Política de Assistência Social e nas demais Políticas, mas é, principalmente, apontar caminhos outros, promover uma autorrecuperação numa postura ética e política de resistência, de luta e de esperança.



A sujeira é agressiva, mas a limpeza é verdadeiramente violenta. Foi a busca pela purificação que fez com que incorporássemos uma cosmologia colonial, imperialista, sanguinária. (Favero, 2022, p. 24).

Para que servem as histórias?! Somos cercadas delas todos os dias, em todos os momentos, histórias reais que contam o nosso passado, o passado do mundo; histórias fictícias criadas para a reflexão, para o entretenimento, algumas ficam pousadas em livros, outras seguem o caminho do cinema, da TV, do teatro. Algumas são curtas, outras longas, tristes, felizes, de terror, e todas elas, ao meu ver, tem um propósito em comum. Elas nos fazem pensar, nos fazem criar novas histórias ou possibilidades de histórias. *“Ah! Mas e se o filme, o livro, a novela, tivesse outro fim, não gostei muito desse”*. As histórias expressas da forma que forem nos fazem criar, e para criar precisamos refletir, estudar, aprender, pensar, pensar e pensar sobre a nossa própria história.

E é assim que pretendo começar a minha dissertação de mestrado, contando uma história, minha história, que se cruza e se entrelaça em várias outras histórias, um tanto reais, um tanto fictícias, talvez, mas que me fizeram pensar e repensar em diversos momentos, ao longo desses dois anos de mestrado, construindo, desconstruindo, reconstruindo certezas, verdades que não são tão certas e nem tão verdadeiras assim.

E pra fazer isso contei com a ajuda de várias outras pessoas, autoras e autores, que também contaram histórias e pensaram sobre elas, como Conceição Evaristo, Sofia Ricardo Favero, Aline Kelly da Silva, Carla Akotirene, Sueli Carneiro, Judith Butler, Michel Foucault, tantas(os) outras(os) que fui encontrando neste caminho de pensar as histórias e escrever sobre esses pensamentos.

Esta minha história, que tenho a ousadia de contar agora, começou em 2017, quando entrei para o CREAS Sul (Centro de Referência Especializado em Assistência Social) de

Campo Grande/MS através de concurso público feito em 2016, para atuar no Serviço de PAEFI.

Formei em Psicologia em 2006 e desde então trabalhei na área organizacional. Assim, ao começar no CREAS, nada sabia desta realidade. Iniciei uma prática desconhecendo totalmente a Política de Assistência Social e o serviço que iria desenvolver.

Foi no início do mês de agosto de 2017 que fui à unidade com o encaminhamento entregue pela Secretaria de Assistência Social (SAS), lá encontrei outra psicóloga que, assim como eu, iniciava naquele dia no serviço público. Eu estranhei o prédio. Era grande, azul, escadas de ferro bem desgastadas; com ar de abandonado, pra ser bem sincera. Fomos recebidas pela coordenadora e apresentadas à equipe de PAEFI, todas estavam um tanto ansiosas, pois colegas haviam sido desligadas para que as concursadas pudessem assumir os postos. Eu me senti bem recebida, logo me designaram a minha parzinha, assistente social, a Rô. Ela, assim como eu, era nova no serviço público, vinha de outras experiências, e estamos, eu e Rô, há sete anos juntas no CREAS Sul; nos alegamos, nos entristecemos, nos enraivecemos juntas e, como num casamento, juntas aprendemos e superamos os desafios e dificuldades da rotina do CREAS Sul.

Para contextualizar, o PAEFI possui várias equipes compostas por assistentes sociais e psicólogas, algumas duplas, ou parzinhos, ou equipes que estão há muito tempo juntas, outras passam pela dificuldade de rotatividade tão comum às políticas públicas, pois algumas trabalhadoras não são concursadas e os contratos de trabalho expiram a cada dois anos mais ou menos.

Um parêntese: usarei no decorrer da dissertação o artigo no feminino, pois a maioria das pessoas que trabalham na Assistência Social são mulheres assim como as pessoas que atendemos, as usuárias dos serviços, exemplificado através do trecho destacado do livro de Conceição Evaristo (2018) que introduz essa dissertação.

A Rô, assim como eu, é concursada. Por que pontuar isso? Porque a instabilidade e a rotatividade das profissionais afetam o andamento do serviço prestado e o campo de trabalho no CREAS Sul. E isso, fala da realidade de uma política pública.

Retornando ao ano de 2017, iniciei nesse novo campo de trabalho sem saber o que fazer no CREAS Sul, e essa situação me gerou uma angústia e uma ansiedade para aprender, pois me senti caindo de paraquedas sem saber se teria tempo de abri-lo e desconhecendo o local em que cairia, por não saber manobrá-lo.

O que faz uma psicóloga no CREAS? Não é psicoterapia. Essa foi a primeira informação obtida através das colegas psicólogas já na unidade. Mas como é a nossa prática? Como é o fazer psicológico na Política de Assistência Social? Em resposta, me deram para ler a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, que organiza e explana sobre cada Serviço. Porém, o documento não se mostrou elucidativo para compreender o fazer psicológico na Política e qual a diferença de atuação entre a assistente social e a psicóloga (Resolução nº 109/2009, 2014).

Com o passar dos anos, com a rotatividade de psicólogas, principalmente, na unidade de CREAS, com a diminuição de ofertas de cursos e capacitações, devido a cortes orçamentários pelo Governo Federal vigente (anos 2018 a 2022), ficou aparente que o fazer *psi* não estava claro para nenhuma profissional, mesmo para aquelas que já estavam há anos na Assistência Social, muitas aparentam atuar num modo automático, respondendo apenas ao que é solicitado, sem uma reflexão ético-política e/ou técnico-metodológica a partir de uma perspectiva de subalternização da políticas públicas no Brasil e do modo como essa perspectiva colonialista e capitalista – respostas e resultados rápidos: “*bora alcançar a meta!*” – em que a Política Pública de Assistência Social foi desenvolvida, afeta as formas de intervenções das trabalhadoras que atuam no SUAS.

São muitos os questionamentos e as dúvidas que surgem na rotina do CREAS Sul, muitas angústias entre as equipes sobre o que fazer e como fazer para ajudar uma pessoa, uma família a quebrar o ciclo de violações de direitos, da violência vivenciada, situações impostas por um sistema de desigualdade social e econômica imputando à população uma vivência de vulnerabilidade e risco social que se mostra permanente e não temporária, uma condição precária como diria Judith Butler (2015).

Pra ficar um pouco mais elucidativo, no dia a dia do trabalho no CREAS Sul, as equipes verbalizam sobre: a frustração de não conseguir promover a mudança na família e a cobrança da população atendida pelo SUAS para uma solução do problema; o desafio de se trabalhar com as demais Políticas Públicas que compõem a Rede de Proteção<sup>1</sup> e os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e de Justiça; a pressão externa e interna; a comoção social promovida pela mídia por resultados rápidos, assertivos e infalíveis (como se isso fosse possível); e a pressão sobre nós mesmas, sobre a nossa identidade e valor como profissional, como sujeitas também de direitos e de emoções.

Esses sentimentos, que eu pensava serem só meus, emergiram como ecos nas minhas colegas durante nossas trocas e conversas, as diversas histórias contadas e regadas a muitas comidinhas, que nos aquecia o coração e nos auxiliavam a pensar as possibilidades de intervenção e ação junto a população por nós atendida.

E foi durante essas conversas, essas trocas, esses momentos de descontração e confraternização, que hoje eu chamo de momento de contação de histórias, que nasceu a ideia de explorar como seria desenvolvida a prática das psicólogas dentro do equipamento CREAS.

Certo! Mas com que propósito? Diminuir um sofrimento, uma angústia? Sim. E também para poder desenvolver e oferecer um serviço público de qualidade, que priorize a

---

<sup>1</sup>Rede de Proteção composta por todas as políticas públicas: Assistência Social, Educação, Saúde e Segurança. Fonte: [https://www.nre.seed.pr.gov.br/arquivos/File/cascavel/rede\\_protecao/cartilha\\_rede\\_cascavel.pdf](https://www.nre.seed.pr.gov.br/arquivos/File/cascavel/rede_protecao/cartilha_rede_cascavel.pdf)

pessoa, a família atendida no CREAS; que observe e contemple – conforme preconiza a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e outros documentos – suas potencialidades, suas interseccionalidades, sua autonomia, seus desejos, que essas pessoas se tornem protagonistas da própria história.

E também que as pessoas atendidas sejam verdadeiramente vistas, reconhecidas e consideradas dignas de viver uma boa vida e que não sejam invisibilizadas por essa estigmatização social, por viverem numa condição de vulnerabilidade e risco social e pessoal pela falta de oportunidades, que, aos olhos das Políticas Públicas, pode ser considerada uma forma de vida degradante, desviada, errada, suja, abjeta e acabam sendo definidas por essa condição de precariedade social e humana, como apontam Butler (2015) e Sofia Favero (2022).

Sendo assim, para concretizar a ideia de explorar a Psicologia e sua práxis no âmbito da Assistência Social, senti a necessidade de retornar para a academia, me aventurar numa nova experiência, iniciar um novo capítulo na minha história. Fui-me (re)descobrir no mestrado e junto comigo carreguei as expectativas de minhas colegas de CREAS Sul, pois desde o início compartilhamos juntas esse desejo de melhoria na nossa rotina de intervenções, ações, conversas, trocas de experiências, vivências e histórias; desejo de reconhecimento e valorização do nosso trabalho; e desejo de melhoria da política pública.

Mas como pensar uma prática psicológica na Assistência Social sem pensar a Política em si? Favero (2022) em seu livro *Psicologia Suja* – que cito no início desta introdução – me fez refletir não só sobre a Psicologia enquanto ciência e prática clínica, mas também sobre a Política de Assistência Social, num posicionamento ético e político que apresenta as características colonialistas da minha profissão desde os primórdios e que nega o que não consegue encarar, isto é, o que é visto pela sociedade brasileira de maioria cristã-brancocisheteronormativa como feio, abjeto, sujo e que, por isso, deve ser resolvido, curado,

melhorado e se não for possível a mudança para o suposto normal, deve ser ignorado, escondido, eliminado.

Favero (2022) percorre caminhos de memória, suas memórias, sua história de mulher trans – desde a criança Felipe até mulher Sofia – para refletir a ética na Psicologia, refletir, como questionado por Céu Cavalcante no prefácio do livro, se a psicologia suja apontada pela autora seria “uma psicologia que abdique das transparências em direção à opacidade como ideal ético?” (2022, p. 14) e Favero nos mostra que sim, que há muitas questões e aspectos da Psicologia enquanto ciência e profissão que deixa a sujeira no vidro para que o outro lado não seja visto, ou seja, as discriminações, o racismo, homofobia etc., que estão imbricadas à Psicologia e que muitas profissionais escolhem não ver e não falar.

E é nesse sentido, do que está do outro lado do vidro, ou escondido debaixo do tapete, que promovo o diálogo entre a ética apontada por Favero (2022) em seu livro e a presente pesquisa, tendo como foco não a Psicologia, mas a Política de Assistência Social e as demais políticas. Favero (2022) nos convida a nos sujar, a fuçar, a nos lambuzarmos da sujeira inerente a nossa sociedade cisheteropatriarcal-capitalista, ao nosso poder público colonialista; nos convida a vivenciar essa sujeira e a não mais escondê-la.

Com este entendimento começo a pensar a Política de Assistência Social como ela foi desenhada, por quem e em que momento histórico do país Brasil ela foi construída, e percebo que, apesar de ser fruto da Constituição Cidadã de 1988, ela foi pensada por brancos e para brancos – pobres, porém brancos – desconsiderando que estes são minoria no Brasil e que a maioria se encaixa nas personagens do livro de Contos *Olhos d'Água* de Evaristo (2018).

Eu me proponho a refletir a Assistência Social como política a partir da proposta que Favero (2022) faz, onde ela apresenta uma Psicologia que se esquiva de olhar e discutir a partir do que é polêmico, social e religiosamente não aceito, ou seja, a partir do que não é considerado normal para a família tradicional brasileira, como dizia um ex-presidente.

O meu questionamento em relação à Assistência Social perpassa sobre a prática de intervenção e o modo como a Política se estabelece na atualidade, justamente por ela ser uma Política construída a partir de um repertório colonialista, patriarcal e capitalista, de maneira que a pobre, preta e favelada, a desviada, a anormal tem poucas ou nenhuma oportunidade real de melhoria, tem seu lugar de marginalidade reforçado, posto que é visto como no tempo do Brasil colônia, tempo da escravidão, vista como preguiçosa, que não gosta de trabalhar, só serve para serviços braçais, sexualizada, agressiva e só responde a brutalidade, como apontam Achille Mbembe (2020) e Carla Akotirene (2020).

E ainda que a política tenha sido construída para atender a uma parcela branca da população que é pobre, mas que por ser branca possui mais oportunidades e privilégios e não sofre com a discriminação e o racismo como as pessoas negras (pretas e pardas) – apesar de falarem em interseccionalidade hoje em dia, ela não existe na política. Alguns textos e normativas estão começando a serem pensados e discutidos, mas não estão sendo postos em prática, pois a burocracia impede que algumas ações sejam alteradas para melhorar o atendimento como explicam Akotirene (2020) e Françoise Vergès (2021). E esta burocracia é mantida pelo mito da democracia racial e de uma falsa cultura social e inclusiva.

Usarei trechos destes dois livros: *Psicologia Suja* e *Olhos D'Água*, para introduzir algumas reflexões realizadas para essa dissertação, pois, na minha percepção, eles se complementam e conversam com a proposta desta pesquisa, com o olhar que quero dedicar as vivências que cruzam a minha história no CREAS Sul.

As histórias dessas duas mulheres: Sofia Favero e Conceição Evaristo, uma, mulher trans e nordestina, a outra, mulher preta e favelada, hoje, duas grandes autoras em suas áreas de estudo e profissão, a primeira, psicóloga e pesquisadora, a segunda, professora e escritora; elas representam que o que é visto como sujo e degradante é material sim, não de piada, mas de luta, de resistência e de glória.

## História de uma pesquisadora iniciante

A sombra [o trágico, o degradado, o perdido] quer o que a persona [consciência] não concede: *integração de conflitos*. Talvez por isso Jung aponte que o processo de desenvolvimento se dá pelo reconhecimento da sombra [existente em nós], ou seja, é com a retirada de cena da persona que o sujeito caminha em direção à cura da alma. (Favero, 2022, p. 120, ênfase no original).

Em conversa com uma amiga, que já havia passado pelo mestrado e atualmente está se aventurando no doutorado, sobre o meu nervosismo nessa minha nova aventura, ouvi: “*No mestrado você está aprendendo a ser pesquisadora*”. Ouvir isso me tranquilizou um pouco, mas quem já fez mestrado sabe que essa tranquilidade é transitória.

Eu já havia feito duas especializações, uma formação em Gestalt-Terapia, capacitações diversas etc., mas eu sempre tive vontade de fazer pesquisa. E sentindo aflorar em mim esse sonho, juntamente com as angústias que tomavam o meu corpo em relação ao trabalho desenvolvido no CREAS Sul, retornei para a academia para aprender a ser pesquisadora pensando que iria desvendar o mistério de compreender uma práxis *psi* condizente com o meu espaço de trabalho e atendendo a uma expectativa que eu mesma estava me impondo.

Mas como pesquisar o meu campo de trabalho trabalhando nele? Como manter aquela perspectiva de pesquisa imparcial e neutra? Manter o distanciamento para não criar os tais vieses de pesquisa?

Bem, fui buscar na minha caixinha de memória e nos livros usados na graduação o conhecimento sobre pesquisa para desenvolver o pré-projeto, observando o não envolvimento, uma neutralidade e um distanciamento do tal objeto de pesquisa, posicionamento que segue uma perspectiva ocidental e cartesiana de se fazer pesquisa (até então, esse era o meu entendimento sobre pesquisa científica).

Elaborei e apresentei meu pré-projeto de pesquisa tendo por base esse conhecimento – com muito receio de não ser suficiente, pois já haviam se passados muitos anos. Passei, entrei, iniciei no Programa de Mestrado e nesse começo de jornada acadêmica como pesquisadora muitos desafios foram surgindo. Para a minha surpresa e um tanto de frustração, na primeira orientação com a professora Anita, percebi que tudo o que fiz, estudei e escrevi para o pré-projeto teria de ser mudado (sim, eu sabia que haveria mudanças, mas imaginei que fosse algo aqui e ali, que seriam pontuais).

Vieram muitas aulas, orientações, reflexões nos Laboratório e Grupo de Pesquisa e outros momentos de trocas que me auxiliaram a ampliar minha compreensão do que é fazer pesquisa científica. E, depois de ter lidado com a pontinha de frustração toda vez que olhava o meu pré-projeto, consegui compreender o valor das mudanças. E posso dizer: estou feliz com o caminho que a pesquisa está tomando, como ela está se desenhando, se construindo, se fazendo. (E é verdade esse bilhete!)

Sim, é gerundismo mesmo, pois a partir da reflexão do que é fazer pesquisa, do lugar da pesquisadora, da sua não neutralidade e da compreensão que venho adquirindo sobre minha própria subjetividade na pesquisa, no trabalho, no mundo, a partir das minhas experiências (vivências), posso afirmar que as mudanças propostas são mais que necessárias. Elas fazem parte do processo de produção de uma identidade e subjetividade como pesquisadora, como trabalhadora do SUAS, como pessoa humana, numa postura ética e política, no desenvolvimento de uma pesquisa com o rigor científico exigido, mas com a delicadeza e certa subversão às normas e estilos eurocêtricos da ciência que tem foco em evidências replicáveis.

Segundo Michel Foucault (2010), a produção de subjetividade se dá a partir da reflexão de três dimensões: o tipo de saber (campos de verdade), as normas de conduta (regras socioculturais para se viver em sociedade) e uma modalidade de subjetivação (a forma como

me relaciono comigo mesma). Não é uma experiência de um eu, é a experiência de um si; um si sempre na base de algo que está colocado no mundo, ou seja, de modalidades de ser: regimes de verdade e normatividades de comportamento que conduzem a uma certa modalidade do sujeito se relacionar consigo mesmo, isso implica em condições para a produção de subjetividades, por ser uma prática reflexiva, a partir do momento em que tomo aquilo como regra de conduta, pela qual me conduzo; essa regra é facultativa, pois é uma escolha segui-la, pois somos pessoas livres.

Ao refletir sobre a minha prática, me aventurar no mestrado, eu me constituo por distintas modalidades de subjetivação, pois repenso o meu posicionamento ético-político enquanto mulher e pessoa branca, enquanto psicóloga e trabalhadora do SUAS. São diversas modalidades de subjetivação produzidas e que ora estão como fundo, ora estão como figura, e uma sempre interfere na outra.

Ao pensar junto com Foucault (2010), quando ele faz essa discussão sobre subjetividade na relação com a ética, ele está pensando num modo do sujeito se conduzir a partir de uma prática reflexiva; e isso traz para a Assistência Social, a reflexão sobre as intervenções realizadas nesse espaço de trabalho e implica discutir como a trabalhadora do SUAS pensa a si mesma nessa relação com esses campos de verdade, com essas normas de comportamento e com a relação que se estabelece consigo mesma, porque isso envolve uma política pública, envolve um campo social no qual essa política acontece, envolve as relações que as pessoas estabelecem entre si dentro do espaço de trabalho.

Assim, para produzir essas modalidades de subjetivação, enquanto pesquisadora e trabalhadora do SUAS, revisei e refleti a relação entre as etapas do meu pré-projeto e uma outra possibilidade de fazer pesquisa com base em propostas já experimentadas de produção do conhecimento através de narrativas, histórias, cartas e contos.

O projeto inicial foi desenvolvido a partir de conhecimentos adquiridos na graduação, como já dito. Estes conhecimentos remetem a uma ciência da psicologia positivista, mecanicista, capitalista, colonialista, patriarcalista, conforme explica Anita Guazzelli Bernardes, Neuza Maria de Fátima Guareschi e Giovana Barbieri Galeano (2021), e esse entendimento vai ao encontro de Donna Haraway (1995) e Favero (2020). Uma psicologia onde o sujeito, o objeto a ser pesquisado e o pesquisador tinham que manter uma distância e imparcialidade entre si, e os métodos e a teoria escolhidos deveriam garantir uma replicabilidade, validade e veracidade dos resultados da pesquisa.

Pensando no meu problema de pesquisa, defini os objetivos e os métodos que poderiam responder à pergunta problema inicialmente pensada que se referia à prática de intervenção da psicóloga. Os métodos foram delimitados e limitados por uma suposta objetividade e imparcialidade, apesar de o campo onde foi desenvolvida a pesquisa ser o lugar onde trabalho e onde diariamente afeto e sou afetada pelas colegas, pelas usuárias atendidas, por suas histórias compartilhadas e por eventos que, por vezes, podem definir a intervenção junto à população.

Como desenvolver uma forma de intervenção que realmente olhe para a usuária que o CREAS Sul está atendendo? Como construir possibilidades de mudanças para uma família que sempre esteve invisível para a sociedade, para o poder público, e que vem à luz devido a uma exposição na mídia, promovendo uma comoção social e interferindo no campo de trabalho do CREAS Sul? Como realizar um trabalho em conjunto com as demais políticas públicas quando, ao que parece, essas políticas preferem jogar para um buraco os casos, as famílias indesejáveis e vistas como problemas?

O meu desejo era de manter a essência do projeto, ou seja, pesquisar as práticas de intervenção desenvolvidas no espaço do CREAS, inicialmente, as práticas psicológicas. Mas se a proposta dessa política pública é realizar um trabalho intersetorial e multidisciplinar, por

que focar só nas intervenções psicológicas? Era necessário ampliar, inclusive, porque a psicóloga no SUAS não trabalha sozinha.

Sendo assim, foi necessário repensar, desconstruir e reconstruir o problema de pesquisa, os objetivos e as estratégias pensadas para compor o método do projeto. E em meio a esse processo, outras necessidades foram surgindo, visto que me percebi questionando minhas verdades em relação às práticas psicológicas que deveriam ser desenvolvidas. Quero dizer, como poderia excluir a atuação das assistentes sociais se elas fazem parte da história? Como poderia não considerar a participação das pessoas que são atendidas nesse serviço, suas histórias, tornando-as visíveis? Como não pensar essas histórias a partir dos instrumentos que interferem diretamente nas intervenções desenvolvidas no CREAS Sul?

E mais, como não pensar tudo isso sem considerar que vivemos num país, estado, cidade que flerta com um regime de governo que promulga o autoritarismo, uma não democracia, retirando os direitos que foram adquiridos com muita luta; em geral, os direitos de pessoas pretas, pardas, indígenas, homossexuais, transgêneros, que por serem quem são, já sofrem com o racismo, a discriminação, o desvio do olhar, as caras de nojo e desgosto, por serem consideradas desviantes do que é limpo, puro, correto: a família feliz de comercial de margarina – branca, rica, cristã e com a mesa farta –, como se isso fosse sinal de felicidade.

Isso me provocou a rever e pensar outras possibilidades de epistemologias, autoras e autores para compor os pressupostos teóricos, refletir sobre o objeto, o campo de pesquisa, o meu posicionamento como pesquisadora e trabalhadora e, conseqüentemente, pensar outras formas de fazer pesquisa científica.

A proposta então é refletir sobre as estratégias de intervenção no âmbito do CREAS Sul, visando atender os princípios, diretrizes e propósitos previstos nos documentos norteadores da Política de Assistência Social, mas principalmente considerar as potencialidades da pessoa e família, as potencialidades e limitações do território e que estas

são mantidas por vivermos num país desigual, que nega o racismo estrutural, que agride, violenta, estupra as mulheres e as culpa por isso, que mata as pessoas trans por exercerem seu direito de ser e existir.

Segundo o Atlas da Violência de 2024, coordenado por Daniel Cerqueira e Samira Bueno (2024), que traz os dados estatísticos de violência no Brasil entre os anos de 2012 e 2022, aponta-se que no Mato Grosso do Sul (MS) o número de feminicídios de mulheres no ano de 2022 foi de 71 mortes, enquanto o Brasil somou 3.806 feminicídios; observa-se que mais da metade das mulheres assassinadas no Brasil são negras: 2.526 contra 1.227 mortes de mulheres não negras; já no MS a diferença percentual é menor, tendo o Estado registrado 41 feminicídios de mulheres negras e 30 feminicídios de mulheres não negras. O número de assassinatos das pessoas negras no Brasil é três vezes maior do que das pessoas não negras: 35.531 e 10.209, respectivamente. O MS registrou 343 mortes de pessoas negras e 205 de pessoas não negras no ano de 2022 (Cerqueira & Bueno, 2024).

Observa-se ainda que o registro de violências contra a população LGBTQIAPN+, no ano de 2022, é consideravelmente maior para pessoas homossexuais em comparação com as bissexuais, sendo que houve um aumento de quase 40% referente ao registro de violências contra essa população em 2021. Por identidade de gênero, observou-se que houve também um aumento significativo de registro de violência entre os anos de 2021 e 2022, sendo registrado em 2022: 595 casos de violência contra travestis; 812 contra homens trans e 2.763 casos de violência contra mulheres trans. Se adicionarmos o parâmetro raça, tem-se que a violência é maior contra as pessoas trans e travestis negras no Brasil (Cerqueira & Bueno, 2024).

Isto posto e, rememorando as demandas que chegam ao CREAS Sul, percebo que, em relação às violências contra mulheres, crianças e adolescentes, a população LGBTQIAPN+ pouco é atendida por este equipamento. São corpos que ficam invisíveis às políticas públicas de proteção social e garantia de direitos, não porque não sofrem violações de direitos e

violências, mas porque não são vistas e não são consideradas pelas políticas que compõem a Rede de Proteção.

Assim, para atender a proposta da pesquisa é necessário considerar também as interseccionalidades existentes, pois ocorre no coletivo e se dá no entre; é um determinante social, pois recai sobre determinados corpos, e são as dimensões dessas interseccionalidades que tornam esses corpos público ou não da Assistência Social.

Como a Política Pública de Assistência Social produz as suas práticas, as ações de proteção social e estratégias de enfrentamentos às violências que atravessam alguns corpos? Ela considera o modo como os marcadores de identidade desses corpos se articulam e apontam a interseccionalidade como recurso analítico e operacional? É uma interseccionalidade que considera todos os grupos oprimidos ou só considera alguns aspectos, características dos “entres” que a política e políticos se ocupam de atender dentro de uma perspectiva cisheteropatriarcal capitalista que Akotirene (2020) também denomina como modelo de matriz colonial moderna?

Ao refletir sobre o conceito de interseccionalidade, Akotirene (2020) perpassa pela origem e pelas atuais diferenças entre autoras sobre o entendimento do termo e o que esse termo abarca, ou seja, como ele é empregado tanto por quem o compreende, quanto por quem não o compreende na sua integralidade.

Acompanho Kimberlé Crenshaw, pois uma vez protegidos do racismo, podemos nos proteger de toda e qualquer violência e lutar por mais tempo contra as necropolíticas. Por mais que argumentem que a interseccionalidade reitera o discurso de punição ... A interseccionalidade é a autoridade intelectual de todas as mulheres que um dia foram interrompidas. A interseccionalidade é sofisticada fonte de água, metodológica, proposta por uma intelectual negra, por isto é tão difícil engolir os seus fluxos feitos mundo afora. (Akotirene, 2020, p. 113-114).

Ela defende a interseccionalidade como uma produção do movimento feminista negro e excluir esta essência inviabiliza a operacionalização assertiva desse recurso, além de promover um “epistemicídio e racismo epistêmico” (Akotirene, 2020, p. 51) do termo e de sua origem.

Tendo por ponto de partida a perspectiva decolonial da autora em que se propõe transgredir e romper com a matriz colonial moderna, legitimar a negritude como perspectiva através dos sentidos em todos os níveis de saberes: “psíquico, cognitivo e espiritual” (p. 42), “cartografando o pensamento de mulheres negras e terceiro-mundistas” (p. 42), propondo a interseccionalidade como um método negro-feminista e que não é privativo de um grupo particular que sofre determinada opressão de raça, ou de gênero, ou de etnia, mas sim um método onde a partícula “e” está sempre presente, pois como afirma Audre Lorde (2018 citada em Akotirene, 2020, p. 43): “Não existe hierarquia de opressão. Eu não posso me dar ao luxo de lutar contra uma forma de opressão apenas. Não posso me permitir acreditar que ser livre de intolerância é um direito de um grupo particular”.

A proposta não é somar identidades e nem fazer comparações, a proposta é articular: raça, gênero, etnia, orientação sexual, classe e produzir outras formas de conhecimento e outras formas de fazer políticas públicas a partir da interseccionalidade.

O feminismo negro está interessado em socorrer considerando os sentidos .... A concepção de mundo que interessa ao feminismo negro se utiliza de todos os sentidos. E repito, não socorre vítimas do colonialismo moderno prestando atenção à cor da pele, ao gênero, à sexualidade, genitália ou língua nativa. Considera isto, sim, humanidades. (Akotirene, 2020, p. 24).

Ainda segundo esta autora, muitas ou todas as políticas públicas desenvolvem propostas supostamente com base na interseccionalidade: “correspondente às minorias políticas ou à diversidade” (p. 24), mas ignoram ou questionam a real necessidade e poder das

mulheres negras, das mulheres trans, das trabalhadoras do sexo, que não aparecem na Assistência, e quando, porventura, aparecem são por razões outras que não as violências por elas sofridas, por serem quem são. Fazem algo para elas, mas não com elas e entre elas. Então eu pergunto, fazem algo para elas realmente, ou para manter as desigualdades estruturais?

Do meu ponto de vista decolonial, é contraproducente empregar interseccionalidade para localizar apenas discriminações e violências institucionais contra indígenas, imigrantes, mulheres, negros, religiosos do candomblé, gordos e grupos identitários diversificados. O padrão global moderno impôs estas alegorias humanas de Outros, diferenciadas na aparência, em que preconceitos de cor, geração e capacidade física, aperfeiçoam opressões anti-negros e anti-mulheres – mercadorias humanas da matriz colonial moderna heteropatriarcal do sistema mundo.

O problema não está necessariamente nas respostas dadas à matriz colonial, mas quais metodologias usamos para formular tais respostas (Akotirene, 2020, p. 35).

As propostas de políticas públicas não podem ser produzidas através da soma das diversidades, o termo interseccionalidade implica na intersecção dessas propostas, nos “entres” dos corpos que compõem a diversidade.

“a interseccionalidade impede reducionismos da política de identidades” (Akotirene, 2020, p. 59) e possibilita intervenções políticas condizentes com a diversidade de corpos, visto que o colonialismo tradicional criou e o colonialismo moderno promove e reforça o racismo e o sexismo estruturais e institucionais.

Assim, essa dissertação, essa reflexão sobre as intervenções realizadas no Serviço de PAEFI, não visa modular ou controlar um comportamento, um jeito de ser, de viver, não é analisar as práticas desenvolvidas pelas trabalhadoras do SUAS no CREAS sob uma perspectiva única e talvez limitada da ciência tradicional, colonialista, capitalista e padronizada por uma ISO, mas refletir a partir de outras perspectivas sobre como certos

instrumentos atuam sobre as trabalhadoras influenciando ou até definindo seus comportamentos.

Esta dissertação visa refletir sobre as subjetividades que emergem no campo de pesquisa e que afetam e são afetadas pelas pessoas ali presentes, incluindo a pesquisadora, a equipe, a população atendida e nossas histórias; uma subjetividade que não é individual, mas sim coletiva, pois aparece nas experiências que se mostram coletivas; e os afetos, sentimentos e comportamentos ressoam nesse coletivo de histórias e de sujeitos.

Visa, através da análise dessa subjetividade, que é produzida a partir da compreensão do Serviço de PAEFI, a quem, por que, pra quê se destina; das formas como as pessoas atuam diante da situação de violação de direito e violência vivenciada; das interseccionalidades existentes; e da compreensão das relações existentes entre as pessoas envolvidas, as que acessam o Serviço e as que intervêm para que o Serviço seja disponibilizado, ou seja, as trabalhadoras do SUAS; de modo que, ao final de um acompanhamento, por exemplo, as usuárias desse Serviço tenham condições de refletir e realizar escolhas, realizar as ações que melhor lhes atendem em suas demandas; que elas possam produzir modalidades de subjetividades e assim promover a sua capacidade de exercer a autonomia e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários que são seguranças afiançadas pelo SUAS (Resolução CNAS nº 33/2012, 2012).

Assim, seria insuficiente aplicar um questionário, por exemplo, junto às colegas de trabalho e analisar os dados coletados (como se eles dessem em árvore), a possibilidade de encontrar reflexões atualizadas e mais próximas da realidade seria limitada por uma epistemologia eurocêntrica de se fazer pesquisa. Foi necessária uma abertura para outras perspectivas, seja de outras ciências, teorias, métodos, seja de outros sujeitos, seja de um outro lugar.

A compreensão das práticas de intervenção (a partir das subjetividades produzidas) não pretende se limitar a um único foco de luz, ela, segundo Andrea Cristina Coelho Scisleski e Simone Maria Hüning (2016), pode inclusive adentrar nas sombras existentes no mundo e que, em geral, são invisíveis e/ou negligenciadas pela ciência e, desta maneira, pode ser invisível e negligenciada por quem atua nos equipamentos de Assistência Social: gestores e técnicos da ponta.

Assim, a nova proposta de pesquisa, a partir da reformulação do projeto, não é buscar uma generalização na produção do conhecimento, das formas de intervenção, mas produzir um conhecimento que tenha sob perspectiva as diferenças existentes no campo e nos sujeitos, que compreenda uma subjetividade e as realidades vividas a partir das interseccionalidades existentes, como apontam Kleber Prado Filho e Simone Martins (2007).

Ela intenciona olhar para o que é, muitas vezes, negligenciado pelas outras vertentes da própria Psicologia e de outras ciências. É tornar visível o invisível, é refletir sobre a subjetividade existente nas sombras, no escuro, ou seja, além do que está iluminado por uma teoria ou perspectiva e que se faz objeto para ser estudado (Scisleski & Hüning, 2016).

Existem outras possibilidades no escuro, no que não está iluminado pelos paradigmas vigentes e que se mostram potentes na produção de um conhecimento e de uma subjetividade, mas para isso é necessário rever estratégias, teorias, abordagens, é necessário realizar (re)flexões, mudanças, de maneira que a pesquisa possa sair deste lugar e desta perspectiva higienista, capitalista, colonialista de segregação e marginalização e que reforcem esses e outros estigmas sociais, especialmente, quando o campo e o objeto de estudos se relacionam às políticas públicas, territórios e pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social e que, em geral, são invisibilizadas, sendo lembradas apenas nos períodos de eleição ou quando “dá mídia”. É necessário refletir sobre o que é pesquisado e sob qual perspectiva, do que é posto

em visibilidade, sob a luz, e do que é deixado no escuro, na invisibilidade (Favero, 2020; Haraway, 1995; Scisleski & Hüning, 2016).

O sentimento de não saber como intervir junto a uma família, especialmente uma família cuja história está repleta de violações de direitos, de invisibilidades seja pela comunidade, seja pelo poder público, de não saber o que fazer e de como fazer para auxiliar a família a sair dessa condição precária; o sentimento de inércia, de impotência, de “enxugar gelo”, de nadar, nadar e morrer na praia é o que mais me motivou e me estimulou para estudar e buscar uma compreensão desses fenômenos, desses sentimentos que não são só meus. “O que está em jogo são as condições que tornam a vida sustentável, e, portanto, as dissensões [divergências] morais centram-se invariavelmente em como ou se essas condições de vida podem ser melhores e as condições precárias, amenizadas.” (Butler, 2015, p. 57).

E ainda, a percepção de que não fazemos o suficiente ou não fazemos nada, de sermos sempre cobradas seja pela mídia, seja pela comunidade, seja pela Rede de Proteção e suas trabalhadoras, de sermos também invisíveis, nos fizeram nos unir, nos aliançar para resistir. Como? Bem, essa é uma história que contarei mais à frente.

Assim, a flexão do problema de pesquisa inicialmente pensado visa alcançar a potência do que está invisível, pois no escuro tudo é possível, não há regras a serem seguidas, não há restrições para o que possa ser descoberto, há várias possibilidades: é um conhecimento, um espaço a ser preenchido, onde a pesquisa e a subjetividade podem ser produzidas (Scisleski & Hüning, 2016).

Bernardes, Guareschi e Galeano (2021) dialogam com Favero (2020) e Haraway (1995) ao pontuar em seu artigo o lugar do pesquisador, seu lugar de corpo na pesquisa, numa não neutralidade na pesquisa e sim uma objetividade localizada, visto que tanto o problema de pesquisa, quanto os objetivos e estratégias possuem um lugar, um contexto e uma história, assim como a pesquisadora que também possui um lugar, um contexto e uma história.

E essa história que conto agora perpassa diversas outras histórias. Histórias de indiferença, de preconceito, de vulnerabilidades, de cobrança, de visibilidades para uns e invisibilidades para outros, de buracos, de quedas e alguns resgates. E é a partir desse campo de pesquisa, desse espaço de desafios, fragilidades, sentimentos misturados, desse lugar de diversas falas, mas que soam em uníssono, que me encontro e encontro as pessoas com quem trabalho e as pessoas que atendo todos os dias.

Favero (2020) reflete sobre o “lugar de fala” do pesquisador e sua relação com o que emerge no campo e com o que é do outro, sem menosprezar esse outro e sim observando e refletindo sobre como ele, pesquisador, é atravessado (afetado) pelo que está no campo. Os marcadores de identidade do pesquisador não o tornarão parte do que emerge no campo e sim sua relação, sua interação com o sujeito da pesquisa e o lugar em que ele habita; o tema, o sujeito, o objeto de estudo tem relação com o pesquisador de alguma forma e é esta relação que deve ser observada no fazer pesquisa e na construção de uma subjetividade de pesquisa.

Nesse lugar, nesse campo de diversas falas, me percebi impelida a compartilhar, além de refletir sobre isso. Como dito na primeira parte da introdução, os sentimentos e as angústias, que eu pensava serem só meus a respeito de como o trabalho é desenvolvido no CREAS, ressoaram como ecos nas minhas colegas. Por mais que eu tenha pensado em me manter neutra e imparcial ao desenvolver essa pesquisa, foi impossível, pois estou nesse espaço todos os dias e a cada notícia que chega através, por exemplo, das redes sociais sobre um atendimento nosso já emerge a sensação de “*pronto, agora deu ruim*”, não precisa ser um caso atendido por mim, pode ser de uma das colegas, o sentimento ressoa, é compartilhado.

Portanto, não há neutralidade, mas há cientificidade, há cuidado, há vontade de mudar, de fazer mudar e pra isso é necessário estudar, é necessário pesquisar, conhecer e compreender o fenômeno e como ele interfere no campo de trabalho, que é o campo de

pesquisa, para, então, poder resistir e lutar por uma política pública de qualidade e de respeito às diferenças, às interseccionalidades.

Tanto o conhecimento teórico como a minha experiência, minha vivência, partem de algum lugar situado, localizado; possuem uma história, um contexto, um campo de onde emergiram e ocupam um lugar e se relacionam entre si. Entendo que o problema e os objetivos de pesquisa também são situados, pois são influenciados/afetados e afetam/influenciam a pesquisadora, a teoria e a experiência. Portanto, a produção do conhecimento e da subjetividade também são situados e histórica e contextualmente localizados (Bernardes et al., 2021).

O que estou tentando dizer é que as práticas desenvolvidas no CREAS Sul, as teorias conhecidas pelas trabalhadoras deste equipamento, as próprias trabalhadoras e as pessoas por nós atendidas, temos uma história e uma realidade que se iniciam diferenciadas e, em algum momento, se cruzam e se afetam mutuamente, como quando fazemos a contação de histórias: conversamos sobre nossas percepções relativas a algum caso, pensamos em intervenções junto às famílias, verbalizamos nossos sentimentos e nos sentimos pressionadas pelo “*vai dar mídia*”. Essas percepções e intervenções são situadas, localizadas, influenciadas por esse campo compartilhado. Então, refletir sobre a pergunta, o objeto e o método de pesquisa é refletir sobre um método, um objeto e uma pergunta localizadas e situadas neste campo compartilhado.

Haraway (1995) ao explicar sobre a objetividade da ciência e na pesquisa se refere a uma “objetividade corporificada”, ou seja, se refere a um lugar de fala, lugar de corpo, de saber de onde se fala, como se fala e pra quem se fala, observando e considerando as interseccionalidades, as diferenças, a variedade de variantes, a partir de uma visão ampla e não fixa, parcial e não generalista.

Essa parcialidade remete a uma não neutralidade existente nas pesquisas, no fazer ciência. Não há neutralidade na pesquisa, a pesquisadora é situada, é parcial, posto que ela (eu) tem uma história e uma relação com o objeto estudado, se existe relação, não existe neutralidade, mas isso não significa que a pesquisa não será objetiva, por isso Haraway (1995) refere-se a uma objetividade localizada.

Nessa história, a objetividade se localiza no CREAS Sul, espaço onde os encontros e as relações acontecem, onde as falas e os sentimentos emergem, onde muitas vezes as vozes precisam ser abafadas e poucas vezes conseguem dar um suspiro e serem ouvidas. Mas através dessa dissertação elas têm a oportunidade de serem transformadas em histórias que poderão ser lidas, contadas e compartilhadas para não serem esquecidas dentro de um buraco qualquer.

Eu, enquanto trabalhadora do CREAS, mestranda e pesquisadora, também componho essa objetividade localizada que Haraway (1995) define, sou um corpo nesse campo de pesquisa e reflexão, um corpo que está em relação com outros corpos que também compõem esse campo e isso imprime a não neutralidade e possibilita a objetividade deste lugar em que está o meu corpo de pesquisadora.

É na flexão, reformulação e reflexão do problema de pesquisa e, conseqüentemente, de todas as fases do pré-projeto que a proposta se delineia. Ela se desenha no decorrer do processo de pesquisar visando a compreensão de uma subjetividade individual e ao mesmo tempo coletiva, pois ela emerge na e da relação existente entre os pressupostos teóricos e históricos, contextualizados; lugar de corpo e de fala das trabalhadoras e das pessoas atendidas no CREAS; de todas as características que compõem o fazer pesquisa: objeto, objetivos, perguntas norteadoras, estratégias de investigação, dados e análises, num processo, num movimento contínuo e flexível do ato de investigar.

O fazer pesquisa não é aplicação tácita de procedimentos, o fazer pesquisa é movimento para uma produção de subjetividade e de conhecimento.

E qual a necessidade de toda essa discussão sobre método, objeto e sujeito? Considero importante contar essa história, de como foi feita a transformação do pré-projeto, pois ela reflete a minha transformação enquanto pesquisadora e valida a importância das minhas colegas de CREAS nesse processo de me reconhecer como pesquisadora e não apenas como trabalhadora do SUAS. Uma trabalhadora do SUAS não atua sozinha, a intervenção é coletiva, portanto, eu não pesquiso sozinha. A minha pesquisa é minha? Sim, mas tem como característica a coletividade das histórias vivenciadas nesse campo de flores e espinhos que chamamos de CREAS Sul.

Dito isto, vamos passar para a desconstrução e reformulação do objeto e do método de pesquisa.

**ERA UMA VEZ UM OBJETO E UM MÉTODO DE PESQUISA**

---

A sujeira está inscrita em mim. Acredita agora? É nesse sentido que sujar passa a ser *agenciar*. Combater os efeitos nocivos da normatividade simbólica e material, que contribui para a manutenção de uma moral perversa. Essas pessoas não estão somente infringindo a cidadania de alguém, estão também fabricando um raciocínio sobre elas mesmas, em que são narradas como limpas, adequadas, consertadas, saudáveis. (Favero, 2022, p. 27, ênfase no original).

O objeto de pesquisa inicialmente proposto no pré-projeto se resumia a estudar as práticas das psicólogas atuantes nos CREASs de Campo Grande/MS, pois eu, enquanto psicóloga trabalhadora deste CREAS, senti a necessidade de fundamentar essa prática, posto que as atuações se pareciam muito com um senso comum, sem fundamentação e estrutura. Para tanto, pensei em realizar mapeamento acerca do que é publicado sobre o tema visando extrair as técnicas e teorias e paradigmas empregados e estudados; em paralelo, seria aplicado questionário semiestruturado; e, posteriormente, roda de conversa com as psicólogas atuantes no CREAS (menos a pesquisadora, pensando em manter uma imparcialidade, como se fosse possível) para, igualmente, coletar as técnicas e teorias por elas empregadas na sua atuação profissional. O problema de pesquisa, portanto, se constituía em responder a duas perguntas norteadoras: 1) Quais são as teorias e metodologias psicológicas que embasam a prática das psicólogas atuantes nos três CREASs de Campo Grande/MS; e 2) As teorias e metodologias (se) empregadas dialogam com o que é produzido cientificamente no Brasil?

Porém, com as orientações e reflexões acerca do que é pesquisar, do lugar da pesquisadora, da não neutralidade na pesquisa e de uma objetividade localizada (Haraway, 1995), tanto o objeto quanto o problema de pesquisa pensados foram se desfazendo e tomando nova forma, pois pesquisar é sempre estabelecer uma relação, uma condição de mútua afetação, de modo que as desmontagens são fundamentais para a composição de um campo

com aquilo e com quem pesquisamos e não sobre o que pesquisamos. O campo de pesquisa permanece o mesmo, os sujeitos foram ampliados incluindo as demais trabalhadoras do CREAS, quero dizer, a proposta é refletir sobre a intervenção psicossocial desenvolvida no Serviço de PAEFI e não apenas sobre a práxis *psi*.

A proposta atual, portanto, visa refletir sobre o campo de trabalho do CREAS Sul e como determinados instrumentos que se constituem nesse campo afetam as formas de intervenção desenvolvidas pelas trabalhadoras deste CREAS, incluindo o modo como nós, trabalhadoras, nos aliançamos numa postura ético-política de resistência e de luta para a melhoria do serviço a ser prestado à população das regiões Anhanduizinho e Bandeira.

É compreender como são produzidas as práticas desenvolvidas no espaço do CREAS Sul a partir de eventos externos e internos à Política de Assistência Social, como:

- A comoção social promovida pela mídia através do caso Sophia;
- As falhas existentes no desenvolvimento de uma articulação intersetorial e multidisciplinar que geram os buracos na rede;
- E a maneira que as trabalhadoras do CREAS Sul, eu, inclusive, nos relacionamos e nos aliançamos para atuar e lutar frente às pressões.

E todas essas interferências resultam numa visibilidade acerca de aspectos, das trabalhadoras e das usuárias dessa Política, que não eram percebidos como importantes, que não eram vistos; enquanto outras usuárias, trabalhadoras e aspectos permanecem à sombra.

Desta maneira, uma outra forma de fazer pesquisa, de pensar as estratégias para a produção do conhecimento também foram se delineando, bem como o lugar da pesquisadora. O campo de pesquisa, a pesquisadora e trabalhadora do SUAS estão situados e, por isso, o método a ser utilizado também deverá ser situado conforme o que emerge desse campo de compartilhamentos de histórias e de afetos.

A roda de conversa, a aplicação de questionário e o mapeamento se mostraram insuficientes e desnecessários tendo em vista o que emergiu desse campo como uma possibilidade de pergunta problema: como as psicólogas e assistentes sociais, trabalhadoras de um CREAS no Serviço de PAEFI, desenvolvem suas práticas de intervenção junto à população em situação de vulnerabilidade e risco social tendo por instrumentos influenciadores o caso Sophia, os buracos na Rede de Proteção Social e as alianças desenvolvidas entre a equipe?

Na busca, não de uma resposta para essa pergunta, mas de um tensionamento que produza um conhecimento, refleti sobre a palavra dissertação – que será o resultado concreto do Mestrado: a produção de uma Dissertação de Mestrado – que, de acordo com o dicionário *online*<sup>2</sup> é: “dissertar – verbo transitivo indireto; apresentar um assunto com riqueza de detalhes, de maneira sistemática, pela escrita ou oralmente; discorrer sobre propostas”. Então me proponho aqui a dissertar sobre uma experiência, uma história, várias histórias e experiências que me envolvem e em que sou envolvida no meu dia a dia de trabalho no CREAS Sul, juntamente com as minhas colegas trabalhadoras que partilham comigo essas histórias.

Dito isto, a rotina, os acontecimentos, impressões e verbalizações dessa minha vivência foram registradas em diário de campo, segundo Gabriela Silva Neves e Ana Lucia Coelho Heckert (2021, p. 144): “O diário de campo não é uma escrita intimista, mas uma escrita transversal engajada na vivência da pesquisadora durante o processo de pesquisa”. Esses registros serão transcritos a partir da minha experiência, da minha intervenção junto às famílias em trechos de histórias de vidas, vidas essas muitas vezes invisibilizadas pelo poder público.

---

<sup>2</sup> Fonte: <https://www.dicio.com.br/dissertar/>

São histórias vivenciadas por mim direta ou indiretamente, ou seja, vividas através dos atendimentos que faço, das histórias que ouço das pessoas com as quais tenho contato no dia a dia de trabalho, seja ela a população atendida no Serviço de PAEFI, sejam as trabalhadoras desse serviço, minhas colegas de CREAS Sul.

Alguns livros e trabalhos foram-me apresentados pela Anita, minha orientadora, como forma de inspiração, dentre eles o de Evaristo (2018), *Olhos d'Água*, livro de contos cujas histórias me atravessaram de tal forma que revi muitas pessoas que atendi durante esses sete anos de CREAS Sul, pois essas histórias, essas vivências, escrevivências – conceito criado pela autora para traduzir em forma de palavras suas vivências e as vivências da coletividade a qual pertence – são expressões de uma realidade experienciada por ela e/ou pelas mulheres pretas e pobres que cruzaram a vida dela, conforme explicam Ella Ferreira Bispo e Sebastião Alves Teixeira Lopes (2018). Em sua maioria, a população atendida pelo CREAS são mulheres pobres e pretas, e suas vidas são cruzadas pela minha a partir do momento que eu ofereço o serviço e elas me permitem adentrar e conhecê-las em suas realidades.

A escrevivência pode ser vista como possibilidade de produção do conhecimento, de compreensão de uma realidade, de uma experiência vivida por um indivíduo e que também é experienciada por um coletivo. Segundo Lissandra Vieira Soares e Paula Sandrine Machado:

Escreviver significa, nesse sentido, contar histórias absolutamente particulares, mas que remetem a outras experiências coletivizadas, uma vez que se compreende existir um comum constituinte entre autor/a e protagonista, quer seja por características compartilhadas através de marcadores sociais, quer seja pela experiência vivenciada, ainda que de posições distintas. (2017, p. 206).

Mas há outras possibilidades tendo em vista que são nossas (do coletivo CREAS Sul) as histórias e experiências aqui refletidas: como as inscrições biográficas, que assim como as escrevivências são um recurso metodológico e político das epistemologias pretas, produtoras

de formas de conhecimento contra coloniais e antirracistas numa pesquisa científica, pesquisar e escrever sobre outras possibilidades torna-se necessariamente também um procedimento metodológico-político, não só um relato e descrição.

Aline Kelly da Silva, Doutora em Psicologia Social pela UFRGS, defendeu em sua tese intitulada *Memória e histórias na palma da mão: inscrições biográficas numa epistemologia feminista antirracista* as inscrições biográficas como método de pesquisa científica da Psicologia Social. A partir das memórias e histórias experienciadas pela autora durante sua pós-graduação, ela propõe uma outra forma de produção de conhecimento científico, denominada de inscrições biográficas. As histórias rememoradas possibilitam a reflexão de perspectivas e formas de produção de subjetividade que foge ao modelo tradicional e eurocêntrico de pesquisa científica e proporciona um olhar decolonial e, como apresentado na tese de Silva (2023), feminista e antirracista para a produção de conhecimento que também traz como recurso operacional a interseccionalidade.

A autora explica, baseando-se em Conceição Evaristo, que: “A escrita assume, assim, uma função política ao narrar memórias e ficcionalizar histórias negadas por uma matriz hegemônica de conhecimento e ao constituir-se como estratégia de afirmação da vida no presente” (Silva, 2023, p. 46).

Como referencial teórico-metodológico, Silva (2023) adotou a obra de Silvia Cusicanqui que possibilitou aproximar a inscrição biográfica como método de pesquisa à realidade brasileira, “a produção de inscrições biográficas, em que o que se coloca como questão é narrar a si mesma, tomando a própria experiência [vivência] como objeto de estudo e a condição de produção de conhecimento em uma perspectiva feminista negra” (Silva, 2023, p. 26-27).

Por que eu, mulher branca, me proponho a trabalhar com um método de pesquisa situado na epistemologia feminista negra e antirracista? Porque a população atendida pelo

CREAS, pelo SUAS é, como já dito, composta em sua maioria por mulheres pretas, pardas e indígenas e são as histórias dessas mulheres que cruzam a minha história de psicóloga do SUAS, no CREAS Sul.

Nesse sentido, as inscrições biográficas podem constituir-se como uma epistemologia feminista negra. Não necessariamente um método indicativo de regras de pesquisa, mas uma forma de pensamento cuja matéria viva é a experiência como uma condição para chegarmos à teorização. As inscrições biográficas indicam maneiras de articulação de experiências em suas dimensões singulares e globais, atreladas ao caráter dos sistemas de dominação que afetam mulheres não brancas do Sul Global. (Silva, 2023, p. 116).

Portanto, na minha pesquisa, as histórias por mim vivenciadas ecoam nas vivências de minhas colegas de trabalho. Partilhamos um mesmo contexto, num mesmo momento cronológico, partilhamos sentimentos, concordamos e discordamos em algumas questões, resistimos e lutamos e estamos juntas com as nossas diferenças e, assim, vamos produzindo um conhecimento.

Lembro bem como foi minha ida para o CREAS Sul. Minha amiga, a mesma que disse que no Mestrado eu iria aprender a ser pesquisadora, me disse: “*se puder escolher vá para um CRAS não para um CREAS*”, ok, pensei. Como não conhecia nada de nada fui nessa expectativa, mas ao chegar à SAS, a gestora me perguntou onde eu morava e me ofereceu o CREAS Sul ou a Casa da Mulher Brasileira, diante destas duas únicas opções, escolhi o CREAS Sul, por ser mais próximo de minha residência.

E em 09 de agosto de 2017 fui à unidade com a carta de encaminhamento, confesso que me surpreendi com o prédio, não de uma maneira positiva, um caixote de alvenaria azul de dois pisos; o CREAS Sul fica no segundo pavimento, as escadas de ferro um tanto enferrujadas, pombos voando de um lado para o outro, um elevador de acessibilidade que não

funciona até hoje, tinta gasta nas paredes e, dentro da unidade, divisórias que não permitem o sigilo nos atendimentos (até porque a equipe PAEFI não fala baixo) e o calor humano e de temperatura, pela falta de ar condicionado.

A coordenadora da unidade da época me recebeu e disse que tinha vaga nos Serviços de Medida Socioeducativa (MSE) e PAEFI, mas como eu não tinha experiência nenhuma, me deixou no serviço de PAEFI. Logo no segundo dia, conheci a Rô, minha parzinha. Ela, assim como eu, era nova no serviço e também tinha caído de paraquedas – o nosso “casamento” dura desde 2017, com alguns perrengues, claro, e muitas, muitas risadas e compromisso com a população e o serviço.

Depois de alguns meses de PAEFI, ao conhecer outras pessoas que trabalham na SAS, ao falar que eu estava no CREAS Sul, já vinham as falas: “*nossa, no CREAS Sul, lá é difícil, hein!*”; “*Ah! Me ofereceram o CREAS Sul, mas preferi outro, lá eu não quero, não*” e por aí segue, até hoje. “*Ih! Lá vem a equipe do CREAS Sul*”; “*Sempre causando...*”. Creio que acabamos assumindo essa identidade meio que de a pária dos CREASs, da SAS e, de certa maneira, fazemos disso a nossa força: “*É! Para tudo que o CREAS Sul chegou.*”; “*Uh! Uh! É CREAS Sul!*” (grito de guerra em um dos desfiles pelo aniversário de Campo Grande/MS, que infelizmente, só conseguimos fazer em um ano).

O CREAS Sul é visto como abjeto, o lugar para se colocar os servidores “rebeldes e subversivos”, um lugar de castigo, de punição, já que lida justamente com a população das regiões mais marginalizadas e pobres de Campo Grande/MS: Anhanduizinho e Bandeira. “*Ninguém vem para o CREAS Sul se conhecer e puder escolher, só vem quem não conhece a fama*”.

Sim, as regiões que atendemos possuem o maior número de pessoas em situações de vulnerabilidade e que vivem em risco pessoal, social e de vida, por dificuldades de acesso às políticas públicas, saneamento, asfalto, transporte, moradia digna etc., a população em sua

maioria é composta por pessoas pretas e pardas, faveladas, sujeitas a criminalidade, ao tráfico de drogas e outras violências. São muitos os desafios existentes nos territórios que estamos localizadas, nesse vasto campo de compartilhamento de vidas. Vidas estas que não são vistas, salvo se aparecer na mídia.

Mas sim, temos muitas profissionais que aqui estão há muitos anos, e quem conhece a unidade percebe que é uma equipe unida e engajada no serviço, que luta por melhorias para si e para a população que atende. Fazemos às vezes de lutar por nossas usuárias, lutar pela proteção delas, lutar para garantir os seus direitos. E como fazer isso? Estudando por conta própria, buscando através dos grupos de estudo ampliar o conhecimento e as trocas das técnicas e entre as técnicas. E apoiando umas às outras, nos aliançando com o objetivo de nos fortalecer enquanto equipe, de valorizar o nosso trabalho e melhorar as nossas intervenções junto às famílias que atendemos. E assim, vamos resistindo.

**“Histórias, nossas histórias. Dias de luta, dias de glória”<sup>3</sup> Será?!**

Menina Querença, quando soube da passagem da Avó Duzu, tinha acabado de chegar da escola. Subitamente se sentiu assistida e visitada por parentes que ela nem conhecera e de quem só ouvira contar as histórias .... Querença desceu o morro recordando a história de sua família, de seu povo. Avó Duzu havia ensinado para ela a brincadeira das asas, do vôo .... Era preciso reinventar a vida, encontrar novos caminhos. Não sabia ainda como. Estava estudando, ensinava as crianças menores da favela, participava do grupo de jovens da Associação de Moradores e do Grêmio da Escola. Intuíva que tudo era muito pouco. A luta devia ser maior ainda. Menina

---

<sup>3</sup> Trecho da música do Charlie Brown Jr. – Dias de Luta, Dias de Glória

Querença tinha treze anos, como seu primo Tático que havia ido por aqueles dias. (Evaristo, 2018, p. 38-39).

Eu continuo a minha história contextualizando o meu lugar enquanto psicóloga, pesquisadora e trabalhadora do SUAS: sou mulher, branca, cisgênera, heterossexual; atuo no CREAS, Serviço de PAEFI desde meados de 2017, o conhecimento adquirido até o momento veio através das vivências experienciadas coletivamente no dia a dia do CREAS Sul, são marcas que meu corpo traz e se apresentam nos encontros que tenho nesses itinerários da assistência, não são apenas formas de designação, mas os lugares desde os quais meus pés pisam na terra. E é a partir dessas experiências, vivências, deste lugar de luta e de aprendizado que me aventuro a pesquisar como nós, trabalhadoras de um CREAS, produzimos nossas práticas e nossa subjetividade no dia a dia do trabalho.

Apono-me como pessoa branca, pois percebo que, mais do que o racismo estrutural, a branquitude e o privilégio branco atuam, de forma velada (ou nem tanto), no desenvolvimento das políticas públicas e na produção de subjetividade nesse espaço em que as políticas são trabalhadas e aplicadas. Comecei a refletir a Política de Assistência Social e as intervenções por mim realizadas nessa perspectiva de branquitude a partir de uma palestra que participei no trabalho, ministrada por Rafael Dantas de Oliveira, Mestre em Estudos Culturais pela UFMS. Ele trabalhou esse conceito em sua dissertação intitulada *Onde estão os brancos? Desvelando a branquitude na arte brasileira*.

Em sua dissertação, Oliveira (2023), a partir de diversa(o)s autora(e)s citados por ele, apresenta que para se evitar pensar sobre o privilégio da branquitude, da pessoa branca que se percebe como raça superior, há uma invisibilidade desse branco racial, de suas ações raciais de modo que a responsabilidade do racismo estrutural contra pretos e indígenas seriam desses

povos e não uma construção social iniciada na colonização (no caso do Brasil) e que se perpetua até hoje.

Há um silenciamento e uma invisibilidade (não nos termos de Butler) proposital no lugar que o branco ocupa na relação racial entre negros e brancos e entre indígenas e brancos, ou seja, o branco se exime propositalmente de suas responsabilidades na manutenção do racismo estrutural através de suas políticas colonialistas, capitalistas e patriarcais; através de uma postura de vitimismo e de uma falsa vulnerabilidade, visto que ao se colocar nesse lugar frágil, de vítima perante à denúncia de um comportamento racista, a pessoa branca reforça a ideiação da pessoa preta agressiva, favorecendo o mito da democracia racial brasileira.

Como explica Cida Bento (2022, p. 14-15, citada em Oliveira, 2023, p. 41): “Não temos um problema negro no Brasil, temos um problema nas relações entre negros e brancos. É a supremacia branca incrustada na branquitude, uma relação de dominação de um grupo sobre o outro [...]” e complementa:

O silêncio, a omissão, a distorção do lugar do branco na situação das desigualdades raciais no Brasil têm fator componente narcísico, de autopreservação, porque vem acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana. (Bento, 2014, p. 30, citada em Oliveira, 2023, p. 41).

Como aponta o autor, é necessário inverter a perspectiva e refletir as desigualdades, as políticas, as relações raciais e o racismo a partir dos privilégios e benefícios concedidos às pessoas brancas, em vez de refletir apenas a partir do sofrimento e falta de oportunidades das pessoas pretas e indígenas. É necessário colocar a branquitude no foco, trazer à luz, mostrando que suas ações e omissões promovem as desigualdades raciais e fomentam uma condição colonizada das pessoas pretas e indígenas e que estas devem servir à pessoa branca, pois ela sim é merecedora seja lá do que for.

Essa perspectiva vem ao encontro da definição de interseccionalidade apresentada por Kimberlé Crenshaw (2002, p. 175, citada em Akotirene, 2020, p. 73):

A conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata de forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

O mito da democracia racial no Brasil, a negação do racismo estrutural, da cultura do branqueamento e do privilégio branco são temas de pouca discussão, especialmente, no espaço das políticas públicas cujas leis, normativas e regulamentações foram e são feitas para todos os brasileiros e brasileiras de forma equânime, como prevê a Constituição Federal de 1988 (CF/88) (mas foram mesmo?). Contudo, sua prática é invisibilizada por PECs (Proposta de Emenda Constitucional) e outras estratégias político-partidárias que visam manter a supremacia da pessoa branca, promovendo de forma velada as desigualdades e desvantagens para os não brancos e mantendo os privilégios e vantagens para os brancos, como, por exemplo, a aprovação pelo Congresso Nacional do Marco Temporal das Terras Indígenas (que passa a considerar para fins de demarcação de terras as ocupadas pelos povos indígenas até a CF/88) e o questionamento acerca da Lei de Cotas no acesso à Educação de Ensino Superior e Técnico (Lei nº 2.711/2012) e aos concursos públicos (Lei nº 12.990/2014).

O lugar de fala para o branco não é um lugar racial, porque o branco não se considera uma raça, se considera humano e ponto. Assim, proponho ocupar esse espaço racial de fala, da raça branca, uma raça privilegiada para refletir sobre a minha atuação como trabalhadora do

SUAS, sobre as intervenções realizadas nesse espaço de CREAS cuja população atendida é em sua maioria da raça preta, refletindo, portanto, a partir de interferências internas e externas à atividade praticada no PAEFI.

Uma intervenção praticada e que é constantemente influenciada por eventos (externos e internos) de maneira que a equipe se aliança entre si para poder enfrentar os desafios e pressões que emergem; produzindo subjetividade a partir do compartilhamento das histórias vivenciadas por mim, visto que sou também atravessada pelas histórias de minhas colegas.

Para direcionar a reflexão, ou seja, como recurso analítico empregado na pesquisa, três instrumentos emergiram desse campo de investigação: mídia, buraco e resistência (suas histórias são contadas mais a frente). Esses instrumentos são produções que se mostraram presentes e atuantes nas diversas histórias experienciadas no dia a dia do trabalho e se tornaram igualmente necessárias para a análise de como as intervenções no PAEFI estão sendo desenvolvidas.

Mídia, buraco e resistência possuem sua essência na perspectiva decolonial feminista, antirracista e interseccional baseadas em Akotirene (2020) e Silva (2023) e na operacionalização do dispositivo de racialidade (apresentado com mais profundidade no capítulo *Brincando de Relatório*), desenvolvido por Sueli Carneiro (2023), que segundo a filósofa vem atuando na formulação das políticas públicas.

Assim, refletir as intervenções no PAEFI pela perspectiva de uma decolonialidade feminista, antirracista e interseccional é refletir a forma como o modelo racista-patriarcal-capitalista opera nas políticas públicas tendo por recurso principal de ação o racismo estrutural que ora é fundo, ora é figura das histórias experienciadas.

Mas por onde começar exatamente a contar essas histórias? Pelos movimentos que ocorrem dentro do próprio serviço? Ou a partir dos atendimentos realizados por mim junto às

usuárias desse mesmo serviço, cujas histórias se entrelaçam umas às outras por ecoar uma invisibilidade a essas pessoas e seus sofrimentos?

Para facilitar o desenrolar das histórias e as articulações que serão feitas, eu começo explicando, ou melhor, contando um pouquinho da história desse Serviço, o PAEFI.

### **E essa tal Política Pública de Assistência Social?!**

Como dito anteriormente, é necessário contextualizar essa política pública e esse lugar de trabalho, pois o seu desenvolvimento e formulação está atrelado a um pensamento capitalista e colonialista brasileiro que perdura até hoje e influencia os modos de intervenção nos Serviços disponibilizados no SUAS e a produção de subjetividade tanto das trabalhadoras quanto das usuárias.

Qual a história da Política Pública de Assistência Social? Que lugar é esse, o CREAS? E a quem e a quem serve o PAEFI?

Poderia discorrer aqui sobre todo o processo de desenvolvimento e criação da Política Pública de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), mas farei um breve resumo:

Essa política surgiu a partir da CF/88, a Constituição Cidadã, de caráter não contributivo, ela compõe o Sistema de Seguridade Social do Brasil, juntamente com as Políticas de Saúde e de Previdência Social (Decreto-Lei nº 8.742/1993, 2010).

Como marcos históricos, legislativos e normativos temos:

- Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, nº 8.742/1993), que define ao Estado o dever de assegurar ao cidadão brasileiro os seus direitos previstos na CF/88; a criação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que delibera, por

meio de resoluções, sobre a Política de Assistência Social no país (Decreto-Lei nº 8.742/1993, 2010);

- Resolução nº 145/2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), cuja característica é atender as demandas da população brasileira nos territórios, ou seja, em cada município, bairro, aldeia, quilombo, considerando o contexto real vivido, suas potencialidades, limitações e os aspectos culturais da população local (Resolução nº 145/2004, 2009);
- Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS: Resolução nº 130/2005, que instituiu o SUAS como “Art. 1º A política de assistência social, que tem por funções, a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos”, eis a especificidade do SUAS (Resolução CNAS nº 33/2012, 2012, p. 16);
- Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS: Resolução nº 269/2006, que implementa o SUAS, consolidando os principais eixos norteadores da gestão do trabalho na Assistência Social e a composição das equipes (Resolução nº 269/2006, 2011);
- Tipificação Nacional em Serviços Socioassistenciais, através da Resolução nº 109/2009, que tem por finalidade detalhar os Serviços desenvolvidos pelas equipes técnicas na Proteção Social Básica (PSB) e na Proteção Social Especial (PSE) de Média e Alta Complexidade (Resolução nº 109/2009, 2014).

O SUAS é um sistema público, não contributivo, descentralizado e participativo, destinado à gestão da assistência social, através da integração das ações dos entes públicos (União, Estados, Municípios e o Distrito Federal) responsáveis pela política socioassistencial e das entidades privadas de assistência social. (Decreto-Lei nº 8.742/1993, 2010, p. 10)

Os objetivos da Política de Assistência Social preveem a promoção, proteção e garantia de direitos a toda população brasileira em situação de vulnerabilidade e risco social desde a gestação materna, passando pela infância, adolescência até a velhice, independente de credo, raça e gênero (Decreto-Lei nº 8.742/1993, 2010).

O CREAS é o equipamento do SUAS que compõe a PSE de Média Complexidade e possui, como um dos Serviços tipificados, o Serviço de PAEFI que tem por objetivo fortalecer as famílias e indivíduos que se encontram em situações de vulnerabilidade, risco social e/ou pessoal e com algum de seus direitos violados (Resolução nº 109/2009, 2014).

Na prática, as equipes compostas por uma assistente social e uma psicóloga e, pontualmente, por uma advogada, ao receber uma demanda de algum outro equipamento que compõe o SGD, Sistema de Justiça ou do Sistema de Seguridade Social, fazem contato com a família ou indivíduo, buscam conhecer o contexto em que vive a família, sua história, o território habitado, suas potencialidades, limitações e necessidades, com o propósito de garantir as seguranças afiançadas previstas na NOB/SUAS, como apontam Léa Lucia Cecílio Braga e Telma Maranhão Gomes (2016), a saber: acolhida, que oferta os equipamentos e serviços para a PSB e PSE; sobrevivência, que garante o acesso a uma renda mínima e visa desenvolver a autonomia do indivíduo e família; convivência familiar, comunitária e social, através da oferta de serviços com o propósito de fortalecer os vínculos; e apoio e auxílio no acesso das famílias a benefícios eventuais quando em situação de risco e emergência, como na incidência de desastres naturais ou não.

Segundo o Censo SUAS de 2023<sup>4</sup>, Campo Grande/MS possui 3 equipamentos de CREAS, 21 CRAS, 1 Centro POP, 53 Centros de Convivência, 13 Centro Dia ou Similares e 25 Acolhimentos Municipais, sendo estes os principais espaços de trabalho para as Psicólogas

---

<sup>4</sup> Fonte: [https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/censosuas/status\\_censo/relatorio.php#](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/censosuas/status_censo/relatorio.php#)

e Assistentes Sociais no município. Conforme as demandas que chegam à Assistência Social, é perceptível que a quantidade de equipamentos não é suficiente tendo em vista que a população estimada para Campo Grande em 2024 é de 954.537 habitantes, segundo o IBGE<sup>5</sup>.

Os cortes orçamentários no último governo federal, a falta de investimento na e da gestão, a falta de capacitação das trabalhadoras etc. implicam na precarização dos Serviços e na elevação da rotatividade das servidoras contratadas; acrescente-se a isso a sobrecarga de trabalho, desvalorização profissional e baixa remuneração resultando no adoecimento das trabalhadoras e no aumento da precarização do SUAS enquanto Política Pública.

Berenice Rojas Couto, Maria Carmelita Yasbek, Maria Ozanira da Silva e Silva e Raquel Raichelis (2013) desenvolveram um estudo sobre a implantação do SUAS em vários municípios de três regiões brasileiras e constataram que para uma implementação eficaz do SUAS é necessário que o poder público invista em concursos públicos visando a estabilidade profissional, em qualificação e formação continuada das trabalhadoras, elaboração de planos de carreira e salários que promovam remuneração compatível e segurança laboral. De modo que essas trabalhadoras não fiquem sujeitadas a manipulações de outras entidades e instituições públicas ou privadas e tenham mais preparo para lidar com os jogos políticos inerentes aos espaços das políticas públicas.

Atualmente, a gestão da SAS está fazendo alguns movimentos, especialmente, no que se refere à qualificação profissional, mas sabemos que ao mudar a Gestão do Município (este ano teve eleição municipal) tudo pode ser interrompido ou até desfeito. Infelizmente, a Política Pública ainda é muito atravessada por politicagem. Mas temos nessa gestão da SAS algumas pessoas engajadas e comprometidas com o SUAS que lutam pela política e pelas trabalhadoras, temos trabalhadoras engajadas no Sindicato dos Servidores Públicos

---

<sup>5</sup> Fonte: [https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas\\_de\\_Populacao/Estimativas\\_2024/estimativa\\_dou\\_2024.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2024/estimativa_dou_2024.pdf) (página 108)

Municipais, no Fórum de Trabalhadores do SUAS e no Conselho Municipais da Assistência Social que lutam pela valorização e por uma remuneração digna e condizente com o trabalho realizado.

Já tivemos algumas vitórias, as Psicólogas do SUAS no município de Campo Grande/MS hoje trabalham 30 horas semanais, antes nossa carga horária era de 40 horas; estou falando de qualidade de vida e saúde emocional (consigo estudar, me exercitar, descansar, viver). A principal luta da categoria, das trabalhadoras do SUAS, no momento, é pelo nosso Plano de Cargos, Carreira e Salário, já aprovado pela Câmara Municipal, assinado pela atual prefeita, e... estagnado no Tribunal de Contas do Município – por alguma disparidade que não se refere ao nosso plano, porém, ele foi incluído para nova análise. Hora vitoriosas, hora sufocadas.

Sim, avançamos. Foram mais de sete anos de luta para essas conquistas, participando de reuniões, manifestações em frente à Prefeitura, mas não alcançamos tudo. Sim, queremos e precisamos de mais, precisamos resistir e lutar pelo SUAS, por nós e pelas usuárias desses Serviços.

Durante a qualificação, a banca levantou um questionamento acerca do fluxo de trabalho, ou seja, como as demandas chegam aos equipamentos, qual o caminho até chegar no CREAS. Explico através de uma demanda que se tornou acompanhamento no Serviço de PAEFI: uma pessoa fez denúncia no SinDH (Disque 100) referente a uma pessoa idosa, esta demanda foi disparada para o CREAS e também para delegacia e MP; a partir da demanda do SinDH, fizemos o atendimento e inserimos a família em acompanhamento; após algum tempo, nova demanda no nome da mesma pessoa idosa chegou do MP; possivelmente, receberemos outra demanda ou um telefonema de um investigador da delegacia, e estas são respondidas pela equipe conforme o serviço solicitado nas demandas. Até o momento, este é o fluxo existente.

Segundo o caderno de Orientações Técnicas do CREAS (Departamento de Proteção Social Especial, 2011), compete ao órgão gestor de Assistência Social do município elaborar junto às demais políticas públicas os processos de trabalho, elaborar os fluxos entre a rede intersetorial para que os atendimentos e acompanhamentos junto as usuárias dos serviços sejam assertivas, no sentido de que as intervenções sejam voltadas para o propósito do Serviço e não extrapole para além do que seja de sua competência, especialmente, nas situações que demandam celeridade. O mesmo documento pontua que a reflexão e a elaboração desses fluxos devem contar com a participação das equipes que estão na ponta (equipes de CREAS, de CRAS, de Acolhimentos Municipais etc.):

É importante que o órgão gestor de Assistência Social seja protagonista na construção, junto ao órgão gestor das demais políticas e órgãos de defesa de direitos, de fluxos de articulação e protocolos de atendimento intersetorial a famílias e indivíduos na rede, os quais incluam o CREAS. (Departamento de Proteção Social Especial, 2011, p. 47).

Na pesquisa desenvolvida por Couto et al. (2013) é também apontado que o fluxo de trabalho, na percepção dos trabalhadores pesquisados, e que implica na validação da intersetorialidade como recurso operativo para o desenvolvimento de uma intervenção e atenção integralizada a população atendida, é da responsabilidade das equipes de gestão das políticas públicas.

Assim, de acordo com a Resolução nº 109/2009 (2014), a proteção social é realizada, no Serviço de PAEFI, através da escuta qualificada que, além de acolher, promove o estabelecimento de vínculo entre a equipe e a usuária de referência e sua família através de apoio, encaminhamentos e orientações conforme a história que se faz presente no atendimento, com o objetivo de cessar a violação de direito existente, minimizar e, com o tempo e intervenção, mudar o quadro de vulnerabilidade em que esteja a família.

É importante explicar que a PNAS tem como foco, no trabalho social com as famílias, os pilares de matricialidade familiar e territorialização, além da intersetorialidade como estratégia de intervenção e que compõe um dos princípios organizativos do SUAS (Resolução CNAS nº 33/2012, 2012).

A matricialidade familiar põe no centro das intervenções no SUAS a família, visa fortalecer o vínculo entre seus membros, desenvolver sua autonomia, de modo que o usuário e a família possam se tornar protagonistas da própria mudança, da própria história; a territorialização propõe conhecer as potencialidades e limitações do território (bairro, vila etc.) em que a família vive, para que ela possa ter o auxílio e apoio dos equipamentos públicos e da organização social e civil (OSC, antiga ONG) presentes e, na ausência de algum serviço ou equipamento que a família necessite, a equipe possa buscar outras opções. Além disso, a intersetorialidade propõe a articulação em rede, que tem como propósito a atuação intersetorial e multidisciplinar entre os Serviços do SUAS e entre as demais Políticas Públicas (Braga & Gomes, 2016).

A articulação em rede é uma das principais características da integralidade da proteção social, que compõe os princípios organizativos do SUAS. Todos os Serviços e Programas do SUAS devem atender aos seus princípios organizativos que, junto com os pilares, as seguranças afiançadas, os objetivos, as diretrizes e os princípios éticos do SUAS, vão fornecer a estrutura organizativa para que o propósito desse Sistema seja alcançado, ou seja, a promoção e garantia dos direitos, a redução das desigualdades sociais previstos na CF/88 e a proteção à vida, visando a redução de danos e vulnerabilidades, a prevenção de riscos pessoais e sociais, através da concessão de benefícios e acesso à serviços, programas e projetos socioassistenciais (Resolução CNAS nº 33/2012, 2012). Portanto, além da integralidade da proteção social, os princípios organizativos do SUAS são: universalidade, gratuidade e equidade.

O SUAS, como apontado em parágrafo anterior, tem o propósito de promover e garantir os direitos e de realizar a proteção social integral do indivíduo e sua família (Resolução CNAS nº 33/2012, 2012). Mas quem é esse indivíduo? Quem é essa família? Como são escolhidas as pessoas atendidas pelo SUAS? As pessoas e famílias atendidas no SUAS são aquelas famílias que se encontram em uma situação de vulnerabilidade e/ou risco social e/ou pessoal, podendo haver ou não uma violação de direito. As normas, regulamentos e outros documentos norteadores do SUAS não apresentam uma definição fechada do que é vulnerabilidade e risco, percebe-se que estes dois conceitos sempre aparecem juntos; mas qual aparece primeiro? Esta é uma discussão que permeia não só a equipe de PAEFI como as demais equipes dos demais equipamentos que atuam nas Proteções Sociais Básica e Especial.

Participei de uma capacitação sobre os relatórios desenvolvidos pelas equipes da SAS, e neste chegamos a um consenso, mas não conclusão, (a partir das leituras de artigos, normas, referências técnicas e outros documentos norteadores da Política de Assistência Social) que o risco é algo fixo, já posto estruturalmente, como as discriminações por conta da raça (racismo estrutural), etnia, gênero e orientação sexual; e a vulnerabilidade tem caráter temporário, como a falta de renda, o não acesso a algum serviço de saúde ou a escola, ou ainda as calamidades naturais, como as enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul; são situações que têm um fim e este fim é proporcionado através da disponibilidade e acesso das famílias em situação de vulnerabilidade aos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais.

A PSB se ocupa da prevenção: prevenção às vulnerabilidades e às violações de direitos, esse é o propósito dessa Proteção. A oferta de benefícios eventuais ou de renda são os recursos para realizar a prevenção. E a PSE se ocupa de cessar situações de violações de direitos existentes e prevenir o agravamento de vulnerabilidades; por exemplo, na presença de uma situação de violência contra a mulher, faz-se o acolhimento, oferta-se o apoio e auxílio e,

se necessário, encaminha-se a outros serviços e equipamentos que possam de maneira integrada garantir a proteção a mulher e cessar a violência sofrida por ela. Ou seja, exerce uma intervenção integral da proteção social.

Infelizmente, muitas pessoas da sociedade civil e de outras políticas (e até da Assistência Social!) desconhecem o papel do SUAS para a população brasileira e apontam esse Sistema como sendo de caráter assistencialista, benemérito e filantrópico, como era nos primórdios do Brasil República, e por mais que tenhamos avançado em relação as normativas e regulamentos, esse entendimento cultural e social ainda perdura, pois o que aparece é oferta de cesta básica e de transferência de renda, como o antigo Auxílio Brasil e o Programa Bolsa Família, segundo Simone Albuquerque e Liliane Neves (2020). Dessa forma, a população, em geral, desconhece o caráter protetivo e de garantia dos direitos socioassistenciais e ainda responsabilizam as famílias pobres por sua situação de vulnerabilidade, isso quando não as culpabilizam pela fraca economia do Brasil. Só que não!

Se o nosso país não vivesse uma desigualdade econômica tão grande desde sempre, se não houvesse a manutenção do mito da democracia racial, se os princípios de equidade, integralidade, universalidade e intersetorialidade realmente fossem respeitados e realizados de fato, se olhássemos para a nossa sujeira, para os nossos preconceitos e revisitássemos as nossas atuações dentro das políticas, muitas mudanças poderiam ser feitas e poderíamos alcançar o que propõe a nossa Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã nos seus artigos 1º e 3º: um país de direitos e deveres iguais e equânimes para todos os brasileiros e brasileiras, promulgando e garantindo uma cidadania digna, o bem de todos, eliminado preconceitos e discriminações em todas as suas formas, reduzindo as desigualdades sociais e econômicas e promovendo uma sociedade justa, livre e solidária (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, 1988).

Maria Ozanira da Silva e Silva (2018), a partir de um estudo comparativo entre programas de transferência de renda condicionadas existentes no Brasil, na Argentina e no Uruguai, aponta que a manutenção das desigualdades no Brasil está associada ao modelo econômico capitalista neoliberal vigente no país que, ao conceder benefícios de transferência de renda com base na renda *per capita* da família, considera apenas o fator riqueza *versus* pobreza, como se a pobreza fosse medida apenas por acesso e posse de bens materiais. Contudo, a autora demonstra que a pobreza está além da falta de renda, ela está associada à privação de direitos, falta de oportunidades de educação, de trabalho, escassez de informações, nas relações sociais que geram carências de possibilidades e de esperanças. E esse entendimento dialoga com o modelo racista-patriarcal-capitalista brasileiro denunciado por Akotirene (2020), Carneiro (2023), Evaristo (2018) e Favero (2022) e que atua sobre as políticas públicas.

Esta questão vai ao encontro das discussões sobre vulnerabilidade e risco na Assistência Social feitas por Denis Cezar Musial e Juliana Ferreira Marcolino-Galli (2019): o conceito de risco vêm sendo usado como instrumento de poder e de disciplina/normatização dos sujeitos que demanda da assistência social. Essa disciplinalização [sic]/normatização do sujeito coloca como um desenvolvimento de corpos modelados e domesticados para seguir certas normas e padrões estabelecidos pelo neoliberalismo, em termos foucaultianos. Nos serviços tipificados, percebe-se a transferência de diversas orientações às famílias, inserindo-a num universo padrão de comportamento e, quando essa família não adere essas orientações, é culpada e penalizada por essa situação de risco que hipoteticamente é posta. (p. 301).

Portanto, as trabalhadoras do SUAS, do PAEFI, devem pensar as intervenções junto às famílias considerando, além do contexto (potencialidades, território, vulnerabilidades e riscos) vivido por cada indivíduo e família, seus próprios preconceitos, devem olhar para o racismo, a

homofobia, a transfobia, o patriarcado e repensar as políticas para não cair na armadilha de culpar o próprio indivíduo pela própria situação vivida.

A partir dessas premissas que, os trabalhadores que atuam na assistência social devem refletir sobre suas intervenções, não disciplinando suas percepções na interferência da vida das pessoas. Como contraponto, pensa-se que a acolhida será um mecanismo de conhecimentos de suas realidades e vivências, legitimando-as e podendo trazer melhores condições de vida aos sujeitos. Isso significa considerar que vivemos numa “sociedade de risco”. (Musial & Marcolino-Galli, 2019, p. 301-302).

Tendo isso em vista, para minimizarmos as vulnerabilidades e as desigualdades sociais e desenvolvermos uma sociedade justa, livre e solidária precisamos atuar e intervir em todas as frentes, ou seja, de maneira integral.

A integralidade é um dos conceitos base para a execução de todas as políticas, ela promove a eficácia da articulação em rede, pois não fragmenta a atenção e a proteção dedicada à usuária dos serviços e sua família. A integralidade proporciona o olhar à pessoa atendida em todos os aspectos e em todas as demandas, seja socioassistencial, saúde, educação, justiça etc. É essa busca pela intervenção multidisciplinar e intersetorial que vai garantir a proteção social assertiva, é o trabalho intersetorial, articulando os serviços da Rede de Proteção (Albuquerque & Neves, 2020; Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social, 2016).

Quando essa articulação não ocorre, quando se fragmenta, a usuária não é vista em sua integralidade e, portanto, o atendimento/acompanhamento, a proteção não é suficiente e pode haver o agravamento de vulnerabilidades e risco, culminando numa violação de direito (Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social, 2016).

Considerando o princípio da integralidade, o desafio é de superação da fragmentação da atenção ao usuário/sujeito de direitos, que, ao acessar um serviço da Assistência

Social, acessa o Sistema, o qual deve articular seus serviços e benefícios ... a partir das demandas e necessidades identificadas, o serviço de acompanhamento sociofamiliar articula os demais serviços e atendimentos socioassistenciais e intersetoriais [das outras políticas], tentando garantir assim, a coordenação das ações, evitando sobreposição e fragmentação. (Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social, 2016, p. 26).

É para evitar essa fragmentação, a sobreposição de intervenções, esses buracos na rede, dentre outras situações, que me proponho a olhar a Política de Assistência Social, a olhar o PAEFI e as práticas desenvolvidas nesse Serviço a partir dos três eventos/instrumentos que emergiram no campo de trabalho e pesquisa.

E tendo, então, como instrumentos do Serviço de PAEFI (e da Política de Assistência Social, como não!?): a mídia e comoção social, os buracos na e da Rede de Proteção e a nossa aliança enquanto trabalhadoras do CREAS Sul que pretendo com essa dissertação pensar sobre as formas de intervenção desenvolvidas no PAEFI; pensar como esses instrumentos afetam as nossas práticas e como lidamos com eles. Posto que esses instrumentos são ferramentas metodológicas, porque permitem a análise da Política; ao mesmo tempo, as cenas que os acompanham nos possibilitam pensar com a Política, ou seja, nos possibilitam olhar esses eventos como parte da Política.

Para isso, outras histórias são importantes de serem contadas, outras vidas são importantes de serem reveladas, vidas devastadas muitas vezes pela invisibilidade e por não serem, como diria Butler (2015), passíveis de luto e, complemento, passíveis de luta, então: senta que lá vem história.

Mas antes, quero e preciso trazer, a título de explicação, o que me movimentou a pensar as intervenções a partir de uma perspectiva feminista, antirracista e interseccional.

## **A Assistência Social e a sujeira por debaixo do tapete**

Como apontado no capítulo da introdução, me proponho a refletir a Assistência Social como política a partir da proposta que Favero (2022) faz em seu livro *Psicologia Suja*.

Eu me proponho e convido a olhar para o que a Política de Assistência Social apresenta de sujo, de abjeto, visto que ela, ainda que tenha como um de seus princípios a equidade e a integralidade, não é pensada numa perspectiva interseccional, não é pensada no entre das raças, etnias, gênero e orientação sexual das pessoas atendidas, e os serviços e programas, em vez de promoverem e garantirem os direitos, se tornam mantenedores das desigualdades e discriminações.

É preciso mudar essa cultura que prevalece nas políticas públicas, olhar para os privilégios que possuem as pessoas brancas e não só para a falta de oportunidades que as pessoas negras (pretas e pardas), indígenas e LGBTQIAPN+ sofrem.

Alguns textos e referenciais técnicos a partir da perspectiva interseccional estão sendo pensados, discutidos e produzidos pela Psicologia (através do CREPOP/CFP), estes são utilizados para fundamentar algumas ações e relatórios produzidos pelas equipes de PAEFI. Contudo havia, até 2019, a produção pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) de textos e normativas que apontavam a interseccionalidade como estratégia de formulação de políticas públicas, porém elas foram jogadas num buraco qualquer pelo último Governo e até o momento não foram resgatadas (informação ofertada pela banca).

Sobre o processo de pesquisa em si, de produção de conhecimento a partir da sujeira, Favero (2022) afirma:

Respeitadas as diferenças de pensamento entre cada uma [Butler, Haraway e Sedgwick], arrisco dizer que se encontram quando pensam a pergunta como um modo de produzir conhecimento, não como algo que antecede a resolução de

problemas .... Perguntar algo à sujeira faz com que notemos a limpeza do nosso pensamento, que se apressa em colonizar respostas. (p. 32-33).

Portanto, perguntar e refletir sobre os três instrumentos propostos é pensar o que existe de sujo, de abjeto na Assistência Social e que interfere em nossas ações junto às famílias. O que olhamos? O que omitimos? Sobre nós mesmas, sobre a Política e sobre a dura realidade vividas por nossas usuárias?

Como nossas intervenções nesse “jogo” de dar visibilidade a umas pessoas e deixar cair no buraco outras são respostas colonizadas e racistas, capitalistas e patriarcais? Justamente porque não olhamos para a nossa sujeira e percebemos e confirmamos como sujo e abjeto as pessoas que atendemos numa situação e contexto de vida produzido e mantido por essa mesma colonialidade cisheteronormativa.

É disso que se trata essa dissertação. Olhar para mim – mulher branca – e assumir o lugar privilegiado em que cresci, diferente das mulheres, em sua maioria pretas, que atendo. Estudei em escola pública, mas nunca precisei trabalhar antes de concluir a graduação, tenho plano de saúde privado desde pequena – realidade de brancos privilegiados. Vai dizer que não?

“Sujo é aquilo que perturba” (Favero, 2022, p. 84). Então me proponho a perturbar, a resistir, a questionar, a fazer, desfazer e refazer o quê e quando for necessário. Vamos pôr o dedo na ferida que nos recusamos a ver.

Pensar a abjeção é ir além da ideia de preconceito ou prática discriminatória. O abjeto não está localizado na violência espetacular. Ele não vem de cima para baixo, pontualmente, na figura de alguém. O abjeto é uma força que obstrui e sufoca alguns afetos .... Qual é o papel da ofensa e do insulto na delimitação do abjeto? Da expressão facial de nojo, da associação a infecções autoimunes, da aparente solidão, do crime passionai. Uma vida materializada por afetos estrangulados. (Favero, 2022, p. 96).

Ouço e já proferi falas nesse espaço do CREAS Sul como: “*casa perfil CREAS*” – indicando que é uma moradia pobre, com pouca ou sem nenhuma infraestrutura – “*Tinha que ser a pior casa na pior rua*”. Falas como estas, na forma de piadas, são comuns para expressar o racismo estrutural e seu impacto “é” diminuído ao pontuarmos, “*foi brincadeira, não tive a intenção*”, postura comum a branquitude privilegiada e não racializada expressada por Oliveira (2023).

Nós, trabalhadoras do SUAS, deveríamos ser as primeiras a não estimular comentários como esses, os fazemos e rimos, como se a precariedade do outro fosse motivo de piada; buscamos diminuir o impacto dizendo que estamos “*rindo de nervoso*”. Mas por quê? Já sabemos o que vamos encontrar? Será uma família desestruturada e com muitos problemas? Mas aos olhos de quem a família pode ser classificada como desestruturada e com problemas?

Penso agora em Butler (2019), o último capítulo de seu livro *Corpos em Aliança e Políticas das Ruas. Notas para uma teoria performativa de assembleia*, intitulado: *É possível viver uma vida boa em uma vida ruim?* Mas a vida é ruim pra quem? E o que seria uma vida boa? Aos olhos de quem? Da Política? De quem fez a Política? Sim, exatamente. Ela foi desenvolvida para a proteção social dos menos afortunados, dos mais pobres, para que os seus direitos previstos na Constituição Federal de 1988 fossem garantidos, contudo, a família estruturada e sem problemas, que tem acesso a todos os seus direitos, é uma família de faz de conta, pois para que isso realmente seja como num comercial de margarina (família feliz, tomando café da manhã juntos num dia lindo de sol) é necessário que a parte que cabe ao Estado, ao poder público, seja cumprida.

É fácil dizer que a família é protagonista de sua própria história, como prevê a PNAS, difícil é ser protagonista quando se está desempregada, sem ter o que comer, pois o Benefício não é suficiente para uma família de 5, 6, 7 pessoas e precisa comprar remédio para a avó com Alzheimer, pois não tem no postinho, precisa comprar fralda pra ela e pro bebê, já foi feito o

pedido na Defensoria Pública – já tem três meses e ainda não marcaram audiência –, precisa de psicólogo pra filha que sofre *bullying* na escola por ser preta, mas tem que passar pelo clínico geral primeiro, pegar encaminhamento e entrar na fila do SISREG (Sistema de Regulação de vagas no SUS), precisa de creche para as crianças menores, para poder procurar emprego, precisa ir no CRAS atualizar o NIS, gostaria de ter uma casa própria, o aluguel consome quase tudo, mas nunca foi sorteada na EMHA (nunca explicaram como fazer para participar do sorteio), precisa denunciar o ex-companheiro que a ameaça e não paga a pensão das crianças (ele é agressivo, prefere não pedir pensão, pois não o quer perto das crianças), mas não tem dinheiro para o passe de ônibus, e a Casa da Mulher Brasileira é do outro lado da cidade... com quem vai deixar crianças? Como levá-las?

Favero (2022) versa sobre o papel e a atuação dos profissionais de psicologia no exercício de sua prática no campo das políticas públicas:

O que as ciências *psi* podem fazer frente às opressões é a disputa do processo de subjetivação, ou seja, não se trata somente da supressão de um sintoma (a injúria ou o xingamento), mas de propor uma atuação política, crítica das relações de poder e orientada ao deslocamento de determinados enunciados culturais. (p. 109).

Devemos olhar para o que é sujo, abjeto, negativo na política e em nós, pessoas brancas, e daí emergir para algo novo; uma outra forma de fazer psicologia, de atuar na Política de Assistência Social. Olhar o que é abjeto na Assistência, como os buracos na rede, como os sentimentos que temos ao chegar numa moradia pobre já julgando que é uma família problemática, “*perfil CREAS*”, e pensar outras formas de atuação.

Para melhorar a nossa prática de intervenção na política é necessário percebermos os nossos afetos, aqueles que usamos como material para piada, para os risos e que estão em nós: o nojo, o feio, o ruim, o abjeto, o sujo, a grande quantidade de filhos que o outro apresenta e que entendemos como sendo a maneira errada de viver uma vida bem vivida.

É necessário pensarmos como aponta Favero (2022) em seu livro: “*olhe para a própria sujeira. Assombrar-se*. Por mais sacralizados que nos consideremos, todos temos fedores, e é muito oportuno não se dar conta deles.” (p. 219, ênfase no original).

As políticas públicas, para manter seu status de política para todos, equânime e democrática, discrimina e não reconhece o outro visto que propõe a ele sua ideia de melhoria e normalização nos moldes colonialista, patriarcal e capitalista. Essa é a política de assistência social que temos vigorando no Brasil. Pensar uma política decolonial, antirracista, trans e feminista é a questão.

Dessa maneira, temos, por exemplo, a Política que propõe que trabalhe com o princípio de autonomia, mas como trabalhar com autonomia, dentro de uma política pública que muitas vezes tira de nós, trabalhadoras, essa autonomia de pensar junto à família e, ao mesmo tempo, pressupõe autonomia (como direito) para uma população que é tutelada pelo Estado, que é culpabilizada por sua própria situação de precariedade e por isso tem seus direitos questionados?!

Compreender tudo que está em jogo como prática refletida para pensar como a trabalhadora na Assistência Social envolve o campo de saber possível que fala de uma Psicologia, de um Serviço Social, de uma política pública, de um tempo do nosso presente, e estes estão implicados em todos esses jogos da colonialidade, de normativas de comportamento, de como a gente se conduz ou não se conduz, e é o que está posto nas intervenções realizadas nas políticas públicas que é o “cumpra-se” do Sistema de Justiça, o que é apresentado pela mídia e tem o que aparece como modalidade de subjetivação: ora somos as trabalhadoras do SUAS que salvam a pátria, ora somos as que limpam a piscina, ora somos as que trabalham com a política pública em termos de direitos sociais e tem uma questão fim: a cidadania.

As práticas exitosas dentro do SUAS expressam o compromisso com a política (atendem o propósito da Assistência Social: proteção social e garantia de direitos), articulando as três dimensões apresentadas por Foucault (2010) de modo que a política atenda a essas necessidades. Analisando o trabalho de intervenção na Assistência Social a partir dessa tensão de modalidades de subjetivação, aparece como chave para conexão o conceito de interseccionalidade; mas é a interseccionalidade na relação com os três instrumentos que permeiam a dissertação: a interferência da mídia, os buracos na Rede de Proteção e o posicionamento ético-político de resistência. São essas três dimensões que produzem as modalidades de subjetivação, são elas que tensionam os domínios do saber e as práticas que vão produzindo as subjetividades.

Dito isto, apresento agora as histórias que geraram os três instrumentos influenciadores das intervenções no Serviço de PAEFI e que apontam as sujeiras por debaixo do tapete.

#### *A história de Sophia<sup>6</sup>*

Sophia, criança branca de dois anos que foi morta pelo padrasto e pela genitora em janeiro de 2023. O pai da criança relata “omissão sistêmica” por parte do poder público, tendo em vista que houve várias passagens da criança pela Rede Pública de Saúde com sinais de maus tratos, bem como tentativa da parte do genitor em abrir boletim de ocorrência e fazer denúncias junto ao Conselho Tutelar (CT), porém nada foi feito pela Rede de Proteção e pelo SGD. A guarda pertencia a genitora, a Justiça não a concedeu ao genitor, apesar das tentativas dele.

---

<sup>6</sup>Fontes: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2023/02/07/relato-de-homofobia-30-atendimentos-antes-de-morrer-casa-em-situacao-insalubre-ponto-a-ponto-sobre-o-assassinato-da-menina-sophia.ghtml> e <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2023/02/15/caso-sophia-menina-foi-estuprada-tres-dias-antes-de-ser-morta-diz-defesa.ghtml>

O caso Sophia ganhou repercussão na mídia local, gerando uma comoção social e provocou o Ministério Público (MP) a exigir explicações da Rede de Proteção e do SGD – Saúde, Assistência Social e CT, principalmente. Como essa situação chegou a este ponto? Como não viram? E se viram, nada fizeram? De quem é a culpa?

Dois questionamentos emergiram ao pensar sobre o caso no decorrer das aulas e orientação do mestrado:

1. A necessidade do poder público, por pressão da mídia e comoção social, de encontrar um culpado, que não seja o Sistema, mas um corpo que compõe a Rede de Proteção e o SGD, pois se houve falha nesta, existe uma pessoa, um corpo que falhou e não o Sistema.

2. E se Sophia fosse uma criança preta, imigrante latina ou indígena? Será que a comoção por parte da população, da mídia e do poder público seria na mesma proporção? Será que as cobranças e pressão, que hoje as profissionais dos CREAS e de outras políticas sofrem, seriam na mesma intensidade? Pois desde o caso Sophia, muitas situações que antes não eram consideradas como urgentes e passíveis de visibilidade por alguns entes da Rede de Proteção e SGD agora estão em foco, especialmente, no que consiste a atuação do CT, Saúde e Assistência Social.

Primeiro instrumento: mídia e comoção social – por escolher quais corpos são passíveis de comoção social e de luto.

Antes de partir para a próxima história, preciso contextualizar a mídia e comoção social como instrumento influenciador; para isso, recorro a Butler (2015) e seu livro *Quadros de guerra. Quando a vida é passível de luto?*, que a partir dos acontecimentos decorrentes do ataque às Torres Gêmeas nos Estados Unidos da América em 11 de setembro de 2001, a autora reflete sobre como a mídia, sendo o canal de informação para a população que não está em guerra, apresenta os fatos e as vítimas da guerra e conforme o que é apresentado, ou melhor, o que se escolhe apresentar, produz nos espectadores um tipo de reconhecimento de

quem são os heróis e de quem são os bandidos, de quem é vítima e de quem é o terrorista, isto é, há um enquadramento destes personagens estereotipados e o que foge à borda, é cortado. E assim emerge a comoção social direcionada a um tipo específico de vítimas e heróis e que se tornam passíveis de luto e pesar por parte do resto do mundo.

Ela utiliza um evento macro para refletir sobre os corpos passíveis de luto e a ação da mídia e da comoção social sobre essa percepção, mas esse evento é facilmente observado no espaço de uma cidade, de um bairro, por exemplo, as ações policiais nas favelas em que a população lá residente é vista como criminosa ou aliada de criminosos e quando matam uma pessoa, um corpo, manipulam a situação para que este seja visto como marginal, como alguém que merecia morrer.

Em diversos países sabemos que os canais de notícias são demandados pelos governos vigentes, em geral considera-se que a apropriação de canais são feitas por governos ditatoriais, mas essa influência também se faz presente nas democracias. No Brasil, por exemplo, há monopólios de meios de comunicação em algumas cidades/estados, por haver nestas localidades a sobreposição de pessoas de um mesmo grupo, uma mesma família, mesmo partido, mesma milícia nos espaços de poder que escolhem, manipulam o que pode ou não ser apresentado à população local, promovendo muitas vezes as tão famosas *fake news* sobre eventos e sobre pessoas. “O luto público está estreitamente relacionado à indignação, e a indignação diante da injustiça ou, na verdade, de uma perda irreparável possui um enorme potencial político” (Butler, 2015, p. 66).

#### *A história de Antônio: a criança-problema*

Antônio chegou ao CREAS Sul, ou melhor, a demanda referente a Antônio, através do CT. Em atendimento à família, a mãe do adolescente, Maria, uma senhorinha pequena, magrinha, preta, bem simples e humilde, que fazia deliciosas balas baianas (aquelas recheadas

de coco e cobertas com um fino caramelo) recebeu a equipe com um misto de alegria e preocupação. O que queriam com o filho dela?

Através da acolhida e da escuta qualificada demos voz aos sentimentos de Maria. Ela contou que o filho sofrera muito, que era incompreendido, que o transferiam de escola em escola a todo momento, que os professores eram maus com ele. Antônio não quis conversar com a equipe, passou rápido de cabeça baixa e entrou em casa. Nessa época, ele tinha uns 13 anos.

A família foi inserida em acompanhamento pelo Serviço de PAEFI e nesse meio tempo, com a criação de vínculo entre nós e Maria, ela revelou que o filho tinha sido testemunha de um caso famoso de abuso sexual e morte de uma outra criança e que era perseguido por isso, sofria *bullying* na escola. Ela também se questionava se o filho não teria sido molestado. Como a principal necessidade da Maria era manter o filho na escola e ele estava fora, pois havia sido convidado a se retirar: “*eu fui chamada na escola e me entregaram a transferência dele*”; fomos à instituição de educação pública conversar com a equipe de lá.

Em resumo, a descrição que a escola nos deu em relação a Antônio e sua família foi: um pai trabalhador, uma mãe dedicada e preocupada, excelentes pessoas, já Antônio era uma criança-problema: aos 7 anos, já apresentava comportamento libidinoso e manipulador na escola e agredia os professores. Primeiro convite a se retirar da escola. Daí foi um caminho ladeira abaixo na vida escolar e social de Antônio, sendo transferido de escola em escola, pois ninguém dava conta da criança-problema.

Nos questionamos muito sobre a participação do pai trabalhador no contexto familiar, recordo que tentamos por diversas vezes conversar com ele, mas sempre estava trabalhando e viajando, pois era caminhoneiro. Maria o justificava dizendo que era muito dedicado ao

trabalho, que a ele cabia o sustento da família e a ela o cuidado dos três filhos. Antônio era o caçula e único menino. As duas meninas já estavam casadas.

Alguns meses depois de iniciado o acompanhamento, Maria procurou a equipe para informar que o filho passara a cumprir medida socioeducativa (Serviço de MSE disponibilizado no mesmo CREAS) – fora acusado de um furto na escola; desta maneira, o PAEFI parou de acompanhar a família (buraco: 1). O estigma de “criança-problema” o acompanhou por toda a vida e acompanhou Maria também, que sofria pelo filho caçula.

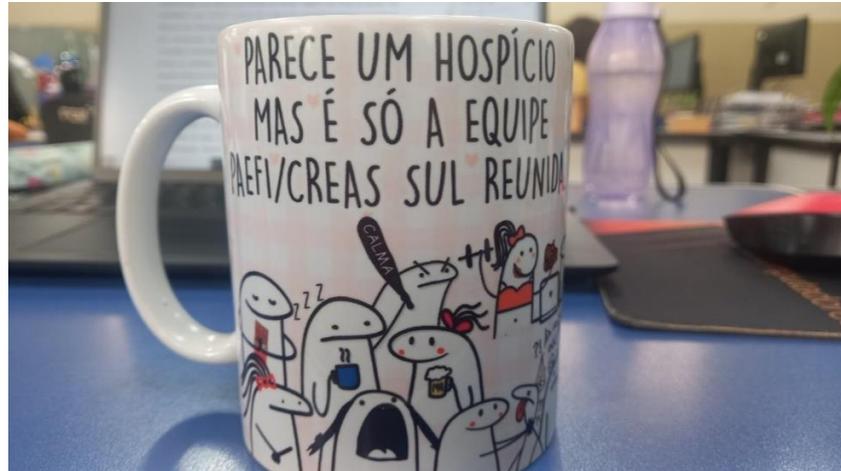
Sobre o atendimento no Serviço de MSE, sabe-se que em pouco tempo, Antônio foi acolhido em UNEI (Unidade Educacional de Internação), saiu e voltou a cumprir medida socioeducativa; seu pai falecera, a família se mudou para outro bairro, depois para outra cidade, retornou a Campo Grande/MS e nada mais se soube até uma notícia no jornal local em meados de 2023 sobre o assassinato de um jovem de 19 anos; pelo nome, foi possível identificar que o tal rapaz se tratava de Antônio, da “criança-problema”.

De imediato pensei em Maria, quanta dor ela devia estar sentindo, seu único menino, o caçula... Pensei também nas falhas que cometemos, enquanto Políticas Públicas, junto a essa família: os buracos da rede.

A equipe de PAEFI percebeu à época do primeiro atendimento que a escola não solicitou apoio da Rede para auxiliar a família com a sua “criança-problema”, preferindo transferir o “problema” para outras escolas tentarem resolver. Passaram-se cerca de seis anos da primeira expulsão para que a demanda chegasse ao CREAS Sul e a família pudesse ser atendida pelo PAEFI (buraco: -1). Antes disso, nenhuma demanda havia chegado de lugar algum das Políticas Públicas.

Segundo instrumento: os buracos da e na Rede de Proteção – por apontar a falha nos princípios de intersectorialidade e atenção integralizada das políticas públicas através da burocratização de serviços.

*Oi! Seja bem-vinda à 5ª série*



Fonte: acervo pessoal

Somos muitas. A maior equipe de CREAS de Campo Grande/MS. Somos do Serviço de PAEFI, somos as que causam, as que falam nas reuniões e palestras, que questionam, argumentam, dizem “*não é bem assim, não!*”. Somos as que também são elogiadas por relatórios bem-feitos, por pontuações e posturas firmes e em favor da família, mas que também pode ser deixada de lado quando não atender aos interesses destes de fora – MP, geralmente.

Parafraseando o cantor Martinho da Vila com algumas adaptações que expressam a nossa realidade: somos ao todo 18 mulheres, entre Psicólogas e Assistentes Sociais, de todas as cores, de várias idades e de valores diversos; mulheres cabeças, mulheres cansadas, mulheres de luta, de guerra e de paz<sup>7</sup>. Cada uma de nós possui uma história que é só sua, algumas passaram pelos Serviços do SUAS e por isso se veem atendendo suas mães, suas tias, suas famílias, a si próprias; outras usufruíram e usufruem de alguns privilégios inerentes à raça, à condição social e econômica, e por isso precisam ressignificar as realidades de

---

<sup>7</sup> Música “Mulheres” de Martinho da Vila

desigualdades, estereótipos, racismo e injustiças estruturais que encontram (algumas já o fazem, outras ainda não).

Somos a equipe do PAEFI, somos a 5ª série e só nós podemos assim nos chamar. Sim, tal qual uma turma de 5ª série do ensino fundamental, não paramos quietas, conversamos a todo o momento, questionamos, nos rebelamos, implicamos umas com as outras, nos desentendemos e fazemos as pazes, causamos mesmo nos eventos, não somos discretas (algumas são) e somos unidas, como uma turma de 5ª série. Eis a nossa identidade!

E como uma boa 5ª série nos aventuramos, pensamos e formamos um grupo de estudo que atua não só pra ampliar nossos conhecimentos em relação à Política, mas para nos posicionarmos, nos aliançarmos, lutarmos e resistirmos. Pois somos resistência!

E resistir pra quê?

Ao longo desses anos no CREAS Sul, percebemos que sempre estamos “apagando incêndio”, não temos respaldo e nos sentimos como “funcionárias terceirizadas” do MP e, agora, do CT, e, acreditem se quiserem, das outras políticas também, que em vez de fazerem o que lhes compete pedem para as equipes de CREAS: *“e trabalhamos de graça, enquanto eles ganham muito e não fazem nada”*. Estes são alguns dos sentimentos expressos nas conversas, regadas a pipoca e refrigerante, de uma terça-feira quente de inverno sem ar-condicionado suficiente para resfriar a sala. E foi a partir desses diálogos que emergiu no campo compartilhado a proposta do grupo de estudo.

Em vez de nos atermos às famílias que carecem de acompanhamento mais próximo, mais frequente, com mais dedicação de tempo e estudo por parte da equipe, ficamos atendendo “urgências” que não são urgentes de fato e que só se tornam urgentes por ameaças de “dar mídia”.

E nesse jogo de empurra que as políticas públicas fazem entre si quando não conseguem lidar com as crianças-problemas, as mães-problemas, os idosos e idosas-

problemas, as pessoas com deficiência-problema, pois chegam ao seu limite e acionam a outra política, não para pensar junto, fazer a articulação da rede, mas para jogar para o colega o “problema” e, às vezes, essas pessoas já precarizadas caem num buraco de omissão e negligência.

Terceiro instrumento: somos resistência – por ser o recurso encontrado pela equipe para lutar pelas usuárias do Serviço e para nos salvaguardar de desmandos das políticas públicas.

Segundo Butler (2019), é na precariedade que as alianças se formam:

algumas vezes não é uma questão de primeiro ter o poder e então ser capaz de agir;

algumas vezes é uma questão de agir, e na ação, reivindicar o poder de que se

necessita. Isso é performatividade como eu a atendo e também é uma maneira de agir a partir da precariedade e contra ela. (p. 65).

O segundo capítulo do livro *Corpos em aliança e a política das ruas. Notas para uma teoria performativa de assembleia*, de Butler (2019), me levou a reflexão sobre as alianças, as ligações entre os corpos diversos para enfrentar a precariedade vivida no trabalho, por exemplo, como forma de resistência a essa precariedade, com o propósito de evitar o surgimento de uma condição precária. Neste livro, a autora faz uma reflexão sobre as manifestações que se denominam populares, ou seja, do povo/democráticas tendo em vista as formas de aliançamento desses corpos com base na precariedade experienciada e nas relações de poder existentes.

Nós, trabalhadoras do PAEFI do CREAS Sul, fomos movidas para a ação ao nos sentirmos desrespeitadas, compelidas a fazer o que não compete a Assistência Social, por não nos sentirmos apoiadas em nossos posicionamentos. Assim, para respaldar-nos, nos unimos, nos aliançamos e, através do grupo de estudos, performamos contra os abusos que sofremos por parte de outros órgãos da Rede de Proteção e do SGD. As pressões, o desrespeito, a falta

de apoio foram os eventos que nos mobilizaram a um novo instrumento, a uma performance de resistência.

**SENTA, QUE LÁ VEM HISTÓRIAS E ALGUNS PENSAMENTOS**

---

O que importa é que vidas não servem como modelo; somente histórias o fazem. E é difícil inventar histórias para servir de modelo. Podemos apenas recontar e viver as histórias que lemos ou ouvimos. (Heilbrun, 1988, p. 37 citado em Favero, 2022, p. 85).

As histórias mexem com a gente, nos impactam, nos fazem refletir, nos fazem sentir. Favero (2022) em seu livro *Psicologia Suja* conta alguns momentos de sua vida e de sua história que são impactantes, Evaristo (2018) faz o mesmo em *Olhos d'Água*. Neste, um conto me impactou logo a primeira leitura: *Maria*, ela me fez lembrar e pensar em várias histórias que vivenciei ao logo desses sete anos de CREAS, não vou escrevê-lo na íntegra aqui, mas convido à leitura para quem tiver interesse. Maria uma mulher negra, mãe solo, trabalha como doméstica em uma família de posses, leva o resto da comida dos patrões para casa e poder ofertar algo de diferente aos filhos:

Ela levava para casa os restos. O osso de pernil e as frutas que tinham enfeitado a mesa. Ganhara as frutas e uma gorjeta .... A gorjeta chegara numa hora boa. Os dois filhos menores estavam muito gripados. Precisa comprar xarope e aquele remedinho de desentupir nariz. Daria para comprar também uma lata de Toddy. As frutas estavam ótimas e havia melão. As crianças nunca tinham comido melão. Será que os meninos iriam gostar de melão? (Evaristo, 2018, p. 41).

E segue a história, com um final impactante, mas não surpreendente. É, não me surpreendeu, pois são finais já esperados, finais que passam um dia e outro, e a gente vê no jornal, no dia a dia do trabalho. Mas esse conto me transportou para diversas outras histórias de vida de diversas outras Marias cujas vidas eu cruzei, ou foram elas que cruzaram a minha vida?!

Antes de rememorar as outras histórias, preciso retomar aqui as de Sophia e de Antônio contadas no capítulo anterior, é necessário refletir alguns aspectos delas para se

compreender melhor o que são esses dois instrumentos por elas exemplificados e como eles geraram o terceiro instrumento.

Refletindo, portanto, sobre a articulação em rede e intersectorialidade tão necessária nas políticas públicas de um modo geral, tendo em vista a história de Antônio, avalio que infelizmente esse trabalho em rede não ocorre da forma como poderia e deveria. Por vezes, na rotina de trabalho nos deparamos com esses “buracos da rede” e em vez de costurá-los e fazer um bom arremate, às vezes, os buracos são provocados pela própria política pública, devido a uma falta de conhecimento e capacitação das profissionais, devido à falta de recursos; enfim, várias são as possibilidades.

Explicando o buraco (-1), apontado na história de Antônio. Primeiro, por que (-1) (menos 1) e não 2? Porque ocorreu antes. Esse buraco da rede se originou na escola, na Educação, quando a criança foi rotulada como problema, quando foi convidada a se retirar. Mas o que se faz com os problemas? Se resolve, certo? Bem, neste caso não. O problema foi transferido para outra escola e para outra e outra e assim sucessivamente, e a Educação não buscou apoio de outras Políticas Públicas para lidar com a criança que aos seus olhos era problema.

A Educação não se preocupou em olhar para a vulnerabilidade de Antônio e de sua família, arrisco dizer, que a Educação foi omissa e negligenciou o cuidado a Antônio gerando a fragmentação da atenção na proteção social, a primeira. Outro aspecto bastante comum é a culpabilização da família pela sua própria violação de direito e tendo essa perspectiva pouco se faz para auxiliar, visto que se a culpa é da família é também de sua responsabilidade resolver a questão.

Gláucia Mayara Niedermeyer Orth e Jussara Ayres Bourguignon (2021), ao refletirem sobre a questão da vulnerabilidade social e a justiça restaurativa em seu artigo, pontuam que: “Caso as situações de vulnerabilidade não forem prevenidas ou enfrentadas, elas podem se

tornar situações de risco, uma forma agravada da vulnerabilidade, podendo ocasionar violações de direito” (p. 864).

Me apoio em Butler (2019) para pensar a precariedade como sendo as situações de risco e vulnerabilidade pela perspectiva da Assistência Social e que seu agravamento gera o que ela denomina de condição precária e que pode levar a uma situação de morte. Assim:

a precariedade é, portanto, a distribuição diferencial da condição precária. Populações diferencialmente expostas sofrem um risco mais alto de doenças, pobreza, fome, remoção e vulnerabilidade à violência sem proteção ou reparações adequadas. A precariedade também caracteriza a condição politicamente induzida de vulnerabilidade e exposição maximizadas de populações expostas à violência arbitrária do Estado, à violência urbana ou doméstica, ou outras formas de violência não representadas pelo Estado, mas contra as quais os instrumentos judiciais do Estado não proporcionam proteção e reparação suficientes. Por isso, ao usar o termo precariedade, podemos estar nos referindo a populações que morrem de fome ou que estão perto de morrer de fome, àquelas cujas fontes de alimento chegam para um dia, mas não para o próximo (Butler, 2019, p. 41).

Ou seja, a “criança-problema” poderia ter tido outro desfecho em sua história se outros equipamentos das políticas públicas tivessem sido mobilizados para a inserção e o acompanhamento da família. Cabe pontuar aqui a falta de articulação da rede no sentido de executar a proteção integral da criança e da família e garantir seus direitos e bem-estar, finalidade da Rede de Proteção. E que, na ausência ou insuficiência desta, o poder público (União, Estados, DF e Municípios) se torna o responsável, conforme determina a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (1988). Porém, o que se mostrou aparente foi a violação do direito desta criança e desta família pelo poder público.

Ainda segundo Orth e Bourguignon (2021), a intervenção intersetorial e interdisciplinar, ou seja, a integralidade da atenção e da proteção, a articulação em rede é o melhor recurso para minimizar as situações de vulnerabilidade e prevenir a incidência e/ou reincidência de um ato infracional.

Em nosso entendimento, as condições de vulnerabilidade diminuem a capacidade dos indivíduos de agir e enfrentar as vicissitudes da vida, sendo o ato infracional uma expressão dessas situações de desvantagem, impostas por circunstâncias fora do controle dos adolescentes e suas famílias. (Orth & Bourguignon, 2021, p. 865).

O buraco (1), por sua vez, emerge na descontinuidade do Serviço do PAEFI pelo fato de Antônio ter sido inserido em acompanhamento em outro serviço da mesma unidade. Seja por falta de conhecimento do próprio Serviço ou falta do entendimento de como a integralidade de atendimento no SUAS/CREAS funciona ou deveria funcionar, a equipe de PAEFI (eu e minha parzinha, no caso) interrompe o acompanhamento, entendendo que a equipe de MSE é suficiente para sanar as demandas da família e, no fim, de uma certa maneira, nós jogamos o problema para a outra equipe resolver. É difícil olhar para o próprio erro que pode ter custado uma vida, mas é necessário.

O não entendimento por parte da equipe de que um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa está, ou esteve em algum momento, com o seu direito violado e, por isso, incidiu ao ato infracional que contribuiu para que Antônio tivesse sua história encerrada aos 19 anos. Claro que existiram outros fatores, mas, talvez, se este buraco não tivesse sido aberto, o desfecho poderia ter sido diferente. A história de Antônio poderia ter tido um outro final.

Para esclarecer, cabe ao PAEFI intervir interdisciplinarmente junto ao Serviço de MSE para auxiliar a família de um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa na prevenção de novas violações de direito e para amenizar as situações de vulnerabilidade e

risco social que porventura a família se encontra, atuando dentro do princípio da integralidade e, assim, prevenir a reincidência de ato infracional e auxiliar no processo de ressocialização deste jovem.

Ponto estes dois buracos da rede, pois creio que eles representam vários outros buracos das políticas públicas e possibilitam ampliar o debate e a reflexão acerca da qualidade dos serviços públicos prestados, da falta de comunicação entre as equipes que não se resume às profissionais da ponta e são, às vezes, expressão daqueles que estão à frente dessas políticas. A comunicação é muito importante para o trabalho em rede, mas não basta informar, é necessário haver trocas, estudos de caso, pensar junto uma solução para as “crianças-problemas”.

A integralidade de proteção social coloca para a política de assistência social e para as estruturas do Suas o desafio de estabelecer metodologias e fluxos que assegurem o permanente diálogo entre equipes de referência e serviços em prol de objetivos comuns que fortaleçam o caráter protetivo das famílias e dos indivíduos. Nessa perspectiva, a metodologia do trabalho social em rede é uma forte aliada por possibilitar a articulação não só dos diferentes órgãos governamentais, mas também das organizações da sociedade que integram o Suas. (Albuquerque & Neves, 2020, p. 23).

Considero necessário pensar os buracos como destino onde as crianças, jovens, idosas, etc. são jogadas por não serem vistas como pessoas passíveis de viver e pensar os buracos como instrumentos influenciadores das práticas de intervenção e da subjetividade das trabalhadoras do CREAS.

Pensando na história de Sophia, por este ângulo, pode-se supor pelo que foi descrito nas diversas reportagens que aqui também houve a produção de buracos, pelo fato de não

escutarem ao apelo do pai que buscou junto a Rede de Proteção apoio e orientação e nada conseguiu, tornando-o invisível à Política.

Eu me questiono se o fato dele ser um homem cisgênero homossexual com um relacionamento homoafetivo teve alguma influência nas negativas que ele recebeu ao acionar a rede, se influenciou a sua invisibilidade perante a política pública.

Retomando a comoção social, a mídia como instrumento, posso afirmar que as pressões na Assistência Social aumentaram demasiadamente e qualquer situação que, antes do caso Sophia, não era considerada urgente, não era visível, passível de luto, tendo em vista a origem da demanda (Demanda Espontânea, SinDH, NPV/SESAU, por exemplo), hoje na iminência de ameaça de “dar mídia” o poder público, em suas várias políticas, se sente pressionado e transfere a cobrança e a pressão para quem está na ponta dos serviços públicos, como os CREAS, exigindo das trabalhadoras atendimentos e respostas urgentes, mesmo quando as demandas solicitadas fogem do escopo do Serviço de PAEFI.

Outras situações, não só envolvendo crianças, mas idosos e idosas que compõem o público atendido pelo CREAS, se tornaram foco para a mídia e promovem, como aconteceu no caso Sophia, uma comoção social e a cobrança sobre a possível omissão e negligência do poder público e com isso a pressão sobre as trabalhadoras do SUAS e de outras políticas, como a Saúde.

Não que as políticas públicas não devam ser cobradas a fazer o serviço a que se destinam com qualidade, mas a forma como a cobrança é feita e, especialmente, o momento, ou seja, devido a uma comoção popular estimulada pela mídia que escolhe os casos em que vão se dedicar, tornando alguns visíveis e dignos de sofrimento ou passíveis de luto e outros não, como diria Butler (2015).

Pego como exemplo a notícia sobre algumas crianças que foram encontradas sozinhas em um apartamento e cuja genitora era/é usuária de substância psicoativa (SPA)<sup>8</sup>. As crianças estavam abandonadas e negligenciadas pela mãe, vivendo num ambiente insalubre, a genitora não conseguia prover e garantir o mínimo aos filhos (direitos básicos previstos na CF/88 e Estatuto da Criança e Adolescente – ECA). Esse caso veio à tona através da mídia e imediatamente o CREAS foi interpelado a dar explicações: “*Como deixaram isso acontecer? Não havia atendimento à família?*”

Sim, havia. Houve, há cerca de 3 anos. A equipe técnica que acompanhou a família solicitou o acolhimento das crianças visto que a genitora, já naquela época, não apresentava condições de cuidar dos filhos, porém, este foi negado pelo MP. Tudo está detalhado e explicado nos relatórios. Contudo, este documento não se mostrou suficiente e, aparentemente, todo o trabalho da equipe foi desconsiderado.

Outro caso que apareceu na mídia foi o de uma idosa que estaria abandonada e negligenciada pela Rede de Proteção, pois não possui família<sup>9</sup>. Vizinhos fizeram a denúncia e a notícia se espalhou através dos canais de internet e TV, então, mais uma vez, o CREAS foi interpelado e, novamente, informou já ter feito o atendimento e solicitado acolhimento para a mesma junto ao equipamento responsável, porém, a idosa ao ser perguntada se aceitaria o acolhimento, o recusou. Se a pessoa é lúcida, como aparentemente era o caso, não se pode obrigar o acolhimento da pessoa idosa, isto está previsto na CF/88 e no Estatuto da Pessoa Idosa. Ela tem direito de escolha, de autonomia e de viver da maneira que melhor lhe convêm.

É importante frisar que todas essas pressões se tornaram frequentes após o ocorrido com a criança Sophia, por isso, a partir do caso dela emergiu o primeiro instrumento de

---

<sup>8</sup> Fonte: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2023/03/24/seis-criancas-sao-resgatadas-nuas-em-meio-a-fezes-lixo-em-apartamento-sem-comida-e-agua-em-campo-grande.ghtml>

<sup>9</sup> Fonte: <https://www.diariodigital.com.br/policia-2/idosa-grita-por-socorro-e-e-resgatada-abandonada-em-casa-da-moreninhas>

análise. O que ficou latente à equipe foi o medo do poder público de ter exposta a sua ineficiência, a sua sujeira, a escolha entre uns corpos para atenção e cuidado integral e a invisibilidade destinada a outros corpos. Claro que vão negar, pois não existe racismo e discriminação de qualquer tipo no poder público, que é para todas as pessoas.

Então, no que a equipe do CREAS foi omissa? E por que só os casos que vão parar na mídia, são os casos cobrados pelo poder público? E quanto àqueles casos, histórias que não aparecem na mídia, que permanecem às sombras dos jornais e TV e, conseqüentemente, da comoção popular? Mas que a todo momento gritam por socorro através das demandas que se repetem e se acumulam, da tentativa por parte das trabalhadoras do SUAS em realizar um estudo de caso, desenvolver a intersetorialidade, a articulação em rede, a atenção integral à família, ao indivíduo que carece de proteção?

A mídia, os buracos na articulação com a rede, a falta de integralidade na atenção e no cuidado à família, a pressão do poder público por respostas rápidas e infalíveis tensiona questões e situações que geram na equipe um incômodo, um desconforto, um descontentamento. E para evitar o adoecimento das trabalhadoras e para nos posicionarmos e defendermos as usuárias do SUAS que atendemos, para nos defendermos e nos valorizarmos, nos unimos e fomos estudar e, assim, nos tornamos resistência.

O nosso grupo de estudo já conta quase dois anos e dele emergiu o terceiro instrumento de análise que, junto com a mídia/comoção social e buracos na rede, influencia as nossas intervenções junto à população por nós atendidas.

Há muito que em nossa vida tudo pitimbava. Os nossos dias passavam como um café sambango, ralo, frio e sem gosto. Cada dia era sem quê nem porquê. E nós ali amolecidos, sem sustância alguma para aprumar o nosso corpo. Repito: tudo era uma pitimba só. Escassez de tudo. Até a natureza minguava e nos confundia. Ora aparecia

um sol desensolarado e que mais se assemelhava a uma bola murcha, lá na nascente. Um frio interior nos possuía então, e nós mal enfrentávamos o dia sob a nula ação da estrela desfeita. (Evaristo, 2018, p. 119).

Com esses três instrumentos buscarei demonstrar que as intervenções realizadas por nós, trabalhadoras do SUAS no Serviço de PAEFI do CREAS Sul, são influenciadas por essas três dimensões, que nós atuamos sob essa influência e produzimos modalidades de subjetividade e planos de atendimento à família com vista a não permitir que corpos sejam invisibilizados e não sejam perdidos em buracos. Mas, pra isso, é necessário, como já pontuado, olharmos para a nossa sujeira, aquela que jogamos pra debaixo do tapete.

### **Beatriz e as filhas da prima encarcerada**

Através de demanda do CT conhecemos Beatriz e as três filhas de sua prima, que havia sido presa. A demanda era porque uma das crianças estava fora da escola e outra tinha uma suspeita de autismo. Beatriz relatou que foi “*pega de surpresa*”, que ligaram para ela da delegacia pedindo para buscar as crianças, pois a mãe delas havia sido presa e se assim não fosse as três seriam acolhidas em UAICA (Unidade de Acolhimento Institucional para Criança e Adolescente). Ela não teve apoio do conselho ou da promotoria, a prima morava do outro lado da cidade e teve que levar as três para a sua residência que já comportava ela e seus dois filhos. Precisou sair do seu emprego para cuidar das crianças e não as deixar sozinhas em casa, pois do contrário poderia ser notificada pelo conselho por abandono de incapaz.

A criança mais velha ficou fora da escola (que era do outro lado da cidade no antigo bairro), pois ninguém orientou Beatriz a buscar a guarda das três; assim, não pode pegar a transferência da escola e estava com dificuldades até de atualizar as vacinas das pequenas. Já

contavam três meses que as crianças estavam com ela, sua renda diminuiu, só um dos filhos de Beatriz estava trabalhando, não tinha acesso a benefícios socioassistenciais, pois antes trabalhava registrada, agora fazia bicos para auxiliar a renda.

A equipe do CREAS Sul fez a acolhida, a escuta e as orientações que eram possíveis no momento, a família foi inserida no Serviço de PAEFI para acompanhamento. Mas em um mês ficamos sabendo que a prima de Beatriz havia saído da prisão e as crianças retornaram para o convívio da mãe, mas como residem do outro lado da cidade, outra equipe, de outro CREAS, deve atender e acompanhar essa família. Será?!

Beatriz, a prima e as crianças são pessoas pretas, tanto a prima quanto Beatriz são mães solo sem apoio dos genitores.

Aqui podemos observar a descontinuidade da integralidade de atenção e cuidado, gerando uma fragmentação dos serviços da Rede de Proteção dedicados à família, também pontuo a responsabilização desse cuidado sendo colocada para Beatriz, sem o apoio do Estado. Assim, questiono e respondo o porquê de não a orientarem direito sobre a guarda das crianças; foi porque repassaram essa função ao CREAS, é o *modus operandi* do SGD.

Assim como Antônio e sua mãe, Beatriz e sobrinhas não tiveram a ajuda da Rede de Proteção, ninguém olhou para o contexto vivido por Beatriz, se ela teria ou não condições de acolher e cuidar de três crianças. Ela, por sua vez, aceitou sem titubear, pois temeu que as sobrinhas fossem para uma instituição de acolhimento (UAICA).

Quando pontuo a necessidade de que a política olhe para o entre, para o cruzo, é sobre isso que estou falando: sobre olhar a realidade vivida por Beatrizes, Anas, Kauanys, Marias e seus filhos e filhas, sobrinhos e sobrinhas; é olhar para seus corpos, suas características, sua raça, seu gênero, além do que existe como potencialidades e vulnerabilidades no contexto familiar e no território, dessa maneira, tensionando para uma política mais abrangente, interseccional, coletiva e diversificada. Sim, eu creio ser possível.

Trago aqui a contribuição de Butler (2015; 2019), visto que, por essa postura do Estado, ao se fazer de inerte, omissivo e precário, no sentido da inexistência de equipamentos públicos para melhor atender a população (equipamentos que estão previstos na normativas regulamentadoras de todas as políticas), fragmenta os serviços ofertados a família e promove a condição precária à população. Há o risco social e pessoal, há o aumento gradativo da vulnerabilidade que gera a violação de direitos e um risco de morte, ou seja, da precariedade que gera uma condição precária.

As políticas públicas colocam as usuárias dos serviços como responsáveis tanto pela condição precária/precariedade em que vivem quanto pela mudança, saída dessa condição, se “tornando” protagonista da própria história, sendo que as políticas públicas só encaminham ou determinam “*façam isso, façam aquilo*”; e o “isso” e o “aquilo” não está disponível pela mesma política.

Se as populações precárias produziram sua própria situação, então não estão situadas em um regime de poder que reproduz a precariedade de maneira sistêmica. As suas próprias ações, ou seus próprios fracassos, são causa da sua situação precária. Se as populações são vistas como carentes de proteção, e se formas paternalistas de poder (o que algumas vezes inclui a filantropia e as organizações não governamentais humanitárias) buscam se instalar em posições permanentes de poder para representar os desprovidos de poder, então essas mesmas populações são excluídas do processo e das mobilizações democráticas. (Butler, 2019, p. 158).

Ou seja, a população não se torna protagonista da própria história. Contudo, os poderes democráticos de fundo colonialistas são responsáveis pela manutenção (e algumas vezes, criação) das situações precárias – vide a população negra descendentes de escravos e a população indígena que ao serem “libertas” não tiveram, por parte do governo brasileiro, as mesmas oportunidades ofertadas à população branca já existente no Brasil e aos imigrantes da

Europa (italianos, alemães) e do Oriente (japoneses) que vieram ocupar os espaços de trabalho antes ocupados pelos corpos escravizados. E, ainda hoje, os pretos e os indígenas são postos à margem da sociedade, tendo menos oportunidades que os brancos privilegiados.

Não via nada de bom acontecer com ela ou com a família. A avó nascera de mãe e pai que foram escravizados. Ela já era filha do “Ventre Livre”, entretanto vivera a maior parte de sua vida entregue aos trabalhos em uma fazenda. A mãe e as tias passaram a vida se gastando nos tanques e nas cozinhas das madames. As irmãs iam por esses mesmos caminhos. E ele, ele mesmo, estava ali, naquele esfrega-esfrega de chão de supermercado. (Evaristo, 2018, p. 98-99).

Oliveira (2023) pontua a questão da meritocracia destinada aos brancos, mas não aos negros, estes que lutem. E mesmo lutando, ao alcançar o “lugar privilegiado” através de seu esforço, alguém em algum momento deixará explicitar: “*aqui não é o seu lugar*”, “*você teve sorte*”.

O branco possui nesse sentido, desde a colonização, por causa dela e do mito da democracia racial uma posição de poder (historicamente herdada). Esse entendimento foi construído histórica e socialmente ao longo dos séculos de que os brancos são a raça pura, legítima, representantes por mérito do que agrega valor positivo e que os não brancos não conseguem por razão de sua genética, de sua origem, alcançar por mérito próprio esses alvos padrões, o que faz com que os brancos se mantenham em posições privilegiadas e de poder.

Beatriz, assim como Antônio, por ser pessoa negra, não tem reconhecido o seu valor. Na verdade, os valores deles inexistem para a política pública e por isso que demandam para a Assistência Social, que é a prima pobre dentre todas as políticas públicas, ofertar o cuidado e a atenção. Elas, a Política e a Beatriz, se reconhecem em suas invisibilidades e se vinculam.

## A história de Ana

Em março de 2023 chega uma demanda com um relatório técnico da Assistência Social do MP afirmando a necessidade de acolhimento de quatro crianças entre 1 e 10 anos, motivo: negligência materna, residência precária e insalubre, sem condições de moradia, genitora não segue orientações da equipe de saúde e é usuária de SPA. O órgão que compõe o SGD solicita ao CREAS Sul: avaliação e acompanhamento familiar com urgência.

Feita a visita familiar, conhecemos Ana, mãe solo, parda, sem trabalho, vive de benefícios socioassistenciais, a moradia é precária, pouquíssimos móveis. As crianças estão inseridas na Escola e no CRAS do território, a família é acompanhada pela equipe de saúde da UBS do território há cerca de dois anos, afirma. Não aparentava estar sob efeito de qualquer substância psicoativa. A equipe explicou o motivo da visita, da avaliação do MP sobre o acolhimento dos filhos dela. Pontuamos que iríamos auxiliá-la para que isso não acontecesse e que ela deveria se comprometer com algumas coisas. Contatamos ainda as equipes de saúde e do CRAS local para melhor compreender a história da família e propomos o trabalho intersetorial para mudar o contexto e evitar o acolhimento. Poucas semanas depois, após estudo de caso junto ao MP, Saúde e Assistência Social, as crianças foram acolhidas, decisão do MP com respaldo da Saúde e contrário ao posicionamento da equipe de CREAS. Durante o estudo de caso, uma das falas me chamou atenção: *“precisamos dar um susto, um chacoalhão nela [Ana]”*.

Dois pontos aqui aparecem: primeiro, a decisão de acolhimento das crianças já estava tomada pelo MP, mal ouviram nossos argumentos contra o acolhimento imediato, ficou parecendo que eles só queriam ser respaldados pela Assistência Social, o que não aconteceu, e então, se respaldaram pelo posicionamento da Saúde, favorável ao acolhimento, e do relatório próprio, que gerou a demanda. Segundo, se a família já era acompanhada há dois anos pela

Saúde, porque só agora, com a decisão de acolhimento tomada, a demanda foi chegar ao CREAS?

Com as crianças acolhidas, vêm as exigências para que Ana pudesse recuperar a guarda de seus filhos: arrume a casa, consiga um emprego e vá se tratar no CAPS AD. Além disso, faça psicoterapia individual. O CAPS não possui este serviço, quem possui? A unidade de saúde do território, mas tem que enfrentar uma fila, burocracia inerente à política, para acessar o serviço.

Fomos visitar Ana no final de abril de 2024, levamos algumas coisas que ela estava precisando, já sabíamos também que as suas crianças estavam de volta ao lar, ao convívio materno. Lindo de ver o afeto, a alegria da família por estar juntos. O nosso acompanhamento continua, pois sabemos que é necessário fortalecer essa mãe, auxiliá-la no cuidado de si e das crianças e, desta maneira, promover sua autonomia (segurança afiançada do SUAS).

Por esta história, eu percebi o quanto o caso Sophia exerceu (e ainda exerce) forte influência na tomada de decisão tanto da Saúde quanto da Justiça (MP), receio da parte deles de que as crianças fossem encontradas em grave estado de desnutrição e abandono ou mortas. E entendo que houve a necessidade de confirmação por parte da Assistência Social e, assim, embasar a decisão de acolhimento; porém, por estarmos mais atentas às estratégias das referidas políticas e por aguçarmos os nossos sentidos para aquela mãe e aquelas crianças, nos posicionamos contrárias ao acolhimento, gerando o estresse no MP e na Saúde. Assim, veio o “cumpra-se” do MP, ou seja, “acolha e dê um susto nela”.

Aqui operou também o segundo instrumento de buracos na rede, pois, como apontado na história, a família era acompanhada pela Saúde já há algum tempo, então pergunto, por que não solicitar o apoio da Assistência Social? Por que se manter no seu quadrado de SUS quando a Rede de Proteção deve operar de maneira integrada? É mais fácil acolher e deixar o problema para outro resolver, do que dedicar tempo e massa cinzenta para atender aquelas

peças tidas como abjetas, que é justamente a percepção deixada pela equipe de Saúde em relação a Ana?

Então me vem outro questionamento que estou a fazer em diversas outras situações com as quais me deparo nos meus atendimentos: como exigir algo das famílias se a política pública não tem condições de ofertar adequadamente o que é exigido? Como exigir que a Ana faça psicoterapia, se não há profissionais suficientes na Rede de Saúde para ofertar tal serviço? Como exigir de Antônio uma postura adequada de bom aluno, boa criança, se em vez de ajudá-lo, o transferem de escola? Como exigir de Kauany (história que contarei a seguir) uma mudança de comportamento para poder cuidar do filho se quando ela precisou de cuidados ninguém a viu?

Esses são alguns exemplos dos diversos buracos da rede que impactam as práticas de intervenção dos profissionais do CREAS Sul e também de outras equipes tanto da Assistência Social como das outras Políticas Públicas.

### **De buraco em buraco até desaparecer: a história de Kauany**

Kauany, uma jovem mãe negra, 18 anos recém completados (em 2023), usuária de SPA desde muitos anos, cuja guarda do único filho (então com 2 anos) está com a avó paterna desde o nascimento. Ouvindo a sua história, ela relata que perdeu a mãe aos 12 anos, perdeu o pai há pouco tempo e que já perdeu o filho (visto que não possui sua guarda e o vê uma vez ao dia sob supervisão); assim, ela questiona “*Pra que me tratar? Já perdi tudo mesmo.*” Fazendo a escuta à sogra (avó paterna da criança), ela explica que a mãe da jovem está viva, mas que aos 12 anos, essa mãe a preteriu pelo padrasto, houve na época algum conflito que fez com que a pré-adolescente saísse de casa e ficasse “*pulando de casa em casa, chegando a morar na rua*”. Pergunto: o que foi feito ao longo desses seis anos?

Eu e minha parzinha pesquisamos no banco de dados do CREAS Sul se houve algum atendimento a ela, pois sempre residiu no nosso território de abrangência, mas nada foi encontrado.

Por que razão esse caso não veio à luz? Por que foi negligenciado? Será mesmo que não chegou ao SGD, ao CT? A escola não percebeu a ausência da adolescente? Onde ela foi perdida? Ou ela nunca foi vista? Kauany, então uma menina de 12 anos, negra, residente num bairro tido como perigoso de Campo Grande/MS, com alta incidência de tráfico de drogas e por isso é marginalizado, em quantos buracos ela caiu e se perdeu, isto é, foi perdida?

A demanda proveniente do MP chegou com o nome da criança de 2 anos, não no nome de Kauany que havia completado 18 anos há pouco tempo e que, aparentemente, foi negligenciada pela família, pela comunidade e pelo poder público, e sendo ainda hoje. Sua fala a mim demonstrou uma falta de perspectiva de si mesma, de esperança, de um futuro, de possibilidades: *“Pra quê? Já perdi tudo!”*. Como trabalhar a segurança de autonomia e o protagonismo social nessa jovem mãe?

Seis anos de invisibilidade, de possível omissão e negligência pelo poder público em relação a essa jovem mãe. Seis anos de invisibilidade de Antônio, de Ana e de tantas outras pessoas que têm por similaridade a cor da pele: todas são pretas ou pardas e sofrem com a desigualdade social e econômica e, por isso, se tornam pessoas invisíveis e indesejáveis socialmente.

Mas e se a Kauany, a Ana e o Antônio fossem pessoas brancas?

Levanto esse questionamento por pensar no privilégio da branquitude e relacionar a história de Sophia, ela criança branca, às de Kauany, Antônio e Ana, pessoas não brancas. Eu temo e, infelizmente, considero bastante provável afirmar que se Antônio fosse branco, ele não teria sido transferido de escola em escola desde os 7 anos de idade, que Ana teria recebido

outro tratamento que não o de pessoa abjeta e que precisa de um susto e que Kauany não teria sido perdida nos buracos da vida.

No Brasil, a forma como as políticas públicas são geridas impõe a responsabilização de sua situação precária no indivíduo, e o Estado é um mero coadjuvante nessa história. Até que ponto as políticas públicas responsabilizam o indivíduo por sua condição e tiram a responsabilização do Estado?

os indivíduos não devem contar com o Estado, mas apenas com eles mesmos. Uma nova palavra acabou sendo cunhada para descrever o processo de produção de indivíduos autossuficientes: “responsabilização” .... Sou responsável apenas por mim mesmo? Existem outros por quem sou responsável? E como, em geral, posso determinar o alcance da minha responsabilidade? Sou responsável por todos os outros ou só por alguns, e que critérios devo usar para estabelecer essa linha divisória? (Butler, 2015, p. 60).

Vergès (2021) propõe em seu livro pensar as políticas públicas a partir de uma perspectiva interseccional, ou seja, desenvolver estratégias de enfrentamento das violências a partir delas mesmas e do local onde elas acontecem e das pessoas que são por elas acometidas, em geral: mulheres pretas e pobres, famílias matriarcais e que não conseguem interromper o ciclo de violência, pois as políticas pensadas para elas são generalistas e vão de encontro às realidades e necessidades delas. Atentem-se para as vidas de Ana, Beatriz, Kauany e Antônio – vamos lembrar que a mãe de Antônio é mulher negra e, apesar de casada, cuidava sozinha da educação do filho.

A autora dialoga com Akotirene (2020) ao possibilitar a reflexão sobre como as políticas públicas foram desenvolvidas no Brasil, visto que possuem esse caráter histórico colonialista e patriarcal: “interrogar a proteção pelo viés da classe, raça e da heteronormatividade amplia nosso campo de ação” (Vergès, 2021, p. 7).

Além da fragmentação das políticas na integralidade de atenção e cuidado e que gera os buracos na rede, temos como já apontado a questão dos corpos visíveis e dos corpos invisíveis, dos corpos vivíveis e dos corpos matáveis. Essa dicotomia de corpos passíveis de vida e passíveis de morte pode ser apontada como um promotor da fragmentação e, conseqüentemente, dos buracos, pois só caíram neles os corpos não passíveis de luto e de luta.

Uma vida não passível de luto é aquela cuja perda não é lamentada porque ela nunca foi vivida, isto é, nunca contou de verdade como vida. Podemos ver a divisão do mundo em vidas passíveis ou não passíveis de luto das perspectivas daqueles que fazem a guerra com o propósito de defender as vidas de certas comunidades e para defendê-las das vidas de outras pessoas, mesmo que isso signifique eliminar estas últimas. (Butler, 2015, p. 64-65).

Isso que é descrito por Butler (2015; 2019) é muito comum de acontecer com os corpos que ocupam os espaços das ruas, que pouca ou nenhuma visibilidade tem, a não ser que seja o de ser rotulado como criminoso, marginal etc.. A invisibilidade inerente a população em situação de rua pode ser equiparada a invisibilidade sofrida pelos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. E, novamente, esses corpos são, em sua maioria, corpos pretos e pardos que em algum momento de sua vida e de sua história caíram num buraco e foram perdidos.

E não é só a política pública, o poder público que invisibiliza esses e outros corpos, as trabalhadoras do SUAS e de outras políticas, muitas vezes por motivações pessoais, religiosas e político-partidárias também promovem essa invisibilidade (mesmo que “sem querer, querendo”, como diria o Chaves, personagem do icônico Programa do Chaves, da TV Mexicana), sendo também essa a sujeira da política a que me refiro.

Buscando notícias de Kauany, fizemos contato com a sogra e ela informou que a nora “*Sumiu. Separou do meu filho e nunca mais apareceu, nem pra ver a criança, já tem mais de*

*mês*”. E, novamente, ela está sozinha, pulando de casa em casa, de buraco em buraco, desapareceu...

E o que fazer nessa situação em que mais uma vez ela foi invisibilizada?

Participando de uma aula do Projeto COOBRASS “Corpos, Cidades e Hospitalidades” ouvi Yasmin Maciani da Silva, jovem negra, psicóloga, mestranda da UFAL (Universidade Federal de Alagoas), e sua fala me fez um alerta e uma provocação ao pontuar que a Política de Assistência Social visa um ideal (família de comercial de margarina: casal heteroafetivo, com um casal de filhos, em geral brancos bem sucedidos e felizes, e, às vezes, aparece uma família preta) e se ocupa com o que a família, o indivíduo precisa e tem necessidade: uma cesta básica, um cobertor etc. Mas não questiona o que a família e o indivíduo desejam. E realmente não fazemos esse questionamento, focamos no que está escrito na demanda e nas vulnerabilidades descritas, nas normas técnicas e tipificações do serviço, como violações de direito. Falta a integralidade na atenção para a proteção social. Sim, cometemos, nós mesmas, essas falhas, esses deslizes e em vez de vermos a pessoa e o contexto em que vive, a Rede de Proteção existente, **em vez de torná-la visível**, tornamos visível o problema singular dessa pessoa, responsabilizando-a, e **tornamos invisível o problema estrutural da rede**, das políticas, eximindo o Estado de sua responsabilidade e dever para com a garantia dos direitos e proteção integral.



Fonte: <https://www.aquebradepadrao.com.br/post/o-mundo-perfeito-do-comercial-de-margarina>

No atendimento a Kauany me preocupei em ouvir sua história e percebi o seu sofrimento, mas não questionei sobre o seu desejo. Como posso ajudá-la a sair de uma possível situação de risco social, vulnerabilidade e violação de direito (usando os termos técnicos dos documentos norteadores da política) sem saber o que **ela deseja** e não o que a Política, a norma, a tipificação e eu, psicóloga branca, consideramos como ideal?

Mas com Ana, em atendimentos posteriores, fizemos esse questionamento e foi a partir da resposta dela, dos saberes adquiridos no Grupo de Estudo que conseguimos nos posicionarmos e resistirmos, mesmo tendo sido silenciadas pelo “cumpra-se” da promotoria (MP). E assim vamos produzindo em nós novas formas de pensar a intervenção junto às famílias de modo que elas não sejam invisibilizadas.

Refletir sobre essas modalidades de subjetividade que estão sendo produzidas e assim rever as intervenções, rever o nosso posicionamento enquanto trabalhadoras do SUAS e dar visibilidade ao nosso Serviço, ao nosso trabalho e também dar visibilidade aos corpos negros que são percebidos como abjetos, conforme explica Favero (2022), dar visibilidade a pessoas e situações que a sociedade capitalista, patriarcal e racista não quer ver e prefere manter nas sombras, pois são vistas como sujas, degradantes.

E o sujo, o abjeto não deseja.

Opa! Ei, não é bem assim não, **o desejo existe, só não é visto.**

Algumas vezes, acontece de chegar uma demanda cujo endereço é em bairros “nobres” de Campo Grande/MS, como o Residencial Damha ou bairro Vilas Boas; dificilmente a equipe consegue atender na primeira visita, ou a família coloca o advogado particular para atender a equipe, ou vem uma criança correndo e diz: *“Minha mãe disse que não precisa limpar a piscina hoje não”*.

Sim, isto aconteceu comigo e até hoje é motivo de piada no CREAS Sul. Rimos do ocorrido para lidarmos com o sentimento de: “*Pô! Ninguém nos considera. Não valemos nada*”.

A invisibilidade e segregação da equipe trabalhadora do SUAS em relação às demais políticas públicas é percebida por todas nós, não só pelas cobranças e desvalorização que fazem em relação ao nosso trabalho (ao desconsiderar um relatório ou não atender à solicitação de estudo de caso, por exemplo), mas também por parte do poder público – União, Estados/DF e Municípios –, visto que essa é a política pública que menos recebe recursos, além de ser a primeira a sofrer cortes desses mesmos recursos federais, estaduais e municipais. Ademais, a Assistência Social também é percebida como abjeta visto que ela lida com o que é tido como abjeto pela sociedade capitalista e tradicional brasileira e pelo próprio poder público.

Em todas as três complexidades o público atendido é um público discriminado e por isso a política é discriminada. É a política do assistencialismo que só dá cesta básica e Bolsa-Família. É a política que deve se ocupar, acolher, internar, tirar da vista de todos as pessoas em situação de rua, os usuários de SPA, as pessoas com transtornos mentais e as pessoas idosas que são um fardo para as famílias mais abastadas economicamente (sim! É verdade esse bilhete), os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e tantos outros corpos que na percepção de alguns nem deveriam existir.

É a política que é vista e lembrada quando grandes tragédias acontecem como o incêndio que destruiu a Favela Mandela<sup>10</sup> ao norte de Campo Grande/MS, como as enchentes que assolaram cidades e estados, em 2023 na Bahia e em 2024 no Rio Grande do Sul. Nesses

---

<sup>10</sup>Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/incendio-em-favela-de-campo-grande-ms-destroi-dezenas-de-casas/#:~:text=Um%20inc%C3%AAndio%20de%20grandes%20propor%C3%A7%C3%B5es,da%20trag%C3%A9dia%20ainda%20s%C3%A3o%20desconhecidas.>

momentos a mídia recorda-se que existe uma política pública para atuar nesses eventos, que existem profissionais capacitados (em regra) para atender e auxiliar as famílias em condição precária.

É a Política a qual as demais políticas procuram quando não conseguem (ou não querem) lidar com a família, passam o problema ao coleguinha; isso acontece muito nas situações de pedidos de acolhimento de idosos, idosas, pessoas com deficiência e de crianças – por incrível que pareça.

Sendo esta a prima pobre e marginalizada de todas as políticas públicas, como já dito, os recursos existentes são limitados e de tempos em tempos são diminuídos, isso provoca não apenas o sucateamento dos Serviços disponibilizados, mas também a falta de equipamentos (unidades do SUAS) e a falta de alguns Serviços e de vagas nas instituições de acolhimento, precarizando ainda mais o atendimento às famílias. E temos ainda a questão da alta rotatividade das trabalhadoras do SUAS, devido a precariedade das condições de trabalho, aos baixos salários, a invisibilidade do Serviço e da servidora.

Verdade seja dita, a Assistência Social não padece sozinha desse sofrimento, mas é a que mais padece com o descaso e com o sofrimento que é imputado à população quando esta é esquecida, largada num buraco que muitas vezes denominam CREAS e, assim, este equipamento e as profissionais que lá atuam também se tornam invisíveis.

Ana teve seus filhos acolhidos...

Antônio foi transferido de escola em escola...

Kauany foi perdida num dos vários buracos que emergem na rede...

Mas não são só buracos, esquecimentos, transferências e acolhimentos que caem no CREAS. Temos os momentos de práticas exitosas (que expressam aqueles atendimentos e

acompanhamentos que tiveram um desempenho e final bem-sucedido na perspectiva do SUAS), mas não chega a ser um final de comercial de margarina.

### **João e Vitória: uma história de reencontro entre pai e filha**

Denúncia do Disque 100 (SinDH): idoso abandonado, sem família, sem renda, alcoolista, está à mercê de criminosos usuários de drogas que invadem sua casa e roubam suas coisas. Eis a demanda que nos chega para atendimento. Em visita domiciliar encontramos um senhor barbudo, branco, cara fechada e desconfiada, depois de nos identificarmos, ele troca poucas palavras e, de maneira rude, confirma seu nome, nome do pai e da mãe, afirma que tem uma filha com a qual não tem contato desde muitos anos, conta que já foi roubado e, por isso, fica com um canivete para defender a parca renda que tem do aluguel de uma edícula no terreno de sua casa e carece da ajuda da comunidade para se alimentar, pois a renda é insuficiente. Observamos que ele acumula muitos objetos repetidos e estragados, sua casa é bastante suja e com mau odor. Não conseguimos muitas informações sobre sua família e seus documentos foram roubados. Seu nome? João. Soletrou pra gente.

Esse foi um dos primeiros acompanhamentos que fiz quando cheguei ao CREAS, pode-se dizer que durou os sete anos que aqui estou, com algumas interrupções, ou melhor, atendimentos pontuais a família. De início, não sabíamos o que fazer para ajudar João, ele não queria ser acolhido, ninguém podia obrigá-lo, estava lúcido, mas ele estava vivendo sob uma condição precária tendo em vista a perspectiva de Butler (2019), com risco de morrer e de morrer sozinho.

No início de 2023, fiz uma visita a João, devido a nova demanda do SinDH (os tais atendimentos pontuais, já contava um ano desde a última visita); na casa encontramos João e Vitória, sua filha, ele estava bem, comendo bem, tranquilo, até me sorriu e estendeu a mão –

que alegria a minha, que felicidade ver que o reencontro de João e Vitória demorou, mas está indo muito bem. Em abril de 2024, como estava próxima a residência dele, resolvi dar uma passadinha e, que felicidade! Vitória falando com um sorriso no rosto sobre os cuidados e a preocupação que ela, o companheiro e até sua mãe (que sofreu com João quando eram casados) tinham para com ele. Ainda suspiro de alegria. Sensação de trabalho bem-feito, sabe! É bom isso!

Eita! pulei uma parte, como isto se deu? Não, não foi milagre e nem passe de mágica, foi articulação em rede, foi intersetorialidade e atenção integralizada, foi costurando os encontros e caminhos para que não se abrissem buracos e João fosse por eles engolido.

Primeira intervenção: contato com o CRAS do território, João estava sem documentos, sem renda, sem família, será que alguém conhecia alguém, que conhecia algum familiar? Melhor lugar é o CRAS que, além de poder intermediar a busca pelos documentos pessoais, possibilita o acesso a benefício de transferência de renda e outros que fossem necessários.

Segunda intervenção: contato com a USF do território, ele precisava de cuidados em saúde, comia mal, dormia mal, às vezes só tinha o leite, café e pão que um vizinho levava e a cachaça, mais nada. Além de ser acumulador (seus afetos guardados em forma de cacarecos), o que gerava transtorno para toda a comunidade.

Visitas em conjunto com o CRAS e com a USF foram feitas para que João não se sentisse invadido e para que conseguíssemos acessá-lo de alguma forma, construir e fortalecer o seu vínculo com a rede. Claro, no início se mostrou muito resistente, especialmente na questão de retirar seus acúmulos, seus afetos, não podia ser repentino, era necessário cuidado e mais ajuda, mais articulação, mais integralidade.

Terceira intervenção: a família apareceu. Uma ex-companheira e a enteada procuraram as equipes de Assistência Social e elas tinham o contato de Vitória, que morava em outra localidade, na área rural de Campo Grande/MS com a família. Com a ajuda de Vitória e de

sua irmã por afeto as equipes de Assistência Social e de Saúde conseguiram construir um plano, definir estratégias, agilizar tratamentos, providenciar documentos, acessar uma renda suficiente para o sustento de João e mais do que isso sua dignidade, sua cidadania, seus direitos, seus vínculos com a família, em especial com a filha Vitória, foram sendo restaurados aos poucos.

Nada teria sido possível se a Rede de Proteção (Assistência Social e Saúde) não tivesse atuado em conjunto em favor de João e de sua família. Não houve buracos na rede, não deixamos acontecer, mas porque uma equipe acionou e apoiou a outra em tempo, trabalhando em conjunto, interdisciplinarmente e respeitando as potencialidades e fragilidades da família.

O trabalho foi realizado para atender as seguranças afiançadas do SUAS: acolhimento, renda, autonomia, convivência familiar. E sim, conseguimos alcançar todas.

Sim, isso me deixa muito feliz. Feliz com o meu trabalho, feliz com o resultado, feliz...

Essas e outras intervenções são pensadas junto a família para atender as demandas existentes, para cumprir com o propósito da Política de Assistência Social que é a proteção social e a garantia dos direitos. Quando há uma pressão pelo “vai dar mídia” e/ou quando se observa o descaso de um serviço, de uma política pública, isso afeta a forma como pensamos, como desenvolvemos a nossa intervenção, pois necessitamos reformular e produzir novas modalidades de subjetivação, isto é, novas formas de pensar a intervenção junto às famílias.

Observa-se, como aponta Akotirene (2020), Mbembe (2020) e Vergès (2021), que as políticas públicas são pensadas não para atender esses cruzos, esses entres das interseccionalidades, pois elas são pensadas para atender a mulher que sofre violência, ponto; para atender a criança que sofre abuso, ponto; para atender a idosa que sofre maus tratos, ponto.

Não se leva em consideração se a mulher, como Kauany, que foi caindo de um buraco a outro até se perder, foi uma criança negra que talvez tenha sofrido maus tratos e por isso fugiu de casa e foi negligenciada em seu passado e continua o sendo hoje. Só se olha e intervém sobre a mãe solo usuária de SPA e que não mantém a casa limpa, tendo quatro filhos para criar e que, por isso, merece um susto, como Ana.

Assim também como Antônio, que só ficou visível o menino negro agressivo e que comete furtos na escola, não deram atenção e cuidado à criança assustada de sete anos, que talvez tenha sido abusada, sendo isso fator de mobilização para seu comportamento arredoio.

São nesses cruzamentos, nessas encruzilhadas – conceito proposto por Luiz Antônio Simas e Luiz Rufino (2018) – não vistas, que a política pública falha, permite e reforça a invisibilidade desses corpos não brancos.

No livro *A ciência encantada das macumbas*, os autores citados apresentam a encruzilhada, o cruzo, como terreno de possibilidades, onde o que é normatizado pelo colonialismo euro-ocidental é desconstruído para que outras perspectivas, outras modalidades de subjetividades possam aparecer, ampliar e enriquecer esse campo de possibilidades de olhar o outro (os corpos não brancos e também os corpos brancos). Então, no caso dessa dissertação, refletir as intervenções a partir do cruzo permite ampliar e enriquecer o terreno de possibilidades de se pensar as políticas públicas e de se produzir subjetividades a partir das diversidades, na interseccionalidade.

O cruzo produz os efeitos de encantamento e as consequências advindas de suas operações são compreendidas enquanto possibilidades. Assim, a perspectiva do cruzo emerge enquanto conhecimento credível e necessário, pois partimos da orientação de que o mundo, os seres e as práticas sociais não estão acabados e de que os conhecimentos possíveis não se esgotam na esteira de um modo de saber que se reivindicava único. (Simas & Rufino, 2018, p. 33).

Dito isto, como não pensar no racismo estrutural e no privilégio da branquitude agindo sobre as políticas públicas e, conseqüentemente, sobre as intervenções?

Vê-se João, idoso, branco, inicialmente abandonado pela família. Não houve dificuldades em acionar a Rede de Proteção, demorou, mas tudo ocorreu como planejado na intervenção, não foi rápido, mas o resultado final foi exitoso.

Será que se João fosse negro, as articulações teriam ocorrido da mesma forma? Será que o resultado seria o mesmo? Será que se Sophia fosse negra a pressão da mídia seria a mesma? Será que a trágica história dela teria tido tanto destaque na mídia como tem até hoje?

As intervenções no PAEFI devem ser pensadas nos cruzamentos desses instrumentos e em conformidade com o que chega na demanda e com o que encontramos no contexto familiar. Dessa forma, a partir disso e tendo por fundo os conhecimentos da profissão e da política, repensamos nossos posicionamentos ético-político enquanto trabalhadoras do SUAS e intervimos na modalidade de resistência ao que consideramos desmandos das mesmas políticas públicas.

Pensar a branquitude privilegiada nas intervenções é pensar como alguns corpos não brancos caem nos buracos da rede e só se tornam visíveis na iminência de “dar mídia” como aconteceu com Luzia em “E o feitiço virou contra o feiticeiro” (história contada logo adiante), momento em que utilizamos desse instrumento para nos posicionar, intervir e evitar que um corpo negro caísse no buraco e lá fosse esquecido.

### **E o feitiço virou contra o feiticeiro**

Há pouco mais de um ano acompanhamos Luzia, pessoa com deficiência desde a sua infância, fora cuidada sempre pela genitora que falecera, passando então aos cuidados dos três irmãos, o mais velho Lucas é usuário crônico de SPA, os dois mais novos, Leo e Luiz, tem

suas vidas apartadas, não demonstram vínculos afetivos nem com Lucas e nem com Luzia, de certa maneira, se sentiram obrigados a cuidar dessa irmã. Havia uma boa articulação junto a USF do território e o CREAS, sempre em contato, pensando junto as melhores formas de cuidar de Luzia e trabalhar o vínculo entre os irmãos. Como percebemos que este vínculo não estava acontecendo e que Lucas estava mais e mais afundado no álcool e não conseguíamos ajudá-lo também, pensamos juntas que o melhor seria avaliar a possibilidade de acolhimento para Luzia. Parece até que estávamos adivinhando, cerca de um mês depois dessa conversa surge nas redes sociais um vídeo em que a narradora apresenta Luzia sozinha, abandonada, sem comida, pois Lucas, que até então cuidava dela, estava internado em hospital em grave estado de saúde.

Lembro bem que logo que recebi esse vídeo já me sobressaltei e mandei para a minha parzinha, pedi para reforçar o pedido de estudo de caso que já havíamos feito à gestão, mas por falta de agenda não havia ainda acontecido. E emendei, *“Isso vai dar mídia, certeza, vamos nos adiantar”*. Dito e feito, em menos de uma semana, saiu na mídia e a defensoria pública entrou em ação cobrando providências; neste meio tempo, já havíamos feito o estudo de caso, outras três equipes, incluindo da Saúde já tinham feito a visita e contactado os outros dois irmãos. Tudo já estava encaminhado.

E o feitiço virou contra o feiticeiro, em vez de sermos pressionadas pelo *“vai dar mídia”*, nós é que usamos deste instrumento para conseguir o que geralmente demora, que é a tão falada e necessária articulação em rede, esse buraco que não se estreita, só se alarga e, nos quais, pontes improvisadas e frágeis são construídas a toque de caixa pelo temeroso *“vai dar mídia”*.

A questão desse instrumento é a comoção social por ele gerada na sociedade. Fiquei por muito tempo pensando nessa força da mídia, ela por si só, um quarto poder, como já ouvi falarem, e a influência que ela exerce perante uma grande massa de pessoas de todos os tipos,

sorrisos e lágrimas; ela atua como agência de regulação no lugar de uma política pública. Dito isto, me apoio em Butler (2015) para refletirmos juntas sobre como essa comoção social, proveniente da mídia, pode afetar a vida e a morte de alguns corpos:

A pergunta sobre quais vidas devem ser consideradas como merecedoras de luto e de proteção, pertencentes a sujeitos com direitos que devem ser garantidos, nos leva de volta à questão de como a comoção é regulada e de qual é a nossa intenção ao regular a comoção. (p. 67).

A comoção social é diferente conforme os corpos que morrem. Pensemos aqui em Luzia, se não fosse pelo risco do “*vai dar mídia*”, pelo medo da comoção social gerada pelo vídeo, possivelmente estaria na mesma condição que a encontramos, ou pior, poderia ter tido o mesmo fim de Antônio.

Antônio, a criança-problema, morreu assassinado aos 19 anos. Segundo a notícia<sup>11</sup>, ele estaria envolvido com crimes de tráfico e homicídio, percebe-se pelas reportagens que a vida dele não se tornou motivo de comoção social como a de Sophia. Mas eu o conheci, ainda menino, eu me comovi, ainda me comovo toda vez que lembro e conto essa história.

E por que a vida dele não se tornou motivo de comoção social, não se tornou passível de luto? Porque nunca foi vida vivível aos olhos do público em geral, foi vida matável, foi invisível, não foi vida. Ninguém (salvo sua família) há de se lembrar do menino de pele negra, resabiado e de olhos castanhos, mas todos se lembram dos olhos azuis da criança Sophia.

Vejam bem, não estou diminuindo de modo algum o sofrimento de Sophia e a tragédia que a acometeu e à sua família, só estou pontuando que se ela fosse negra, a comoção poderia não ser a mesma e que se Antônio fosse branco, talvez ele estivesse vivo e vivendo uma vida vivível.

---

<sup>11</sup> Opto por não compartilhar a reportagem para preservar a família, visto que o verdadeiro nome de Antônio consta na notícia e sua história se tornou instrumento de análise antes do trágico fim que sua vida teve.

a comoção é, desde o começo, transmitida de outro lugar. Ela nos predispõe a perceber o mundo de determinada maneira, a acolher certas dimensões do mundo e resistir a outras ... Como abordar de novo a questão da resposta afetiva e da valoração moral considerando os enquadramentos já em operação de acordo com os quais certas vidas são vistas como dignas de proteção, enquanto outras não, precisamente porque não são completamente “vidas” de acordo com as normas predominantes da condição de ser reconhecido? A comoção depende de apoios sociais para o sentir: só conseguimos sentir alguma coisa em relação a uma perda perceptível, que depende de estruturas sociais de percepção, e só podemos sentir comoção e reivindicá-la como nossa com a condição de que já estejamos inscritos em um circuito de comoção social. (Butler, 2015, p. 81-82).

A comoção social experienciada sobre alguns corpos e não sobre outros relaciona-se ao racismo estrutural, relaciona-se a uma não interseccionalidade das políticas públicas. Quando a negligência do Estado se torna pública, como no caso Sophia, expõe quais vidas são consideradas passíveis de luto e de luta pelo poder público e pelas políticas públicas e quais vidas podem ser perdidas nos buracos da rede.

Akotirene (2020) aponta que:

podemos identificar a exclusão social por critério de gênero promovida pelo universalismo das políticas públicas relacionadas, o fato de mulheres e meninas negras estarem situadas em pelo menos dois grupos subordinados que, frequentemente, perseguem agendas contraditórias, dando impressão de que todas as violências policiais dilatadas para o sistema penal são contra homens negros [por terem uma “natureza violenta”]. Todas as violências domésticas dilatadas para o encarceramento feminino ou feminicídios são impostas às mulheres brancas [pois as negras aguentam o tranco e as brancas são naturalmente frágeis] .... Através dessa articulação de raça,

gênero, classe e território, em que os fracassos das políticas públicas são revertidos em fracassos individuais, ausências paternas na trajetória dos adolescentes e jovens são inevitavelmente sentenças de mortes deflagradas pela suposta guerra às drogas. (p. 59-60).

As políticas públicas olham o gênero e ignoram a raça, ou olham a raça e ignoram o gênero. É preciso olhar para ambos e algo mais, de maneira singular, no entre, no cruzo.

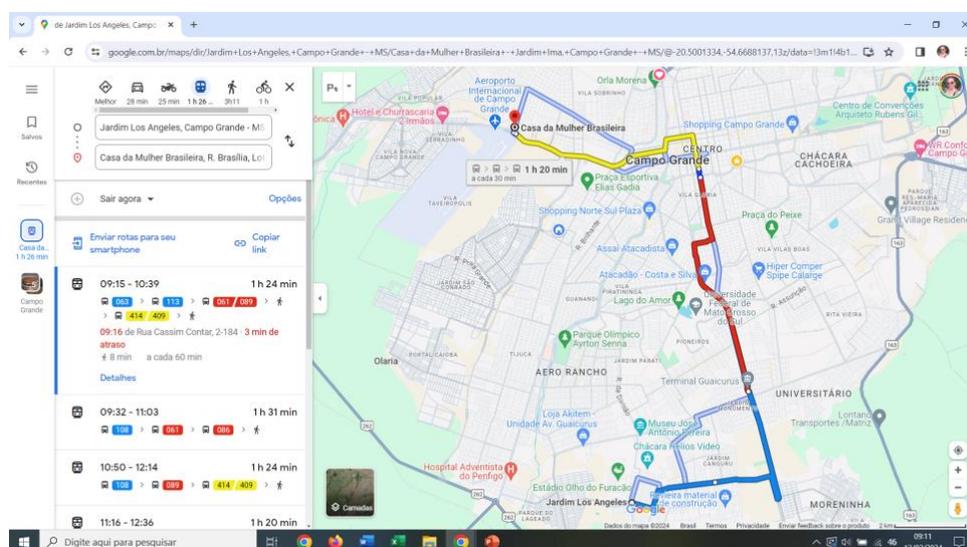
O Artigo 5º da Constituição Federal Brasileira assegura o direito fundamental de todas e todos de serem tratados iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza. Em tese, caso os instrumentos protetivos do nosso país queiram, de fato, combater as discriminações que impedem o exercício das liberdades fundamentais, precisam averiguar as performances sexistas e racistas de seus expedientes usando a abordagem interseccional. (Akotirene, 2020, p. 66).

Façamos um paralelo do caso Sophia à Lei Maria da Penha: o que ambos têm em comum é que ambos os corpos são brancos. A Lei se originou a partir de uma articulação feminista majoritariamente branca. O caso Sophia teve grande repercussão e comoção pela aparente negligência do Estado (Rede de Proteção) e por ser criança branca. Por que afirmo isso? Porque houve casos similares com crianças não brancas e nada foi mobilizado, seja pela mídia, seja pelo poder público, não houve comoção social, nem pressão demasiada às equipes. Houve diversas mulheres negras agredidas e assassinadas pelos seus companheiros e nem denúncia elas conseguiam fazer, que dirá ser o símbolo de uma Lei de proteção às mulheres. A tragédia e a violência são as mesmas, mas os corpos são diferentes. Então, pergunto: e se Maria da Penha fosse negra?

As políticas públicas são pensadas para as pessoas pobres que vivem na periferia? Que em sua maioria, são pessoas pretas, mulheres, mães solas e sujeitas à violência e criminalidade existente nesses territórios? Sim e não, na minha opinião. Eu explico.

As delegacias, UPAs etc. que funcionam 24 horas são distantes desses territórios, da periferia, e dificultam o acesso das pessoas que mais precisam, como a Casa da Mulher Brasileira de Campo Grande/MS localizada no Bairro Jardim Imá/Santo Antônio – bairro próximo ao aeroporto, região do Imbirussu à oeste da cidade, ruas asfaltadas, de classe relativamente média, com acesso a transporte público para o centro, comércio local incluindo grandes mercados e uma unidade do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul na proximidade.

Por que a descrição do território? Porque na periferia, em especial nas regiões de Anhanduizinho e Bandeira (região sul da cidade), os bairros não possuem asfalto, a disponibilidade de comércio e dos serviços públicos é precária, bem como o transporte público; a população é de classe média-baixa, classe baixa, miserável, marginalizada, invisível. Para uma mãe com filhos pequenos que, por exemplo, reside no bairro Jardim Los Angeles chegar até a Casa da Mulher Brasileira de ônibus, ela teria que pegar no mínimo três conduções e levaria cerca de duas horas (isso fora do horário de pico). O bairro Jardim Los Angeles fica a 12 km do centro de Campo Grande/MS e não é um bairro da extremidade da cidade, existem bairros muito mais distantes e muito mais precarizados. Da Casa da Mulher Brasileira, o bairro está a 15 km (vide mapa abaixo).



Fonte: Google Maps

“Se não se nomeia uma realidade, sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que se é invisível” (Ribeiro, 2017, p. 41 citada em Akotirene, 2020, p. 70).

Aproveito para trazer à reflexão uma situação que afeta toda a Assistência Social, não só em Campo Grande/MS, não só no PAEFI, no CREAS, mas em todas as Proteções Básica e Especial. É a pressão do MP, ora velada, ora explícita. De todos os equipamentos que compõem a Rede de Proteção e o SGD, o MP é o que tem o ego mais inflado.

Essa pressão, esse “cumpra-se”, promove a visibilidade de alguns corpos em detrimento de outros, pois todas as demandas provenientes do MP ganham prioridade de atendimento. Já há algum tempo, eu, na minha prática no CREAS, não cedo a essa pressão, não com facilidade, mas com argumentos. Demonstro que possuí outras vidas que merecem a minha prioridade, outros corpos que não foram parar no MP, que vieram do CT, ou de um Disque 100 ou de uma demanda espontânea, onde a família foi pedir socorro ao CREAS.

Essa postura da Assistência Social e das demais políticas, de priorizar o MP como se eles fossem os detentores do saber e do poder, coloca muitos corpos na invisibilidade e os mantém na precariedade. Então, se não houver um risco de “*vai dar mídia*” para gerar uma comoção social, esse corpo cai num buraco e lá fica, se perde e morre.

Além disso, essa postura tira da Política e das trabalhadoras dessa política sua autonomia, seu valor, seu saber, no que é de conhecimento específico à política. E por isso somos resistência.

Foi pontuado nesta dissertação (na história de Kauany, de Ana e tantas outras), o sentido de valor e reconhecimento da trabalhadora do SUAS: pela desconsideração e invisibilidade do relatório e, conseqüentemente, a nossa invisibilidade. E durante uma das orientações com Anita, ela levantou a questão: “*A quem serve o relatório?*”. E foi a partir desta pergunta e rememorando diversas experiências de atendimento, que eu trouxe a reflexão acima e, agora, creio que consigo responder à pergunta.

O relatório compõe o instrumental do PAEFI, ele não é o resultado da intervenção, ele é um registro do que está sendo realizado na intervenção. Então, o objetivo final do relatório não é somente embasar uma decisão, ele pode ter essa função. Mas, tendo em vista que a intervenção é voltada para a proteção social do indivíduo e família e para a promoção e garantia dos direitos, sendo esta a especificidade do SUAS (Couto et al., 2013), o relatório serve a usuária, a sua demanda, a sua necessidade, não a do MP ou outro órgão solicitante. E complemento, o PAEFI, o CREAS, o SUAS servem a usuária do Serviço e não às outras políticas.

### **Brincando de relatório: a intersetorialidade e a política de morte nas políticas públicas**

a racialidade inscreve a branquitude no registro da vida e a negritude no signo da morte (Carneiro, 2023, p. 63).

Origem da demanda: Banca de Qualificação e Campo de pesquisa.

Usuário de referência: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos – PAEFI.

Filiação: Sistema Único de Assistência Social e Constituição Federal de 1988.

Endereço: Centro de Referência Especializado de Assistência Social Nelly Baís Martins – CREAS Sul – Campo Grande/MS.

Descrição da demanda: tendo em vista que a articulação realizada atualmente junto à Rede de Proteção é feita de técnico para técnico e que a Assistência Social sofre com o desmonte das políticas públicas pelos Governos, relacione a não intersetorialidade à política de morte situando-a como uma formulação necro-política pública estrutural.

Tendo posta esta demanda, visando organizar as ideias e perspectivas para refletir sobre as políticas públicas relacionando o princípio de intersetorialidade na perspectiva de uma decolonialidade feminista e antirracista e a ação do dispositivo de racialidade, conceito proposto por Carneiro (2023), que leva a uma política de morte física e moral de alguns corpos negros, apresento aqui alguns pensamentos que atravessam não só as intervenções no PAEFI por meio dos três instrumentos analíticos, como também a gestão das políticas públicas.

Carneiro (2023) em sua tese emprega os conceitos de dispositivo e de biopoder delineados por Foucault, sendo estes complementados pelo conceito de epistemicídio para refletir acerca das relações entre os negros e os brancos da sociedade brasileira, isso lá nos anos 1980. Porém, apenas em 2003 é que o conceito de dispositivo de racialidade como recurso promotor e mantenedor das desigualdades sociais, econômicas e hierárquicas foi defendido em seu doutorado e, em 2023, a tese tornou-se livro, o qual utilizo agora para refletir como o buraco, a mídia e a resistência compõem o campo, se tornam instrumentos de análise das intervenções no PAEFI e apontam a operacionalização do dispositivo de racialidade para uma política pública de morte estrutural racista, patriarcal e capitalista.

O conceito de dispositivo de racialidade é o que permite a ocorrência de uma política de morte por omissão e negligência do poder público, também serve de fundo para refletir como o princípio de intersetorialidade (da maneira que é proposta nas normativas do SUAS) é falho e, por vezes, inexistente nas políticas públicas e não apenas na Assistência Social.

A intersetorialidade que hoje é realizada depende da atuação da profissional, pois não há um fluxo definido ou processos de trabalho que articule a Rede de Proteção de maneira funcional e assertiva, como explicado no segundo capítulo, sendo esta, uma responsabilidade das equipes de gestão das políticas públicas (Couto et al., 2013; Departamento de Proteção

Social Especial, 2011). Posto o que foi dito, ponto que até o momento não houve interesse do poder público em desenhar esses fluxos e, principalmente, de desenhá-los a luz da perspectiva decolonial feminista, antirracista e interseccional de maneira que sejam formuladas políticas públicas de vida e não políticas que permitam a morte de corpos negros e outros grupos também subalternizados, como pessoas trans e indígenas.

A perspectiva decolonial, que emerge na presente pesquisa, aponta para a necessidade (diria urgente) de uma mudança do paradigma racista-patriarcal-capitalista vigente (que tem sua essência na colonialidade), na formulação das políticas públicas para um paradigma voltado à decolonialidade feminista, antirracista e interseccional (Akotirene, 2020; Silva, 2023), que busca transgredir a invisibilidade e o lugar de subalternização a que corpos pretos, pardos, indígenas, latinos, LGBTQIAPN+ são colocados; de como pessoas trans são violadas; de mostrar como as mulheres negras são vistas nesse lugar de escravidão (marginalização e sexualização de seus corpos), de “senzala e casa grande” (Carneiro, 2023), posto que quem é da senzala não pode ocupar a casa grande, salvo se for para servir a patroinha; mas hoje esses apontamentos não são tão escancarados socialmente como no tempo do Brasil-colônia, porém, quando o são, logo são minimizados pelo discurso vitimista do branco privilegiado (Carneiro, 2023; Oliveira, 2023).

Para se manter a colonialidade do sistema racista-patriarcal-capitalista que exerce o poder no Brasil, essas pessoas, que em sua maioria eram (são) compostas por homens-cis-brancos-heteronormativos, se utilizam de sua posição privilegiada e de poder (concedida pelo povo através do voto) para operar a partir do dispositivo de racialidade e que atua promovendo e mantendo as desigualdades sociais, econômicas e hierárquicas com base na cor da pele, na raça e na etnia da população (Carneiro, 2023). De maneira que as políticas públicas se tornam os meios pelos quais o dispositivo atua para uma política de morte da cultura, da história, dos territórios ocupados pelos corpos pretos e indígenas e para a morte

concreta desses corpos, como ocorre no Rio de Janeiro e São Paulo, pela ação policial ao invadir favelas cujos moradores são pessoas pretas, e no interior do Mato Grosso do Sul, nas disputas pelas terras indígenas ocupadas por fazendeiros coronelistas remanescentes da região<sup>12</sup>.

A perspectiva de decolonialidade pensada para esta pesquisa apresenta uma postura de resistência feminista, antirracista e interseccional. A mulher branca não aguenta o susto proposto pelo MP; já a mulher negra deve ser forte para aguentar o tranco, como na história de Ana. Enquanto o dispositivo de racialidade opera na produção de políticas estruturais públicas de morte (Carneiro, 2023), a interseccionalidade defendida por Akotirene (2020) opera para a articulação dos/entre os marcadores de identidade: raça, gênero, etnia, orientação sexual, classe etc., isto é, através da interseccionalidade, que tem sua essência no movimento feminista decolonial negro, que se opera para a produção de políticas públicas de vida. “Interseccionalidade revela o que classe pode dizer de raça, da mesma forma que raça informa sobre classe .... A interseccionalidade não é uma narrativa teórica de excluídos.” (Akotirene, 2020, p. 50).

A proposta desta perspectiva é romper com as hierarquias sociais vigentes com base na cor da pele e outros marcadores sociais, como gênero e orientação sexual e que se transfiguram em desigualdades; é acabar com as iniquidades sociais e econômicas historicamente impostas aos corpos subalternizados, especialmente, as mulheres negras, ou seja, é romper com a ação e influência dessa política de morte em que o dispositivo de racialidade emerge como um interruptor que ao ser ligado, mata, ao ser desligado, permite a vida desde que sob algumas regras de normatização branca-cis-hetero-patriarcal-capitalista.

---

<sup>12</sup> Fonte: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2024/09/19/pf-instaura-inquerito-para-apurar-morte-de-indigena-durante-confronto-com-a-pm-em-fazenda-de-ms.ghtml>

Segundo Carneiro (2023), raça é uma construção social que visa a hierarquização e subalternização de alguns corpos, tidos como inferiores, e essa inferioridade está atrelada às características que seriam naturais àquela raça. Assim, o branco detentor de privilégios se faz merecedor nato, puro e humano a partir da negação do negro, em detrimento e destruição do negro (morte de sua cultura e corpo), operando, para isso, o dispositivo de racialidade sobre esse corpo negro e que culmina na morte em vida do negro – se é que ele chegou a nascer como pessoa negra – tendo em vista que o processo de embranquecimento da população foi, e ainda é, a estratégia pensada para purificar a população brasileira, e essa estratégia só foi possível pela presença desse dispositivo nas políticas formuladas para a população migrante europeia já na época da democratização.

é preciso reconhecer que o racismo ... é, ele mesmo, “um sistema político, um poder particular que estrutura a regra formal e a informal, o privilégio socioeconômico, as normas de distribuição da riqueza e das oportunidades, dos benefícios e das penas, dos direitos e dos deveres”. (Mills, 1997, p. 3 citado em Carneiro, 2023, p. 31-32).

Portanto o dispositivo de racialidade atua como um recurso tecnológico que permite a elaboração de políticas públicas **teoricamente** voltadas para a proteção da população brasileira de baixa renda (na maioria mulheres pretas), mas que **na sua prática** promove a manutenção das desigualdades sociais, visto a falta de investimentos concretos nessas políticas, de Assistência Social, Saúde e Educação (para focar nas principais), nas quais podemos observar: a falta de profissionais que leva a uma sobrecarga de trabalho, adoecimento, rotatividade, precarização e falta de oferta dos serviços à população que necessita deles; falta de vagas e leitos em hospitais, UPAs, acolhimentos municipais e escolas; equipamentos como USF, CRAS, CREAS, escolas em estado precário de conservação, sem manutenção e abandonadas pelo poder público, que só se recorda desses espaços em época de

eleição, como a que estamos vivenciando este ano de 2024 (eleição para prefeitos e vereadores).

Carneiro (2023) aponta para a fragilização das políticas públicas em sua tese ao elaborar o conceito de dispositivo de racialidade e refletir sobre a sua ação na Educação, o que implica no papel do Estado como autor do biopoder promovendo um assassinato direto (corpo físico) ou indireto (cultura, história) dos corpos negros.

onde não há para o biopoder interesse de disciplinar, subordinar ou eleger o segmento subordinado da relação de poder construída pela racialidade, ele passa a atuar como estratégia de eliminação do Outro indesejável. O biopoder [praticado pelo Estado] aciona o dispositivo de racialidade para determinar quem deve morrer e quem deve viver. (Carneiro, 2023, p. 61).

É nesse contexto que emergem os três instrumentos influenciadores: buraco, mídia e resistência como operadores, ora em favor, ora em reação ao dispositivo de racialidade. Buraco, mídia e resistência emergiram por conta da ação do dispositivo de racialidade nas políticas públicas vigentes, e esse dispositivo está presente no Brasil desde os primórdios da colonização, segundo Carneiro (2023), interferindo nos modos pelos quais os programas, incentivos e serviços nas áreas da educação, economia e saúde foram desenvolvidos. Para os pobres e negros, foram criadas propostas assistencialistas, caritativas que não tinham como foco a superação das desigualdades, tampouco, a oferta de educação (conhecimento) para que essas pessoas pudessem perceber-se a si mesmas como pessoas de valor.

Carneiro (2023) aponta que o Estado por omissão ou negligência permite a morte de pessoas negras, exemplificando esta afirmação através do relato de uma pesquisa que investigou as mortes maternas durante o pré-parto, parto e pós-parto, chegando à conclusão de que, por falta de conhecimento e ausência de cuidados específicos em saúde das mulheres

negras, estas morriam seis vezes mais que as mulheres não negras nos serviços públicos de saúde.

A pesquisa possibilitou a Carneiro observar a operacionalização do dispositivo de racialidade, visto que o mesmo não acontecia com as mulheres brancas na mesma proporção (número de atendimento de mulheres pretas/morte X número de atendimentos de mulheres brancas/morte).

A política de morte à população subalternizada (negra, LGBTQIAPN+) ocorre no Brasil pela falta de investimento em políticas públicas funcionais e voltadas a essa população, ou seja, pensada interseccionalmente pelos critérios de raça/cor/etnia/gênero etc..

Observa-se no abandono às pessoas em situação de rua, em situação de extrema pobreza, onde a aporofobia é praticada não só pelas pessoas comuns (sem poder), mas também por empresários e pelo Estado. Este, por sua vez, como já dito, apresenta espaços e serviços precarizados, em especial no tocante à Assistência Social, pela precarização dos serviços de acolhimento de pessoas idosas e pobres que necessitam dessa proteção do Estado, posto à impossibilidade de familiares exercerem a proteção, como promulga a CF/88 e o Estatuto da Pessoa Idosa<sup>13</sup>, mas perdem a vaga por “carteirada” de um assessor de um político qualquer; no acolhimento sistemático de crianças de mães solo pobres e pretas, que são pobres por não terem tido as mesmas oportunidades que uma pessoa não negra, visto que a pobreza não se resume a falta de renda, como explicado por Silva (2018), e replicam o ciclo de violações de direito e vulnerabilidades vivenciados na própria infância, como Ana e Kauany; na transferência escolar sistemática de meninos pretos, que se tornam problema, como Antônio; na invisibilidade e apagamento social e morte concreta de corpos negros.

---

<sup>13</sup> Estatuto da Pessoa Idosa: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.741.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm)

O investimento no SUAS e na Educação, creio eu, são essenciais e primordiais para a prevenção das violações de direitos, para a proteção social eficaz e assertiva e para evitar a ocorrência do “deixar morrer”, isto é, evitar o exercício de uma política de morte aos corpos negros.

Dito isto e considerando os tensionamentos apresentados nos capítulos anteriores, percebo que para o momento presente e nos que se seguem, as intervenções no PAEFI e, possivelmente, em outros equipamentos da Política de Assistência Social, sofrem a interferência desses três instrumentos: mídia/comunicação social, buracos na rede e resistência, que são, por sua vez, atravessados pelo dispositivo de racialidade promovendo ou não uma política de morte, conforme a percepção das pessoas que estão nas posições de poder.

Mas creio que através da articulação em rede, da integralidade na atenção e no cuidado, que devem ser pensados e formulados pelas pessoas que atuam na gestão das políticas públicas, que ocorrem nos cruzos, a partir de numa perspectiva decolonial feminista, antirracista e interseccional, no olhar para a sujeira que está em nós – políticas públicas brasileiras –, podemos dar a visibilidade que é devida e merecida aos corpos que há anos são discriminados e invisibilizados por nosso poder público e sociedade: as Marias, as Beatrizas, as Anas, as Kauanyas, as Luzias, os Antônioas, os Joãoas e as Sophias.

Sem mais a declarar, me coloco a disposição para outros esclarecimentos.



À noite, quando reuníamos em volta de uma fogueira mais de cinzas do que de fogo, a combustão maior vinha de nossos lamentos. E, em uma dessas noites de macambúzia fala, de um estado tal de banzo, como se a dor nunca mais fosse se apartar de nós, uma mulher, a mais jovem da desfalcada roda, trouxe uma boa fala. Bamidele, a esperança, anunciou que ia ter um filho. (Evaristo, 2018, p. 121).

“a esperança, anunciou que ia ter um filho” esse conto, esse trecho (e o que finaliza a dissertação) me tomou de tal forma que foi um dos primeiros selecionados do livro de Evaristo para ser usado na dissertação. Pois nessas poucas palavras emerge aquele sentimento morno, que acolhe, que afaga e que nos deixa esperançosos de que dias de luta, dias melhores, dias de glória virão. Pelo menos essa é a minha esperança, essa é a minha expectativa com essa pesquisa, trazer não só um pouco de alento para as trabalhadoras do SUAS, em especial, a 5ª série, mas, e principalmente, às usuárias dessa Política que é muito linda e que tem muito potencial. Só é desvalorizada e, por vezes, negligenciada pelo desconhecimento generalizado.

Hoje, 07 de outubro de 2024, fiz uma visita institucional em uma unidade de saúde e ao me apresentar (nome, unidade, política que atuo) a profissional perguntou: “*o que é CREA?*” sem o “S” mesmo, ao que eu corrigi e minha parzinha explicou... enfim! O ponto é: as outras políticas mal nos conhecem. O que fica aparente é que só percebem a Assistência Social como espaço para acessar benefícios de renda e cesta básica e para se desfazer das “pessoas problemas”. Somos muito mais e podemos muito mais que isso.

Couto et al. (2013) já apontavam para essa percepção benemérita e caritativa do SUAS enquanto política pública, percepção que expus no início dessa dissertação. As autoras apontam a necessidade de afirmar e consolidar a especificidade do SUAS como o espaço para a efetivação, a proteção e garantia dos direitos com foco na intersetorialidade e integralidade de atenção e isso implica na responsabilização concreta do poder público de modo que o

SUAS seja esse espaço de proteção social, seja o sistema público de garantia de direitos (Couto et al., 2013) e não apenas o local para se conseguir uma cesta básica.

Mas como fazer isso, se ao buscar a intersetorialidade, as(os) profissionais das outras políticas desconhecem o SUAS e o seu propósito? Isso fica muito perceptível pelas demandas, ou melhor, desmandos recebidos pelas equipes. Não posso afirmar, mas talvez essa não consolidação do SUAS como espaço de proteção e garantia de direitos seja proposital, pois como pode ser observado durante as eleições (tanto em nível municipal quanto estadual e nacional) a concessão de benefícios de transferência de renda é utilizada para angariar votos – vide as eleições de 2022 em que o Benefício do Auxílio Brasil se tornou a “moeda de troca” do ex-presidente que buscava a reeleição.

Trago essa reflexão me apoiando em Silva (2018) e sua crítica ao Programa Bolsa Família, o apontando como um recurso público para diminuir a pobreza e a desigualdade social e econômica da população, ao mesmo tempo em que condiciona o acesso ao benefício a alguns aspectos relacionados à educação e à saúde; contudo, não oferta à população que necessita desse benefício o acesso integral à educação e à saúde que lhe é exigida.

Novamente, vem o questionamento, como anda a responsabilização do poder público sobre as políticas públicas, sobre acesso universal e equitativo da população independente de raça/etnia, classe social, gênero etc.?!

Infelizmente não tenho tempo hábil de, na presente pesquisa, mergulhar nessa discussão na profundidade que se faz necessária, mas quem sabe, a partir dela, haja a produção de novas histórias, novos momentos, novas experiências, novas vivências, esperança.

Como disse no início desse capítulo, a esperança é o que me movimenta, a partir da angústia que tomou o meu corpo pouco tempo depois que iniciei no CREAS e que me levou a

fazer mestrado; é a esperança que movimentou a equipe PAEFI, a 5ª série a se aliar e mobilizar o grupo de estudo.

Foi a partir dos desmandos de outras políticas, de uma inércia da nossa política que, não com essas palavras, mas denunciemos nas reuniões do grupo de estudo essas e outras situações. Foi rememorando e contando as histórias por mim experienciadas que pude observar e escrever sobre as falhas da Rede de Proteção, os buracos, a mídia/comunicação social, sobre as violações de direito cometidas por/através de nós, trabalhadoras dessas políticas. Sim, nós, pois somos representantes das Políticas Públicas, representantes do Estado. E compete a nós denunciar e cobrar para que mudanças sejam feitas e para que essas omissões e/ou negligências não mais ocorram, para que histórias como as de Sophia, de Antônio, de Kauany e tantas outras pessoas que necessitam das políticas públicas não se repitam.

O ato de escrever e de refletir sobre essas histórias, essas memórias, foi-me apontado pela banca de qualificação como uma escrita política e de cura: política porque denuncia as violações de direito cometidas pelo poder público; e de cura, por trazer a necessidade de luta e de resistência concretizada através da 5ª série, da nossa aliança.

Evaristo (2005) faz da sua escrevivência uma escrita política e de cura, de denúncia e de resistência. Confesso que eu não tinha me atentado a isso até a banca apontar esse fato. Talvez por isso que os contos de Evaristo (2018) me tocam a alma e creio ser por isso que trago alguns trechos de suas escrevivências nessa dissertação, quero dizer, não é só pelas personagens serem mulheres pretas e pobres tal qual as usuárias do SUAS que me inspiro em Evaristo, mas pelas histórias por ela contadas terem um tanto de verdade até mais do que ficção. Assim como nas histórias aqui rememoradas, as personagens de Evaristo são marginalizadas pela sociedade e tem seus direitos questionados e por vezes negados, seja por discriminação de sua classe, sua raça ou seu gênero.

Gosto de escrever, na maioria das vezes dói, mas depois do texto escrito é possível apaziguar um pouco a dor, eu digo um pouco... Escrever pode ser uma espécie de vingança, às vezes fico pensando sobre isso. Não sei se vingança, talvez desafio, um modo de ferir o silêncio imposto, ou ainda, executar um gesto de **teimosa esperança**. (Evaristo, 2005, p. 2, ênfase adicionada).

Lembro de, no início do mestrado, a professora Anita me pedir para escrever um texto como se estivesse contando uma história. Eu não sabia nem por onde começar a escrever nesse formato, foi aí que ela me apresentou Conceição Evaristo e sugeriu que eu lhe escrevesse uma carta.

Assim o fiz. Ficou péssima a carta! Mas foi o início de tudo: da minha relação com Evaristo, depois com Favero e com outra forma de fazer pesquisa e produzir conhecimento, rememorando as histórias através da inscrição biográfica desenvolvida por Silva (2023) e, conseqüentemente, outra forma de se pensar as intervenções no/do PAEFI e de se pensar as políticas públicas.

O engraçado disso tudo, é que eu sempre tive o hábito de escrever para refletir, especialmente, sobre meus sentimentos, tanto os bons quanto os angustiantes, e sempre escrevi para elaborar esses sentimentos dentro de mim, escrever para me curar.

Então foi lindo e esperançoso saber que essa escrita, essa dissertação é uma escrita de cura, de resistência, tanto nos moldes de Evaristo (2005) e sua escrevivência, quanto nos de Silva (2023) que pontua em seu método de pesquisa para a produção de conhecimento, a memória e a autorrecuperação como um processo de resistência e de cura, alcançadas justamente, através da escrita das histórias rememoradas.

“Aposto na nossa potência criativa [a partir da escrita] como respostas às dores e violências e na capacidade de, mais do que sobreviver, produzir alegrias e encantar mundos .... A escrita, para mim, possibilita exercer coragem.” (Silva, 2023, p. 25).

Então, escrevo para ter coragem, coragem de me aliançar com as minhas colegas, para nos mobilizarmos para a luta, para a resistência com o propósito de melhorarmos essa política pública, que é linda e é movida a esperança; e dessa maneira poder fazer valer o *slogan* do Fórum dos Trabalhadoras/es do SUAS de Campo Grande/MS: “*Lute como um/a trabalhador/a do SUAS*”.

Escrevo para denunciar o que está falho, o que dói nem sempre em mim, mas nas Anas, Marias, Luzias que encontramos nesse ir-vir e intervir do CREAS no Serviço de PAEFI; escrevo não na expectativa de apontar culpados – sejam corpos públicos ou privados. Escrevo para produzir outras formas de atuar junto às usuárias e famílias atendidas no Serviço de PAEFI, para promover a reflexão, mobilizar a cura, estimular a esperança e produzir alegria. Essa é a especificidade dessa pesquisa.

não é somente de violências que se fazem nossas histórias. Também encontramos e fazemos com nossas mãos a existência de espaços de autorrecuperação .... Portanto, a autorrecuperação diz respeito ao ato de se tornar sujeito(a) e às maneiras pelas quais nos articulamos, tendo a linguagem e a escrita como locais de luta, para agir politicamente contra as forças de dominação da supremacia branca, heteronormativa, patriarcal e imperialista. (Silva, 2023, p. 107).

Ayoluwa, alegria de nosso povo, continua entre nós, ela veio não com a promessa da salvação, mas também não veio para morrer na cruz. Não digo que esse mundo desconsertado já se consertou. Mas Ayoluwa, alegria de nosso povo, e sua mãe, Bamidele, a esperança, continuam fermentando o pão nosso de cada dia. E quando a dor vem encostar-se a nós, enquanto um olho chora, o outro espia o tempo procurando a solução. (Evaristo, 2018, p. 122-123).

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

---

- Akotirene, C. (2020). *Interseccionalidade*. Sueli Carneiro e Editora Jandaíra.
- Albuquerque, S. & Neves, L. (2020). *Caderno de orientações para elaboração de relatórios técnicos socioassistenciais: Aspectos éticos, técnicos e metodológicos*. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania; Subsecretaria de Assistência Social da Prefeitura de Belo Horizonte.  
[https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/smasac/2020/DRGD/suass\\_caderno-de-orientacoes\\_isbn.pdf](https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/smasac/2020/DRGD/suass_caderno-de-orientacoes_isbn.pdf)
- Bernardes, A. G., Guareschi, N. M. D. F., & Galeano, G. B. (2021). Reflexões Ético-Políticas de Questões Metodológicas de Pesquisa em Psicologia: Problema e Objetivos. *Revista Psicóloga e Saúde*, 13, 83-96. <http://dx.doi.org/10.20435/pssa.v13i2.1263>
- Bispo, E. F., & Lopes, S. A. T. (2018). Escrivivência: Perspectiva feminina e afrodescendente na poética de Conceição Evaristo. *Revista Língua & Literatura*, 35(20), 1-16.  
<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistalinguaeliteratura/article/view/2598>
- Braga, L. L. C. & Gomes, T. M. (coord.) (2016). *Fundamentos ético-político e rumos teórico-metodológico para fortalecer o trabalho social com famílias na Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social.  
[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/TrabalhoSocialcomFamilias.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/TrabalhoSocialcomFamilias.pdf)
- Butler, J. (2015). *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2019). *Corpos em aliança e política das ruas: Notas para uma teoria performativa de assembleia*. Civilização Brasileira.
- Carneiro, S. (2023). *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Zahar.

- Cerqueira, D. R. D. C., & Bueno, S. (Eds.). (2024). *Atlas da violência 2024*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>
- Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social/CONPAS. (2016). *Nota técnica com parâmetros para atuação das (os) profissionais de psicologia no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia (CFP). <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Nota-te%CC%81cnica-web.pdf>
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 da Presidência da República e Casa Civil (1988). [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)
- Couto, B. R.; Yasbek, M. C.; Silva, M. O.; & Raichelis, R. (2013). *O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento*. Cortez.
- Decreto-Lei nº 8.742/1993 da Presidência da República e Casa Civil (2010). *Lei Orgânica da Assistência Social LOAS anotada*.
- Departamento de Proteção Social Especial (2011). *Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS*. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez..pdf>
- Evaristo, C. (2005). *Gênero e etnia: uma escre(vivencia) de dupla face*. Recuperado de: <https://inegalagoas.org/wp-content/uploads/2020/05/gc3aanero-e-etnia-conceic3a7c3a3o-evaristo.pdf>
- Evaristo, C. (2018). *Olhos D'Água*. Pallas Mini.
- Favero, S. R. (2020). *Pesquisando a dor do outro: os efeitos políticos de uma escrita situada*. *Revista Pesquisas E Práticas Psicossociais*, 15(3), 1–16. [http://www.seer.ufsj.edu.br/revista\\_ppp/article/view/e3518](http://www.seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/e3518)
- Favero, S. R. (2022). *Psicologia Suja*. Devires.

Filho, K. P., & Martins, S. (2007). A subjetividade como objeto da(s) psicologia(s).

*Psicologia e Sociedade*, 19 (3), 14-19. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000300003>

Foucault, M. (2010). *Governo de Si e dos Outros: Curso no Collège de France (1982-1983)*.

WMF Martins Fontes.

Haraway, D. (1995). Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 7-41.

<https://ieg.ufsc.br/cedoc/revistas/0/volumes-eletronicos/0/2349>

Mbembe, A. (2020). *Políticas da Inimizade*. N-1 Edições.

Musial, D. C., & Marcolino-Galli, J. F. (2019). Vulnerabilidade e risco: Apontamentos teóricos e aplicabilidade na Política Nacional de Assistência Social. *O Social em Questão*, 44, 291-306. [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_44\\_SL2%20\(1\).pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_44_SL2%20(1).pdf)

Neves, G. S., & Heckert, A. L. C. (2021). Escrivivência: Uma ferramenta metodológica de análise. *Mnemosine*, 17(1), 139-162. <https://doi.org/10.12957/mnemosine.2021.61847>

Oliveira, R. D. (2023). *Onde estão os brancos? Desvelando a branquitude na arte brasileira* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul]. Repositório UFMS. <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/6853>

Orth, G. M. N., & Bourguignon, J. A. (2021). O ato infracional como expressão da vulnerabilidade social no atendimento da justiça restaurativa. *Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 14(3), 859-882.

<https://doi.org/10.4322/dilemas.v14n3.32544>

Resolução nº 145/2004 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Conselho Nacional de Assistência Social (2009). *Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004. Norma Operacional Básica NOB/SUAS*.

[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf)

Resolução nº 269/2006 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Conselho Nacional de Assistência Social. (2011). *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS NOB-RH/SUAS: Anotada e comentada.*

[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/NOB-RH\\_SUAS\\_Anotada\\_Comentada.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf)

Resolução CNAS nº 33/2012 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Conselho Nacional de Assistência Social. (2012). *Norma Operacional Básica NOB/SUAS.* [https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS\\_2012.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf)

Resolução nº 109/2009 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Conselho Nacional de Assistência Social. (2014). *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.*

[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf)

Scisleski, A. C. C., & Hüning, S. M. (2016). Imagens do escuro: Reflexões sobre subjetividades invisíveis. *Revista Polis e Psique*, 6(1), 8-27.

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2238-152X2016000100002](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2016000100002)

Silva, A. K. (2023). *Memória e histórias na palma da mão: Inscrições biográficas numa epistemologia feminista antirracista* [Tese de Doutorado]. LUME Repositório Digital UFRGS. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/264285>

Silva, M. O. S. (2018). *O mito e a realidade no enfrentamento a pobreza na América Latina: estudo comparado de programas de transferência de renda no Brasil, Argentina e Uruguai.* Cortez.

Simas, L. A., & Rufino, L. (2018). *A ciência encantada das macumbas*. MÓRula.

Soares, L. V., & Machado, P. S. (2017). "Escrevivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. *Revista Psicologia Política*, 17(39), 1-17. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2017000200002](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2017000200002)

Vergès, F. (2021). *Uma teoria feminista da violência*. Ubu Editora.